

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
MESTRADO EM HISTÓRIA  
HISTÓRIA, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS**

**MIRIAN REJANE GUIMARÃES FERREIRA**

**Os Trabalhadores da Comissão Rondon:  
Violência, esquecimento e silêncio  
nos caminhos do telégrafo. (1907-1915)**

**Cuiabá – MT  
Junho de 2007**

**MIRIAN REJANE GUIMARÃES FERREIRA**

**Os Trabalhadores da Comissão Rondon:  
Violência, esquecimento e silêncio  
nos caminhos do telégrafo. (1907-1915)**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestra junto ao Programa de Mestrado em História – História, Territórios e Fronteiras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso.

**Orientadora: Profª Drª Regina Beatriz Guimarães Neto**

**Cuiabá – MT  
2007**

*Banca Examinadora*

---

Prof. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto  
Orientadora

---

Prof. Dra. Marieta de Moraes Ferreira  
Examinadora Externa

---

Prof. Dra. Leny Caselli Anzai  
Examinador Interno

---

Prof. Dr. João Carlos Barrozo  
Suplente

## *Agradecimentos*

Vou aproveitar esse espaço tradicional de agradecimentos para abraçar professores e amigos que estiveram presentes nesse meu trajeto tão especial que foi escrever essa dissertação de mestrado.

Primeiramente agradecer e abraçar com muito carinho a orientadora que me acompanhou nesses dois anos: Regina Beatriz Guimarães Neto, professora, pesquisadora, soube ela inventar tempo entre as pesquisas, as aulas, os cursos e os inúmeros congressos para embarcar nessa minha história de trabalhadores da Comissão Rondon, sempre apontando os caminhos a serem percorridos com uma generosidade ímpar.

Ao programa de Mestrado em História, História, Territórios e Fronteiras da Universidade Federal de Mato Grosso, que me permitiu escrever esse trabalho sobre os trabalhadores da Comissão Rondon.

Abraço então aos professores e professoras tão queridos (as):

Leny Caselli Anzay, Coordenadora do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso, pela atenção e generosidade.

Carlos Américo Bertolini, pelas muitas conversas sobre História, sobre Historiografia e Cândido Rondon. Professor que esteve sempre presente desde a minha graduação.

Carlos Alberto Rosa, por tudo: pelo tema que pesquisei; pelo apoio de muitos anos; pela resposta a uma pergunta que fiz no corredor certo dia. “Por que tudo é tão “complexo e complicado”? E ele rapidamente me respondeu: Mirian, o “complexo e o complicado” são apenas delírios do “simpres”! Oh, resposta!

João Antonio Botelho Lucidio, pela amizade, pela atenção e empréstimo de Teses e Livros, muito importantes em determinados momentos.

João Carlos Barrozo, pelas colocações oportunas durante o Exame de Qualificação. Pelo apoio e pelos longos diálogos acerca de Cândido Rondon e sua Comissão nos últimos anos.

Lylia da Silva Guedes Galetti, orientadora do meu trabalho de conclusão de curso na graduação em História, a quem eu aprecio muito e tenho saudade.

Maria de Fátima Gomes da Costa, pesquisadora exemplar, com quem aprendi muito, e ela sabe quanto, desfrutando da excelência das suas aulas sobre História e Natureza, disciplina que cursei durante o Mestrado.

Oswaldo Machado Filho, pelos enriquecedores diálogos sobre História nesses últimos anos.

Robert Moses Pechman, professor da UFRJ, com quem desfrutei longos passeios pelo aterro do Flamengo, conversas, almoços e jantares no Rio de Janeiro, valiosíssimos para mim, durante minha pesquisa no Museu do Índio, na Casa de Rui Barbosa e no Museu Nacional.

Elizabeth Madureira de Siqueira, pela atenção e generosidade disseminando seu conhecimento sobre pesquisa, catálogos e arquivos.

Regina Horta Duarte, examinadora externa que contribuiu muito em meu Exame de Qualificação, com sugestões preciosas.

Considerem-se abraçados os queridos amigos:

Gilbert Anderson Brandão, minha “orelha”, grande amigo, escutador das minhas lamúrias, companheiro para todas as horas desde os tempos da graduação em História.

Ângela Magalhães e Viviane Gonçalves, Gilberto Brizola e João Paulo Pongelupe, Julio César Coelho, Rachel Tegon de Pinho, Maria Carolina Ramos, Anderson Domingos da Silva (Juba), Flavia Kurunczi Domingos, Ana Paula Lopes. Grandes amigos, boas conversas, muitos cafés... Amizades que não têm preço!

Walcler Lima Junior doutorando do IPUR na UFRJ, que me abrigou em seu maravilhoso apartamento no Flamengo, no Rio de Janeiro, quando lá estive para pesquisar.

Luis Castanha e Marcio Castanha, “meus” livreiros. Sem eles teria sido bem mais difícil. Muita agilidade e presteza para trazer livros para mim.

Mônica Acendino secretária do Mestrado em História, querida, gentil e atenciosa.

Carlos Augusto e Rosely funcionários do Museu do Índio que se desdobraram para que eu encontrasse a melhor documentação para meu trabalho.

A CAPES pela bolsa. Tão valiosa quando estamos estudando.

Ao Santíssimo Deus Pai e a Mãe Divina.

*Dedico.*

João Ferreira Filho, esposo e companheiro.  
Sempre que olho para ti não duvido que os milagres  
acontecem com a beleza amanhecida do real. Ensinaste-  
me a vida azulando-a de começos, restituindo-lhe a mão  
certa da esperança.

Alexandre, filho muito amado que está  
amorosamente presente.

*Dedico.*

## *Lista de figuras*

<b>Foto 1</b>	Estaca zero	91
<b>Foto 2</b>	O chefe da Comissão com seus ajudantes.	92
<b>Foto 3</b>	Abertura do picadão na margem direita do rio Paraguai.	93
<b>Foto 4</b>	Abertura do picadão na margem direita do rio Paraguai.	94
<b>Foto 5</b>	Transportes de postes – Mata do Guaporé.	94
<b>Foto 6</b>	Turma de locação.	95
<b>Foto 7</b>	Poste levantado antes do sol nascer.	95
<b>Foto 8</b>	Trecho do picadão através da mata.	96
<b>Foto 9</b>	Trecho da linha já construída atravessando um córrego em tempo de cheia.	97
<b>Foto 10</b>	Trabalhadores – 1927.	98
<b>Foto 11</b>	Construção da ponte sobre o rio São Manoel.	99
<b>Foto 12</b>	Trabalhadores - Estrada do rio São Manoel – 1938.	100
<b>Foto 13</b>	Rondon com a turma no rio Manoel Correa afluente do São Miguel – 1919.	101
<b>Foto 14</b>	Turma de trabalhadores no rio Manoel Correa afluente do São Miguel - 1919.	101
<b>Foto 15</b>	Trabalhadores – Expedição Científica Roosevelt-Rondon – Acampamento da cabeceira dos Perdizes.	102
<b>Foto 16</b>	Trabalhadores – Expedição Científica Roosevelt-Rondon – Rio da Dúvida – Preparação para a Expedição.	102
<b>Foto 17</b>	Expedição Roosevelt-Rondon – Dezembro de 1913 a março de 1914.	103
<b>Foto 18</b>	Cândido Mariano da Silva Rondon e Amílcar Armando Botelho de Magalhães.	104



## *Lista de Quadros*

<b>Quadro 1</b>	Registro de falecimentos – Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e a Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra, 2. vol.	107
<b>Quadro 2</b>	Relação dos civis falecidos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1908 a 1919.	110
<b>Quadro 3</b>	Resumo dos falecimentos de Civis e militares por ano.	114
<b>Quadro 4</b>	Relação das senhoras falecidas nos acampamentos da construção.	115
<b>Quadro 5</b>	Relação dos inferiores, soldados e soldados regionais falecidos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1907 a 1914.	116
<b>Quadro 6</b>	Relação dos oficiais e civis falecidos na Comissão de Linhas de Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1907 a 1919.	126
<b>Quadro 7</b>	Relação Geral dos oficiais, praças e civis falecidos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1907 a 1919.	130
<b>Quadro 8</b>	Relação das pessoas doentes pertencentes à turma expedicionária do Mato Grosso ao Amazonas, examinadas e medicadas durante os meses de maio a outubro de 1909.	149
<b>Quadro 9</b>	Relação dos falecimentos por ano.	154

## *Lista de Mapas*

<b>Mapa 1</b>	Carta Sintética de Mato Grosso.	36
<b>Mapa 2</b>	Local de atuação na Seção do Norte.	161

FERREIRA, Mirian Rejane Guimarães. Os Trabalhadores da Comissão Rondon: **Violência, esquecimento e silêncio nos caminhos do telégrafo. (1907-1915). Cuiabá, 2007. 215 p. Dissertação – Instituto de Ciências Humanas e Sociais.**

O tema dessa dissertação levanta novas questões em relação à Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. É um trabalho que aborda parte da história dos trabalhadores dessa Comissão que atuou no Mato Grosso nos anos de 1907 a 1915. Os relatórios produzidos pela Comissão Rondon omitem informações acerca dessas pessoas. Não encontramos estudos na historiografia que se detenham sobre eles. Tratamos nesse trabalho da violência e do silêncio a que foram submetidos esses trabalhadores e questionamos a discrepância constatada nos números de falecimentos publicados. Segundo Botelho de Magalhães, oficial da Comissão Rondon esses homens eram “indesejáveis”, “sem moral”, “analfabetos”, com “vocaçã sempre voltada para o mal”. Para entender esses fatos pesquisamos a partir dos três relatórios produzidos por Cândido Rondon acerca dessa Comissão, dos relatórios médicos, principalmente os de Augusto Tanajura, às fontes laudatórias produzidas sobre Cândido Rondon, que são inúmeras. Pesquisamos teses e dissertações da área de História, bem como em Antropologia. Demonstramos como os relatórios oficiais silenciavam sobre o número exato de falecimentos dessas pessoas e que a documentação interna da Comissão, oriunda do Escritório Central, informa, hoje, que as mortes se davam em números alarmantes e definitivamente maiores do que as publicadas. Analisamos a violência, o silêncio e questionamos a discrepância constatada nos números de falecimentos publicados.

**Palavras-chave:** Comissão Rondon, trabalhadores, violência, silêncio, Cândido Rondon.

FERREIRA, Mirian Rejane Guimarães. Les Travailleurs de la Commission Rondon: violence, oubli, et silence sur les chemins du télégraph (1907-1915). Cuiabá, 2007. 214 p. Dissertation – Institut de Sciences Humaines et Sociales.

Le thème de cette dissertation leve de nouvelles questions en relation, a la Commission des Lignes télégraphes de Mato Grosso jusqu'à Amazonas. C'est un travail qui aborde une part de l'histoire des travailleurs de cette Commission qui a duré a Mato Grosso dans les années 1907-1915. Les rapports produits par la Commission Rondon c'était oublier, les informations autour de ses personnes. Nous avons rencontré des études sur l'historiographie qui ont été détenues sur eux. Nous avons traité ce travail de violence à qui ils étaient soumis. Ses travailleurs et nous avons questionné de diverses constatations dans le nombre de morts publiés. Comme Botelho de Magalhães, officier de la Commission Rondon, ses hommes étaient "indésirables", "sans moral", "analfabètes", "avec une vocation toujours vers le mal", pour comprendre ces faits, nous avons fait des recherches. A partir des trois rapports produits par Candido Rondon autour de cette Commission, des rapports médicaux, principalement ceux de Augusto Tanajura, les sources, côté produit Candido Rondon, qui sont innombrables. Nous avons fait des recherches, thèses et dissertations de la superficie de l'histoire, bien que l'anthropologie, sur le nombre exact de morts de ses personnes et que la documentation de la Commission orionde de Bureau Central renseigne, aujourd'hui les morts sont quantifiées alarmantes et définitivement plus grandes que ils étaient publiés. Nous avons analysé, la violence, le silence, et nous avons questionné la différence constatée, dans les nombres de morts publiés.

**Parole-clé:** Commission Rondon, travailleurs, violence, silence, Candido Rondon.

<b>Introdução</b>	13
<b>Capítulo 1 - A Comissão Rondon como objeto de estudo</b>	20
O telégrafo e as Comissões	32
A organização da Comissão Rondon	41
Imagens – ver para crer!	48
Cândido Rondon, sua origem e as concepções positivistas	52
Cândido Rondon: como operava a imagem do sertão	57
<b>Capítulo 2 - Alguns componentes da Comissão: “A classe baixa da nação” (Amílcar Botelho de Magalhães)</b>	63
Homens em silêncio	63
O cotidiano	69
“Uma avalanche de indesejáveis!” (Amílcar Botelho de Magalhães)	80
“Desancando” alguns	82
<b>Capítulo 3- O que valem certas vidas</b>	106
<b>Capítulo 4 - A Comissão Rondon na Seção do Norte</b>	160
Avançai para o Jamari!	164
Eis que chega o Satélite!	172
O descompasso dos números	179
Modernizar era preciso!	183
<b>Considerações finais</b>	188
<b>Cronologia</b>	191
<b>Catálogo</b>	199
<b>Fontes e Bibliografia</b>	214

## *Introdução*

O tema dessa dissertação levanta novas questões em relação à Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, ou mais comumente chamada Comissão Rondon. É um trabalho que aborda parte da história dos trabalhadores dessa Comissão que atuou no Mato Grosso nos anos de 1907 a 1915. Esta delimitação temporal acompanha o período transcorrido para a instalação da malha telegráfica, porém ela não se esgota em si mesma, em razão da documentação levantada e analisada, que nos propiciou avanços e recuos no tempo histórico.

Sobre as pessoas, sobretudo trabalhadores que compunham a Comissão, poucas notícias se têm. Com certeza foram fundamentais para a manutenção e existência da mesma no desenvolvimento do projeto de implantação das linhas telegráficas em Mato Grosso. Por toda a quantidade e variedade de trabalhos a serem executados era necessária uma mão-de-obra volumosa para percorrer caminhos longos e difíceis, pelas serras, rios, cerrado e floresta. Foram grupos de homens que seguiam abrindo caminhos com o suor do trabalho, as mãos e os machados. Iam estirando os fios, colocando os postes e construindo os postos telegráficos. Construía pontes e pontilhões, destocavam totalmente alguns percursos que serviriam como estradas de rodagem, por caminhos pouco percorridos, ou melhor, percorridos muitas vezes, apenas pelos indígenas que habitavam os locais por onde a linha deveria passar.

Os relatórios produzidos pela Comissão, no entanto, omitem informações acerca dessas pessoas. Não encontramos estudos na historiografia que se detenham sobre eles. Os trabalhos que tratam da Comissão Rondon, quando muito, mencionam, citam e levantam alguns pontos sobre a presença dos trabalhadores, mas nada que lance luzes ou analisem suas condições em relação ao que a própria Comissão escreveu e publicou sobre eles.

A nossa primeira inquietação foi saber, pelo menos de forma aproximada, o número de trabalhadores empregados pela Comissão e por que em relatórios absolutamente minuciosos para os diversos ministérios do Governo Federal, havia a omissão da passagem dessas pessoas que compunham o contingente. Como

reconhecemos a impossibilidade até esse momento, de saber qual o efetivo de trabalhadores engajados para os serviços braçais a serem desempenhados, passamos, diante desta lacuna, a percorrer também outros caminhos.

Os livros de Amílcar Botelho de Magalhães, oficial pertencente à Comissão e responsável durante mais de dez anos pelo Escritório Central criado em 1910 para centralizar as informações e resultados recolhidos no sertão, escritos vários anos depois de encerrados os trabalhos da Comissão, abriram diversas possibilidades. Ele relata em seus escritos muitos acontecimentos do cotidiano durante o desenvolvimento dos trabalhos, e, descreve sua visão sobre os trabalhadores civis e soldados de baixa patente. Através dos seus registros entramos em contato com um universo de qualificações e adjetivações acerca desses trabalhadores.

Segundo Botelho de Magalhães esses homens eram “indesejáveis”, “sem moral”, “analfabetos”, com “vocação sempre voltada para o mal”. Em seus escritos encontramos considerações sobre um problema de engajamento no Exército e também registros sobre castigos corporais praticados contra esses trabalhadores. Queríamos entender isso. E a partir daí, começamos a cotejar as fontes pesquisadas.

Fomos aos três relatórios produzidos por Cândido Rondon acerca dessa Comissão, aos relatórios médicos, principalmente os de Augusto Tanajura, às fontes laudatórias produzidas sobre Cândido Rondon, que são inúmeras, escritas por historiadores e escritores de Mato Grosso, bem como por alguns integrantes da Comissão como é o caso de Botelho de Magalhães e Luis Bueno Horta Barbosa. Tivemos especial cuidado com a biografia de Rondon, escrita por Esther de Viveiros, em que ele mesmo narra os acontecimentos à escritora, resultando num texto expresso na primeira pessoa do singular, como se de próprio punho tivesse sido grafado.

Pesquisamos teses e dissertações da área de Antropologia, nos detendo principalmente no trabalho da Antropóloga Maria Fátima Roberto Machado, bem como em História, dedicando-nos ao trabalho de Laura Antunes Maciel, Elias Bigio, Carlos Martins Junior, Antonio Carlos de Souza Lima e Todd Diacon. Nos detivemos com cuidado nos textos que foram conferências proferidas por Rondon, ainda no princípio do século XX, fomos às poesias, aos jornais, às cadernetas de campo do oficial Ramiro de Noronha, que estão no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Casa Barão de Melgaço, às fotografias que encontramos em Cuiabá,

sempre a procura desses trabalhadores. Entretanto, mesmo essa farta documentação localizada na cidade de Cuiabá, se mostrava insuficiente à nossa proposta. Não daria para escrever sobre os trabalhadores da Comissão Rondon apenas com a documentação existente nos diversos acervos da capital, por três motivos: o primeiro era o fato de que sabíamos como Amílcar Botelho de Magalhães já havia descrito os trabalhadores. O segundo era que esses trabalhadores não apareciam nos relatórios oficiais da Comissão. O terceiro e fundamental motivo era que não seria possível explicar o por que de serem tão mal ditos em alguns livros e completamente silenciados nos relatórios oficiais dos serviços realizados.

Com essas questões fundamentais ainda sem respostas, decidimos buscar mais dados em outros locais. Nessa busca por outras fontes documentais, visitamos um vasto acervo junto ao Museu do Índio na cidade do Rio de Janeiro. Lá para nossa surpresa, encontramos uma grande massa documental ainda inédita, porque fazia parte dos registros internos do Escritório Central, que para nós se tornou riquíssima, já que conseguia, cotejadas com os relatórios oficiais, trazer luz sobre os trabalhadores e eles começaram a aparecer.

Para escrever esse trabalho que resultou em nossa dissertação de mestrado, traçamos como objetivo geral destacar como foram descritos e representados os trabalhadores nos relatórios oficiais, e em outros textos produzidos por oficiais da Comissão. Nesse contexto também explicitamos algumas facetas do cotidiano no seu universo de trabalho.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos e, no âmbito da sua elaboração o primeiro capítulo foi pensado para contar a história da Comissão Rondon mediante estudos já elaborados sobre ela. Para isto, selecionamos cinco trabalhos: *A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"* de autoria de Laura Antunes Maciel; *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*, de autoria de Carlos Martins Junior; *Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresí*, de autoria de Maria Fátima Roberto Machado; *Um grande cerco de paz. Poder tutelar e indianidade no Brasil*, de autoria de Antonio Carlos de Souza Lima e *Cândido Rondon e a integração nacional*, de autoria de Elias dos Santos Bigio.

A escolha desses cinco trabalhos, livros e teses de doutorado obedeceu a critérios específicos que interessam a temática desta dissertação, considerando o

percurso intelectual dos autores. O livro da historiadora Laura Maciel por sua abordagem historiográfica, analisando os caminhos percorridos pela Comissão e a importância dada ao telégrafo no final do século XIX e princípio do XX. Ainda do trabalho de Laura Maciel detivemos os olhos sobre a importância da fotografia e da cinematografia nos trabalhos desenvolvidos por Cândido Rondon. O trabalho do historiador Carlos Martins Junior foi escolhido em razão do capítulo que escreve sobre Amílcar Botelho de Magalhães. A tese de doutorado da antropóloga Maria Fátima Roberto Machado, pela forma como explora a riqueza das entrevistas feitas com os índios Paresí, oferecendo-nos a oportunidade de vislumbrar o vasto cotidiano da Comissão. Os indígenas narram como eram os acampamentos, os castigos corporais, a falta de alimentação a vigilância diuturna a que eram submetidos eles próprios, os trabalhadores civis e os praças e também Cândido Rondon.

O livro de Antonio Carlos de Souza Lima foi escolhido em razão do seu olhar acurado sobre as práticas de Cândido Rondon em relação aos indígenas, a política de Estado também em relação a eles e a administração do governo dos índios. O livro de Elias dos Santos Bigio nos propiciou verificar os objetivos de Cândido Rondon na proteção dos indígenas e também dos trabalhos desenvolvidos no sentido da localização dos trabalhadores nacionais, pois segundo Bigio, o Estado republicano precisava constituir uma mão-de-obra para abastecer o mercado nacional.

Esses textos, com suas análises e importantes fontes documentais nos propiciaram fazer a apresentação da Comissão Rondon, nos permitindo refletir acerca do papel das Comissões telegráficas em Mato Grosso e em especial a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. Nos permitiram, também, questionar como ela fora pensada, instrumentalizada e operacionalizada, aliando a isso as táticas utilizadas por Rondon, sobretudo, para elaborar seus mapas, (re) nomeando os lugares por onde passava, detalhando, informando, efetivando assim a tomada de posse efetiva ou controle territorial do que era visto como sertão e áreas fronteiriças do Brasil. Ressaltamos também a cinematografia e a fotografia como parte do projeto de pesquisa científica a que a Comissão se propunha, já que as imagens eram a prova cabal das descobertas e trabalhos realizados. De outro lado, demonstramos como todos esses fatos foram

registrados para a posteridade, pela própria Comissão e o seu Escritório Central, e em que contribuiu para isso Amílcar Botelho de Magalhães.

O segundo capítulo trouxe para a dissertação um pouco do cotidiano da Comissão, as trajetórias percorridas pelos trabalhadores, a divisão dos trabalhos, os acampamentos e especialmente, como eram tratados esses trabalhadores. Esse tratamento passa por dois momentos: o primeiro deles relevando o silêncio a que eles foram relegados, trazendo informações sobre o dia-a-dia da Comissão, em particular, a falta de alimentação em diversos momentos e a organização dos acampamentos. No bojo dessas informações, localizamos também como eles foram descritos nas palavras de Amílcar Botelho de Magalhães e como foram qualificados de forma sempre muito negativa. No segundo momento destacamos as relações de poder que se davam dentro da Comissão, quem mandava e quem obedecia. Quando essa ordem era, por algum motivo, desrespeitada, mediante todos os indícios levantados, foi possível perceber como os trabalhadores eram submetidos à castigos corporais.

Já no terceiro capítulo, demonstramos como os relatórios oficiais silenciavam sobre o número exato de falecimento dessas pessoas. A documentação interna da Comissão, oriunda do Escritório Central, nos informa, hoje, que as mortes se davam em números alarmantes e definitivamente maiores do que as publicadas.

O quarto capítulo trata também do cotidiano, mas agora um pouco mais especificamente. Procuramos tratar do cotidiano no âmbito da Seção do Norte, que se localizava muito perto de Santo Antonio do Madeira, no noroeste de Mato Grosso, atualmente no estado de Rondônia. Esta Seção fora criada em 1909, por Cândido Rondon para facilitar o transporte dos materiais para a efetivação dos serviços, e deveria partir do noroeste do estado e encontrar-se com a Seção do Sul que percorria a Serra dos Paresí. Nesta seção esmiuçamos os acontecimentos do Acampamento Henrique Dias e a chegada do navio Satélite e seus passageiros, focando o ano de 1911. De toda a forma, estaremos discutindo a violência, o silêncio e questionando a discrepância constatada nos números de falecimentos publicados. Pensando um pouco também, em como o Estado se colocava em relação a isso em situações que ocorriam em outras partes do Brasil nas duas primeiras décadas do regime republicano.

Elaboramos ainda uma cronologia da vida de Cândido Mariano da Silva Rondon para informar um pouco mais aos leitores que ainda não conhecem os

trabalhos efetuados por ele. Nessa direção, decidimos ao mesmo tempo, elaborar um pequeno catálogo, acerca das fontes existentes sobre Cândido Rondon e as Comissões que comandou, nos acervos visitados. Esse catálogo tem uma função prática: ajudar futuros pesquisadores desse tema a localizarem mais facilmente a documentação.

Trouxemos para a dissertação algumas fotografias em que os trabalhadores estão em serviço. Essas fotografias não foram retiradas do acervo já catalogado e digitalizado do Museu do Índio, são imagens que já se encontravam publicadas em relatórios e livros. Nelas podemos perceber a tônica da Comissão em guardar para a posteridade as várias etapas dos trabalhos da construção da linha e a luta do homem em relação à natureza inóspita. No entanto, não pudemos realizar um estudo ou análises detalhadas dessas fotografias, quem as produziu ou em que circunstâncias foram produzidas em razão do curto espaço de tempo para a elaboração da dissertação. O trabalho que tivemos para localizar, levantar e estudar a documentação, que nos possibilitou, em parte, rastrear as marcas deixadas pelos trabalhadores, foi nosso empreendimento maior. Para outros textos, que certamente virão, novas tarefas nos aguardam.

## Capítulo 1

### A Comissão Rondon como objeto de estudo

*Eras um dos nossos voltando à origem  
E trazias na mão o fio que fala  
E o foste estendendo até o maior segredo da mata.  
(Carlos Drummond de Andrade)*

## A Comissão Rondon como objeto de estudo

Como objeto de análise, podemos dizer que os estudos sobre a Comissão Rondon receberam uma grande contribuição no âmbito da historiografia brasileira com o lançamento do livro de Laura Antunes Maciel, “A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”<sup>1</sup> - publicado, com base em sua tese de doutoramento. A historiadora ao sistematizar o estudo acerca dessa expedição procurava compreender a questão da intensidade e do poder de permanência do mito Rondon, propondo realizar uma leitura diferente dos relatos produzidos pela própria Comissão, bem como sobre o que foi escrito sobre ela.

Laura Maciel então, estabeleceu um fio condutor de análise para concretizar o estudo sobre a Comissão Rondon. Segundo ela as linhas telegráficas construídas no Noroeste do Brasil entre 1890-1915, foram pensadas:

Como suportes/instrumentos nas mãos do Estado e ‘manejados’ pelo Exército brasileiro, para apropriação e expansão do território nacional, para a ‘domesticação’ das nações indígenas e a conseqüente ocupação de suas terras. Ou seja, o fio condutor foi abordá-las como depositários de um ideal de ‘civilização’ e ‘progresso’ e/ou tradutores e implementadores de uma política do Estado brasileiro para aquela região, política esta baseada na nacionalização das fronteiras e no povoamento dos ‘espaços vazios’ do Brasil central.<sup>2</sup>

Sob essa perspectiva, Cândido Rondon e os demais oficiais do Exército envolvidos naquele projeto, teriam sido tão somente os “tradutores da política de nacionalização das fronteiras e povoamento dos espaços vazios do Brasil Central”<sup>3</sup>. Toda a política assentada num ideal de civilização e progresso, muito devedoras das concepções positivistas formuladas por Augusto Comte, responsáveis pela formação

---

<sup>1</sup> Laura Antunes Maciel, *A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.

<sup>2</sup> Idem, p. 29.

<sup>3</sup> Idem, p. 17-18.

de toda uma geração de intelectuais e técnicos, com ênfase para os oficiais científicos da Escola Militar da Praia Vermelha, que nos anos iniciais da República, iriam “perseguir uma identidade coletiva para o país e buscar as bases para moldar a Nação brasileira.”<sup>4</sup>

Laura Maciel acredita encontrar nos anos de 1930 o momento histórico em que o mito Rondon é colocado em primeira ordem. Ainda segundo a autora:

A forma como Rondon e o grupo de militares por ele comandado são lembrados ainda hoje foi construída pelos vencedores do movimento de 1930. Silenciando sobre os projetos políticos e os ideais dos chamados ‘republicanos históricos’ grupo liderado por Rondon e outros militares ligados à Comissão Rondon e ao serviço de Proteção ao Índio, circunscrevendo suas ações ao ato da proclamação da República e posteriormente como os precursores da civilização do Oeste, da ‘proteção’ aos índios e da demarcação das fronteiras nacionais, criaram um arsenal de símbolos que relegou a Rondon a patrono da Arma das Comunicações no Exército, definindo sua atuação pública em torno dessas questões. Por essa operação da memória, essa vertente da memória nacional oficial apaziguou as diferenças de concepções e projetos entre os militares derrotados em 30 que fizeram a República, apagou sua atuação da cena política enquanto autores e sujeitos comprometidos com um projeto para a Nação e, em troca, foram cultuados como heróis e, mitificados, receberam um assento no panteão cívico da Pátria. Ao mesmo tempo expurgados desses atores e projetos, os acontecimentos de 1930 aparecem não como uma alternância no projeto republicano para a Nação, mas como concretização, enfim, do projeto de 1889, num eterno recomeço sem rompimentos e traumas.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., p.17-18.

<sup>5</sup> Idem, p. 22-23.

Laura Maciel destaca uma dimensão da construção do mito Rondon que não esgota essa representação. Nesse trabalho queremos debater o papel desempenhado para a construção do mito Rondon, pelos próprios colaboradores da Comissão, principalmente a atuação de Amílcar Armando Botelho de Magalhães. Sob outro enfoque, encontramos o trabalho do historiador Carlos Martins Junior, que, nos apresenta seu texto – *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*<sup>6</sup> – que afirma ter como objetivo central:

[...] discutir aspectos do processo que ensejou entre o final do século XIX e início do XX, a expansão da rede telegráfica nacional pelo Estado de Mato Grosso, no bojo do qual tiveram origem e papel preponderante as comissões telegráficas comandadas por Cândido Mariano da Silva Rondon.<sup>7</sup>

Nessa perspectiva o autor explora as questões da constituição da engenharia como um campo científico no Brasil, e os engenheiros como os responsáveis pela construção da Nação moderna. Desenvolvendo reflexões a respeito da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antonio do Madeira, que visava a ocupação, o controle e a defesa das regiões de fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Na segunda parte da sua monografia, trabalha as ações da Comissão Rondon em Mato Grosso. As análises que esse autor traça se aproximam das de Laura Maciel, que também aponta no sentido da conformação da Comissão Rondon, os objetivos traçados por Cândido Rondon, quer em relação a expansão da malha telegráfica, às pesquisas científicas, ou ainda as formas de trabalho exploradas pela Comissão. Os dois trabalhos também trazem análises sobre os ideais da construção de um Brasil moderno, da demarcação das fronteiras e da aproximação e ‘pacificação’ de indígenas.

O que mais nos chamou a atenção é o capítulo dedicado a Amílcar Botelho de Magalhães, denominado – Um homem essencial e o perfil especial: Amílcar Botelho de Magalhães e o Escritório Central da “Comissão Rondon”. Nesta parte o

---

<sup>6</sup> Carlos Martins Junior, *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. 2001. (Tese de Doutorado. São Paulo. USP).

<sup>7</sup> Idem, p. 229.

autor traça a vida desse militar, seu engajamento na Comissão, os trabalhos prestados por ele, sua reverência à figura de Cândido Rondon e a sua grande preocupação em descrever a atuação de Rondon com o perfil do pioneiro que esteve sempre a serviço da Pátria e da Ciência. Martins Junior nos diz: “[...] no que diz respeito ao herói [Rondon], é possível perguntar: teria ele nascido e sobrevivido sem o coronel Amílcar?”<sup>8</sup>

De fato, Amílcar Botelho de Magalhães é o principal escritor, que seguia historiando a Comissão Rondon e grande responsável pela construção do discurso que não só legitimou as ações da Comissão à época, como criou em torno dela e de seu comandante o culto ao herói, que encontramos quando entramos em contato com a vasta bibliografia produzida acerca da Comissão e de Cândido Rondon. No entanto, não é Botelho de Magalhães que constrói o mito Rondon na Primeira República, antes de 1930, mas ele tem um papel fundamental nessa construção. Analisando a documentação percebe-se que Cândido Rondon expande suas idéias e feitos, vai ao Congresso debater suas intenções em relação aos povos indígenas. Tem um grupo de cientistas renomados que o acompanham na Comissão Rondon e que comungam suas concepções, tem aliados no governo republicano, o que certamente contribuiu para a construção da sua história pessoal. A vasta produção de documentos visuais, acrescidas das conferências e das publicações, tiveram o papel de construir uma imagem da Comissão e de Rondon. Botelho de Magalhães dá a sua contribuição como ele mesmo argumenta:

[...] a biografia propriamente dita de Cândido Mariano da Silva Rondon constitui obra de grande fôlego e de muita responsabilidade [...] Estou certo de que quanto mais emérito for o historiador que se incumba de um tão exaustivo trabalho e quanto mais escravo da verdade, tanto maior se projetará aos olhos das gerações futuras de nossa cara Pátria, a figura do notável sertanista, tanto mais sobrenadará a sua glória impoluta, por sobre os agitados mares da inveja, da corrupção e da calúnia [...] vida modelar de trabalhos e dedicação pela Pátria.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Idem, p. 305.

<sup>9</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, Rondon. *Uma relíquia da Pátria*, Curitiba: Guaíra, 1942, p. 15-16.

Sua preocupação em enaltecer as explorações geográficas e, conseqüentemente as contribuições prestadas pela Comissão à cartografia do Mato Grosso, garantiu a legitimidade desta, junto às academias científicas do período, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paulista. Segundo ele:

Para bem avaliar [...] a importância do serviço geográfico realizado, basta dizer que as explorações dirigidas pelo General Rondon descobriram rios que não figuravam nas cartas, locaram com precisão outros cujas nascentes estavam deslocadas de dois graus de latitude e em longitude.<sup>10</sup>

Os cinco livros e o catálogo que publicou são posteriores ao término da instalação da linha em 1915, mas apesar de serem voltados para a afirmação e valorização dos trabalhos de campo, efetuados pela Comissão e por Cândido Rondon é também, por meio dessas suas memórias, que tivemos contato com o cotidiano da Comissão.

No entanto, para exemplificar a nossa afirmação quanto a ser ele o grande pensador da grandeza da Comissão e de seu comandante, podemos citar um livro, que, a princípio, foi publicado na forma de artigos em periódicos, que tem o significativo nome de - Missão Rondon, no ano de 1915. Esta publicação foi feita no Jornal do Comércio, na cidade do Rio de Janeiro, e foi escrita por Luiz Bueno Horta Barbosa, oficial da Comissão Rondon. Mesmo não sendo da autoria de Botelho de Magalhães, foi publicado sob sua orientação, quando já era chefe do Escritório Central da Comissão, sediado no Rio de Janeiro. É um livro que hoje está publicado por completo, e apresenta um discurso aberto, cuja finalidade é acentuar o caráter eminentemente científico da Comissão e valorizar o perfil humanitário de seu comandante. Também os relatórios e as cartas da Comissão foram pródigos e muito férteis em números e análises que alardeavam seus êxitos no desenvolvimento da região.

De Amílcar Botelho de Magalhães, para essa dissertação de mestrado que ora apresentamos, nos interessa dois pontos: o primeiro sobre suas manifestações

---

<sup>10</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, *Impressões da Comissão Rondon. Episódios inéditos e pouco vulgarizados, ocorridos durante as explorações e nos acampamentos da Comissão Rondon*. 4ª edição. Porto Alegre: Editora do Globo, 1929 (1ª edição de 1922), p. 292.

acerca dos trabalhadores que compunham o projeto – Comissão Rondon – é com ele que estivemos olhando detidamente o cotidiano da Comissão. Laura Maciel também utilizou seus escritos quando tratou dos trabalhadores da Comissão Rondon, no que diz respeito aos mecanismos de controle da mão-de-obra, e a divisão do trabalho, em seu livro. Mas a autora não aprofundou a discussão a respeito desses trabalhadores. Laura Maciel nos diz que a perda de identidade dessas pessoas da Comissão é muito forte, são anônimas, contabilizadas sempre às centenas.<sup>11</sup>

O segundo ponto e também muito importante, é o fato de ser Amílcar Magalhães o grande articulador das publicações da Comissão Rondon. É sob sua direção no Escritório Central da Comissão, na cidade de Rio de Janeiro, que as publicações deveriam apresentar sempre a boa reputação da Comissão, do seu comandante e da oficialidade que a constituía. Sempre foi muito enaltecido o projeto da Comissão e ressaltados os esforços que tinham como fim desenvolver as terras por onde as linhas telegráficas deveriam passar. Não podemos deixar de salientar que também eram muito valorizados a coragem e sacrifícios heróicos de Rondon no desenvolvimento dos trabalhos de instalação da malha telegráfica, pesquisas e em relação aos indígenas. O historiador norte-americano Todd Diacon menciona e analisa esse esforço de Amílcar Botelho de Magalhães no comando do Escritório Central, como uma campanha de relações públicas, e quanto aos resultados dessa campanha ele diz:

Eis, pois, o irônico legado das campanhas de relações públicas da comissão. Elas promoveram Rondon e criaram uma imagem que cresceu ao longo de todo o século XX até motivar as tentativas revisionistas de desacreditar o homem e sua obra. Contudo, hagiógrafos e revisionistas têm em comum a suposição de que Rondon e sua obra mudaram drasticamente o Brasil, para o bem ou para o mal [...] Por conseguinte, talvez o trabalho de relações públicas da comissão, tenha, afinal, sido bem sucedido, pois suas pressuposições continuam a moldar nossas idéias e avaliações sobre o homem e sua obra.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., p. 144.

<sup>12</sup> Todd A. Diacon, *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 192.

Outro importante trabalho que nos chamou a atenção para elaborar esse primeiro capítulo e depois nos subseqüentes: foi a tese de doutoramento da antropóloga Maria Fátima Roberto Machado – Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes *Wáimare* e *Kaxíniti*, grupos Paresí<sup>13</sup>. A autora trabalha com as narrativas de alguns indígenas que fizeram parte da Comissão e estiveram por muitos anos próximos a Cândido Rondon. São essas narrativas que nos presenteiam com aspectos do cotidiano dos indígenas e também dos trabalhadores.

Seu trabalho reflete sobre as relações entre Cândido Rondon e os índios Paresí. Através das representações elaboradas pelos índios sobreviventes, que, na época de sua pesquisa, moravam em Cuiabá, na Aldeia Indígena Umutina e na Aldeia Indígena “Parecis”. Segundo a autora “[...] o objetivo foi fazer uma etnografia dessas relações, situadas em um contexto bastante particular, onde a cultura e a história poderiam ser vistas em confronto”<sup>14</sup>. Reflete também sobre a incorporação, pelos Paresí, de Rondon em seu mito de origem, como aquele que veio para corrigir o mundo, equivalendo-se ao seu herói mítico *Wazáre*.

Segundo Maria Fátima Roberto Machado quando as linhas telegráficas entraram em decadência, a imagem de Cândido Rondon como um “mediador pacifista do sertão” já estava consolidada, como parte integrante da sua experiência

---

Rondon o marechal da floresta de Todd Diacon é um livro de História sobre a construção da malha telegráfica em Mato Grosso entre os anos de 1900 a 1930, através do prisma da experiência de Rondon. Ele aborda as equipes principais dos homens (e às vezes das suas mulheres) no ambiente inexplorado e hostil do Noroeste do Brasil. Afirma que as doenças, a logística do Escritório Central, o terreno estranho, e a sustentação política apresentaram dificuldades maiores do que o trabalho real de estirar fios. Ao descrever a integração de Rondon ao positivismo, Diacon apresenta uma explanação desobstruída e sofisticada da ideologia (ou da religião, como Rondon a praticou). Em sua conclusão Diacon afirma que a linha de telégrafo foi usada principalmente por seus próprios oficiais e não promoveu o estabelecimento ou o desenvolvimento da região.

Precisamos fazer uma observação quanto a forma de escrita utilizada por esse autor. Segundo Severino “as citações são os elementos retirados dos documentos pesquisados e de leituras que efetuamos no desenvolvimento da pesquisa e que se revelam úteis para corroborar as idéias desenvolvidas no decorrer do nosso raciocínio. Tais citações são transcritas a partir das fichas de documentação, podendo ser transcritas literais ou então apenas alguma síntese do trecho que se quer citar. Em ambos os casos, é necessário indicar a fonte [...]”. Antônio Joaquim Severino, Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000, p. 106-107. A partir dessa norma do trabalho científico percebemos que Todd Diacon não faz, em nenhum momento, as citações necessárias, nesse estudo sobre Cândido Rondon.

<sup>13</sup> Maria Fátima Roberto Machado. *Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresí*. 1994, (Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ).

<sup>14</sup> Maria Fátima Roberto Machado, Rondon e os Paresí: as representações indígenas sobre o amure etnógrafo. In: Barros Edir Pina (org.) *Modelos e Processos*. Cuiabá: EDUFMT, 1998, p. 229.

como chefe da Comissão<sup>15</sup>. A autora explana sobre a decadência da malha telegráfica, o pouco uso que se fazia dela, e as outras incumbências que Rondon aceitou no decorrer dos anos, após o término da construção da linha.

De outro lado, a autora também traz informações sobre a Comissão Rondon. Explora por meio das narrativas dos indígenas, com os quais teve contato, as formas de trabalho utilizadas por Cândido Rondon, no desenvolvimento do seu projeto de estender a malha telegráfica, operando com o reconhecimento das riquezas existentes. Seus informantes trazem, de fato, para perto do nosso olhar, questões do dia-a-dia dentro da Comissão.

No livro de Antonio Carlos de Souza Lima – Um grande cerco de paz – poder tutelar e indianidade e formação do Estado no Brasil<sup>16</sup> -, encontramos uma ampla abordagem etnográfica e teórica, em um estudo sobre as relações entre o Estado e populações nativas no Brasil. E podemos dizer que este livro tem uma argumentação incisiva sobre as ações de Cândido Rondon e o SPI – Serviço de Proteção aos Índios, criado por ele em 1910, interpretando essa estrutura organizacional como o lugar “do qual se luta para centralizar e manter o monopólio sobre o exercício de diversos poderes sobre os povos nativos.”<sup>17</sup>

O autor trabalha com alguns dispositivos da integração de populações que, destruídas, submetidas pela guerra ou por componentes de dominação e hegemonizados pelo colonizador passam a ser objeto do poder tutelar. O poder tutelar para ele é:

[...] uma forma reelaborada de uma guerra, ou de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamentos possível entre um ‘eu’ e um ‘outro’ afastados por uma alteridade (econômica, política, simbólica e espacial) radical, isto é, a conquista, cujos princípios primeiros se repetem – como toda a repetição, de forma diferenciada – a cada pacificação.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 247.

<sup>16</sup> Antonio Carlos de Souza Lima, *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>17</sup> Idem, p. 39.

<sup>18</sup> Idem, p. 43.

O que podemos observar na argumentação de Souza Lima é que o *grande cerco de paz* é a construção de um Brasil, pela inclusão de povos indígenas que, por sua vez, acabam sendo expropriados até mesmo das suas histórias. E o operador da *paz*, traz em si a potência da guerra, pois toma posse desses povos e conseqüentemente de suas terras, dispondo totalmente dos espaços, por uma conquista militar. Souza Lima afirma que as políticas de Cândido Rondon, a Comissão e o SPI tinham como objetivo principal expandir o poder do Estado e não necessariamente assistência e cuidado com os indígenas.

Sobre esse livro de Antonio Carlos de Souza Lima, o historiador americano Todd Diacon argumenta que:

Lima expõe com eloqüência seu argumento de que Rondon e o SPI visavam antes de tudo expandir o poder do Estado Central e, talvez principalmente, a autoridade do SPI e do ministro da Agricultura sobre a burocracia federal [...] A mais incisiva idéia revisionista é tão reiterada afirmação de que Rondon praticou uma forma de guerra cujo objetivo era a conquista dos indígenas. Baseado em Michel Foucault, Lima salienta que ‘o poder é essencialmente repressivo [...] é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos de uma classe’ Rondon, sua comissão e o SPI fizeram guerra aos indígenas [...] <sup>19</sup>

Expondo essas posições de Souza Lima, Diacon manifesta que “[...] é forte a tentação de aceitar a suposição de Lima de que a conclusão lógica da assimilação seria o extermínio [...]”<sup>20</sup> Porém, para Diacon, as argumentações de Souza Lima trazem uma incompletude ou talvez uma parcialidade. Segundo ele :

Isso resulta da recusa a dar credibilidade ou encontrar complexibilidade na linguagem, nos atos, na retórica de Rondon e seus associados [...]” Lima maneja com destreza sua espada Foucaultiana ao golpear os que consideram pelo menos possível que proteção e assimilação contivessem significados positivos, ainda que contraditórios, conducentes a

---

<sup>19</sup> Todd A. Diacon, op. cit., p. 142-143.

<sup>20</sup> Idem, p. 146.

ações tanto positivas como negativas, sem falar na possibilidade de resistência dos índios (um fator que Lima desconsidera totalmente, retratando assim os indígenas como vítimas impotentes). Sem dúvida o poder é repressivo, como afirma Lima, novamente baseado em Foucault. Mas o poder não pode também ser contraditório? Não seria possível ao menos considerar a possibilidade da dialética?<sup>21</sup>

As análises de Todd Diacon, acerca das argumentações de Souza Lima revelam que essa literatura revisionista forneceu, sem dúvida, proveitosas interpretações sobre as políticas de Cândido Rondon. No entanto, as idéias de Rondon segundo ele, foram mais complexas e por mais que em alguns momentos fossem equivocadas e que “[...] o seu etnocentrismo levou a uma visão deturpada dos indígenas e suas histórias [...] ainda assim esse general brasileiro defendeu publicamente, com todo empenho, os direitos dos índios às suas terras [...]”<sup>22</sup>. Cândido Rondon e os positivistas defenderam os indígenas, reconhecendo sua soberania e posicionando-se contra o determinismo racial da época.

O livro do historiador Elias dos Santos Bigio *Cândido Rondon: a integração nacional*<sup>23</sup>, esboça as “[...] estratégias de defesa e ocupação das fronteiras brasileiras, especialmente nos estados do Centro-Oeste e da Amazônia [...]”<sup>24</sup> no final do século XIX e princípio do século XX refletindo sobre a participação de Cândido Rondon nesse processo, no período em que esteve à frente da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

Segundo Bigio o projeto de instalação das linhas telegráficas gestado nos primeiros momentos republicanos integra-se às estratégias de defesa do território nacional e contempla ainda as questões indígenas. Essa população indígena, pouco conhecida, era vista pelos governos republicanos como mão-de-obra, que poderia formar um contingente necessário para assegurar a defesa da região e também como trabalhadores durante a implantação das linhas telegráficas.

O autor traz em seu livro aspectos da incorporação dos índios Bororo e Paresí como trabalhadores das linhas telegráficas. Segundo ele:

---

<sup>21</sup> Tod Diacon, op. cit. p. 146

<sup>22</sup> Idem, p. 158

<sup>23</sup> Elias dos Santos Bigio, *Cândido Rondon: a integração nacional*, Rio de Janeiro: Contraponto, PETROBRÁS, 2000.

<sup>24</sup> Idem, p. 5.

[...] ao instalar as linhas e estações de telégrafos em territórios indígenas, o governo republicano queria incorporar essas áreas à economia brasileira e os próprios índios como mão-de-obra. Isso foi determinante para que Cândido Rondon se transformasse em um dos principais articuladores da política indigenista republicana.<sup>25</sup>

Um dos desafios dos governos republicanos era libertar o país da centenária imagem dos índios ferozes, que impediam o ingresso da civilização nas regiões distantes dos centros econômicos, valorizando a imagem de lugar exuberante, portador de imensas florestas, para fazer emergir dessa região possibilidades de desenvolvimento econômico. Nesse sentido era preciso, no caso de Mato Grosso, ocupar os lugares ditos “vazios” e pouco explorados, procedendo à incorporação dos grupos indígenas, fazendo então aparecer uma população que podia ser ordenada e uma natureza com potencialidades econômicas.

Rondon, sem dúvida, foi habilidoso nesta questão. Notadamente no caso dos Paresí, foram eles identificados como trabalhadores nacionais, exibindo sua condição de índios tutelados, legitimando discursos de proteção. Tais trabalhadores nacionais eram exibidos com orgulho por Rondon, pois tornavam-se a concretização do seu sonho de civilização.<sup>26</sup>

Segundo Elias dos Santos Bigio, Cândido Rondon ao instalar a malha telegráfica em territórios indígenas demonstrava o interesse do governo republicano em incorporar as áreas “vazias” e os indígenas, como mão-de-obra, à sociedade civilizada. Para tanto, organizou e dirigiu os primeiros trabalhos para a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN<sup>27</sup>, que deveria aplicar métodos que levassem a pacificação e proteção dos indígenas, numa obra que ele próprio já desenvolvia a, quase duas décadas junto a essas populações em Mato Grosso.

---

<sup>25</sup> Idem, p. 26.

<sup>26</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit, 1994, p.240.

<sup>27</sup> Cf. Elias dos Santos Bigio, op. cit. p. 26 – “[...] a criação do SPILTN, em 1910, (transformado, em 1918, em serviço de Proteção ao Índio, ou SPI) visa justamente a racionalizar o processo de incorporação dos territórios e das populações indígenas à sociedade brasileira da Primeira República.”

No entanto, para obter resultados mais positivos em relação aos esforços civilizadores, segundo Rondon, a serem desenvolvidos pela nova Repartição, ele próprio nos diz:

[...] propus que ela abrangesse também os nossos 'sertanejos' ou 'caipiras', aos quais se ofereceria instalação em estabelecimentos agrícolas análogos aos das colônias fundadas para imigrantes estrangeiros, não tanto com o fito de se tirarem de tais estabelecimentos as vantagens econômicas que eles podem dar, mas com preocupação maior para as questões atinentes ao melhoramento da situação moral e mental dos habitantes do nosso abandonado interior, ao aperfeiçoamento dos seus meios de trabalho e à implantação de hábitos duma sociabilidade larga e sadia.<sup>28</sup>

A proteção aos índios e a localização de trabalhadores nacionais foram investimentos importantes do regime republicano no sentido de constituir um contingente de mão-de-obra necessária ao mercado de trabalho nacional, como também de disciplinar e incorporar a este mercado uma população que se julgava inapta para o trabalho exigido no mundo moderno, da civilização. Além disso, aqueles investimentos articulavam-se, também, ao propósito de ordenar os espaços, segundo o discurso do "interior" da nação. Assim, era ainda necessário regulamentar o acesso a terra e, conseqüentemente as relações de trabalho, principalmente em estados da federação considerados *dispersores de população*.<sup>29</sup>

Como populações dispersas entendia-se os índios e seringueiros. Contudo, pode-se pensar, ainda, que este termo se referia, em geral, aos remanescentes das populações livre pobre e escrava do período imperial, que, já nos tempos republicanos sobreviviam à margem de relações de trabalho capitalistas e não se enquadravam no modelo de trabalhador desejado pela República<sup>30</sup>. Neste

---

<sup>28</sup> Missão Rondon, *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas de 1907-1915*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1916, p. 234-235. Esse texto não traz autoria na sua capa, mas segundo Antonio Carlos de Souza Lima, 1990, p. 22, o texto intitulado Missão Rondon compõe-se de artigos escritos por Luis Bueno Horta Barbosa, um dos quatro irmãos também componentes da Comissão Rondon, publicados no Jornal do Comércio, durante o ano de 1915.

<sup>29</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit. p. 171.

<sup>30</sup> Idem, p.171.

contingente populacional, muito provavelmente, estavam os trabalhadores da própria Comissão. Todos deveriam ser alvos de investimentos em educação, para obtenção dos resultados civilizatórios almejados. Percebemos que Rondon tinha uma concepção própria para efetivar o que considerava como progresso e o desenvolvimento dos sertões do Brasil: acreditava na fundação de núcleos populacionais, neste território, de onde se irradiaria o progresso. A ação indigenista praticada por ele, no entanto, não impediu o desenvolvimento de outro projeto maior, de que se havia incumbido, ou seja, ajudar a incorporar o Mato Grosso aos novos padrões econômicos e culturais que se apresentavam no início do século XX.

Essa passagem pelos trabalhos citados, teve como objetivo maior assinalar determinados aspectos que foram e são fundamentais para iniciar um diálogo com os autores que se especializaram em estudos acerca da Comissão Rondon. Cada um tem seu estilo narrativo, suas problematizações e questões, suas complexidades, e é com base em suas análises que vamos apresentar a Comissão Rondon e um pouco da história dos seus trabalhadores.

## **O telégrafo e as Comissões**

Laura Maciel nos descortina como o telégrafo era visto nas suas diversas utilidades práticas e quais eram os significados produzidos sobre ele, nas esferas pública e privada. Segundo ela:

Uma das intenções foi perceber como o telégrafo, um mecanismo pensado para ser transmissor do 'pensamento', constitui-se também um emissor de idéias e de práticas e como uma linguagem e meio de comunicação [...] os significados e as funções que o Estado, no Brasil, foi incorporando ao telégrafo, fazendo-se distinções ou apontando permanências na transição do Império para a República.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., p. 39.

A experiência da Guerra com o Paraguai tornou evidente a necessidade de uma comunicação mais ágil para a administração do território nacional. A fragilidade das fronteiras nacionais, sobretudo no Mato Grosso, em razão da escalada dos paraguaios sobre a parte mais ao sul da província e a possibilidade vivida de poderem chegar à Cuiabá, colocou o governo imperial em estado de alerta. Tão grandes extensões de terra, a falta de comunicação rápida com o centro do poder no Rio de Janeiro, bem como as dificuldades com os transportes colocaram a necessidade de atitudes práticas que pudessem diminuir esses problemas.

Já no fim do Império aparecem as primeiras ações para que os problemas da falta de comunicação e integração das províncias começassem a ser resolvidos com a construção de milhares de quilômetros de linhas telegráficas. Segundo Luis Bueno Horta Barbosa:

O governo do Império, cedendo à pressão da evidência dos fatos que, há muito tempo, clamavam pela necessidade de se acudir à segurança do país, do lado de Mato Grosso, mandou iniciar a construção de uma linha telegráfica que, partindo de Franca e passando por Uberaba, demandasse Goiás, com o fito de mais tarde atingir Cuiabá. [...] Era, porém premente a urgência de se tirar Mato Grosso do isolamento em que jazia que, no ano seguinte, o mesmo governo se viu obrigado a adotar medidas tendentes a acelerar a terminação daqueles trabalhos, criando para isso outra turma de engenheiros militares, encarregados de atacar a construção da linha de Cuiabá para um ponto do Araguaia, onde ela se deveria encontrar com a que avançava de Goiás.<sup>32</sup>

Em 1888 se constituiu a primeira linha para construir a rede telegráfica que saindo de Franca deveria chegar a atingir Cuiabá. A direção dessa obra foi confiada ao General Cunha Mattos, ainda sob o governo imperial. Em 1890, já sob o governo de Deodoro da Fonseca organizou-se uma nova comissão que fora denominada Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, ligando Cuiabá a um ponto do rio Araguaia, devendo esta se encontrar com a linha que vinha de Goiás, cujos trabalhos estiveram sob a chefia do Major Ernesto Gomes Carneiro, tendo

---

<sup>32</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 33-34.

Cândido Mariano da Silva Rondon sido nomeado seu ajudante com a patente de 1º Tenente. Esta Comissão termina seus trabalhos em 1892.<sup>33</sup>

Cândido Rondon desempenhou diversas atividades depois do fim dos trabalhos da Comissão em 1892<sup>34</sup>. E em 1898 foi nomeado chefe de construção de uma linha telegráfica que deveria ir de Cuiabá a Corumbá, com ramificações para Aquidauana e Forte Coimbra, sendo esta obra chamada de Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso, com início no ano de 1900 e a linha inaugurada em 01 de janeiro de 1904. Os serviços acabaram sendo prolongados para mais ao sul do estado, tendo seu efetivo término em 1906.<sup>35</sup>

As Comissões comandadas por Cândido Rondon eram estabelecidas e norteadas por 'instruções' oriundas dos Ministérios da Guerra e Viação e Obras Públicas, para orientá-lo em como desenvolver os trabalhos de campo. Essas 'instruções' continham algumas diretrizes: quanto ao número de homens que deveriam compor a Comissão - pessoal civil, militar e trabalhadores braçais, todos os vencimentos e gratificações vinham também estipulados. Rondon deveria respeitar os prazos dados para o envio de relatórios, bem como ao final de todo trabalho enviar um relatório geral, metodicamente elaborado, informando ao "Estado-Maior sobre o valor militar do terreno explorado, sua topografia e sua estatística, acompanhado de plantas definitivas do levantamento e do nivelamento da região percorrida."<sup>36</sup>

Nas 'instruções', estava presente, ainda que de maneira imprecisa, a idéia de um inventário sobre os habitantes de cada localidade, o tipo de produção e o potencial da região sob o ponto de vista militar e, também, quanto ao seu futuro desenvolvimento econômico e social. Mais do que a busca pelo novo, pelo desconhecido, como foi enfatizado pelos integrantes da Comissão Rondon em seus relatos e memórias, esse grande projeto passava pelo ordenamento do território penetrado, na busca de sua ocupação e principalmente, no aproveitamento econômico das terras e do que era visto como pacificação dos povos indígenas. Era um projeto de tomada de posse do território, "[...] marcado pela sobreposição de um

---

<sup>33</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., p. 102. Para ver mais: Cláudio Moreira Bento, Marechal Cândido Mariano Rondon: o guerreiro da paz, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. V. 59. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p. 36-37.

<sup>34</sup> Sobre essas funções ver: Cláudio Moreira Bento, Marechal Cândido Mariano Rondon: o Guerreiro da Paz. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. V. 59. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p. 188-189.

<sup>35</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 14-15.

<sup>36</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., p. 106.

tipo de desenvolvimento sobre outro, tido como atrasado, não científico, improdutivo e que escapava ao controle governamental.”<sup>37</sup>

Rondon elaborou um relatório geral da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso, que foi executada em 6 anos, de 1900 a 1906 e nele fica patente o esforço para promover o reconhecimento do Mato Grosso, e também facilitar a comunicação com a capital federal<sup>38</sup>. Já em 1907, o governo de Afonso Penna projetava promover a integração entre as regiões do rio Madeira, mais efetivamente, os territórios do Acre, do Purus e do Juruá<sup>39</sup>, para que fosse possível exercer sobre eles a ação do governo central e conforme relata Cândido Rondon que “[...] a tomada de posse desse sertão fosse feita dentro de um ponto de vista da exploração científica do território [...]”<sup>40</sup>, visto a porção norte do Brasil ganhar grande impulso devido à exploração dos seringais.

---

<sup>37</sup> Carlos Martins Junior, op. cit., p. 304.

<sup>38</sup> Relatório dos trabalhos realizados pela Comissão entre 1900/1906. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

<sup>39</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 63-64. Nas Instruções que foram publicadas em 04.03.1907, o Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, - Miguel Calmon du Pin e Almeida no item 01 refere que de Santo Antonio do Madeira a linha deveria procurar as sedes das Prefeituras do Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, podendo chegar a Tabatinga, se isso fosse conveniente, ao critério do Ministro da Guerra. Filme 01-34, p. 11 – Museu do Índio.

<sup>40</sup> Esther de Viveiros, *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 227.



**Mapa 1.** Carta Sintética de Mato Grosso. In: CORREA FILHO, Virgílio. Mato Grosso. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1922.

Esses movimentos de penetração rumo à Amazônia foram efetivados nos tempos de Rondon com o telégrafo, pelos seringalistas, pela Ferrovia Madeira Mamoré, na tentativa da integração nacional, mas, sobretudo em função da possibilidade de exploração dos recursos naturais que já se sabia que existiam. Segundo a historiadora Lucia Salsa Correa, havia a exploração da baunilha, poaia, madeiras, plantas medicinais e algumas ervas, entre muitos outros, no entanto, como não eram beneficiados, nada se tirava de lucro sobre eles. Estes produtos na maioria das vezes serviam apenas para atender as necessidades locais.<sup>41</sup>

Porém, parte da exploração extrativista havia ganhado um impulso significativo com a abertura do rio Paraguai ao comércio internacional, na segunda metade do século XIX. Ampliara-se muito a exploração da borracha e da ipecacuanha e também de erva-mate com a Companhia Mate-Laranjeiras. Mais ao sul do estado desenvolvia-se a criação de gado, e a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, que ligava Corumbá a Bauru, no estado de São Paulo, dinamizou este processo, bem como, valorizou as terras próximas à linha do trem.<sup>42</sup>

O Governo Federal, entretanto, desejava fazer o efetivo reconhecimento e integração do Mato Grosso com o restante do país. Para isso foi organizada uma nova comissão, que ficou conhecida como Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, ou mais comumente chamada de Comissão Rondon, que foi considerada gigantesca, porque o projeto estabelecido não era apenas para a instalação da linha telegráfica, mesmo que extensa, por caminhos praticamente inexplorados, mas sim, porque era necessário fazer explorações nessa região, do ponto de vista geográfico, botânico, mineralógico, da constituição do solo, do clima, das florestas e cerrado, dos rios e também dos povos indígenas<sup>43</sup>. Segundo Cândido Rondon:

---

<sup>41</sup> Lucia Salsa Correa, *A fronteira na história regional: o sul de Mato Grosso (1870-1920)*, 1997. (Tese de Doutorado. São Paulo. USP). p. 123.

<sup>42</sup> Idem, p. 125.

<sup>43</sup> Cf. Missão Rondon, op. cit., p. 41-43. “Os trabalhos da Comissão assumiram o caráter de empreendimentos de larga envergadura científica, civilizadora e política, realizando explorações tendentes a desvendar os segredos de lugares recônditos, trabalhos geográficos – determinação de coordenadas, elaboração de mapas e trabalhos cartográficos – levantamento de dados relativos à população, às riquezas naturais do solo, sua capacidade de produção, recursos atuais, vias de comunicação e outros elementos necessários para facilitar qualquer ação posterior do Governo naquelas paragens”. Para saber mais sobre o assunto ver: Laura Antunes Maciel, op. cit.

Em torno da construção da linha telegráfica, grupar-se-iam as soluções de diversos assuntos de caráter oportuno, tais como os estudos da geografia local e do terreno sob o tríplice ponto de vista da História Natural, sobrelevando a todos os respeitos o conhecimento exato que a Nação teria da existência das tribos indígenas que fossem encontradas. Desses estudos explicitamente se deduziriam as vantagens ou desvantagens do povoamento imediato da zona explorada, conhecimento de alto valor para a administração superior da nação, sob o ponto de vista político e econômico [...] integrar-se-ia assim ao patrimônio nacional extenso território, dos mais ricos do país [...]<sup>44</sup>

A idéia era que a expansão para esta região basear-se-ia em uma cultura técnica e positivista, tentando transformar esses espaços “vazios” em territórios e as tais populações dispersas, em brasileiros, produzindo uma população homogênea capaz de se reconhecer como uma unidade e parte de uma “comunidade nacional”. Segundo Cândido Rondon:

Onde quer que chegue o telégrafo [...] ali far-se-ão sentir os benéficos influxos da civilização. Com o estabelecimento da ordem, obtida pela facilidade com que os governos podem agir no sentido de melhor superintender e distribuir o bem público e a justiça, virá fatalmente o desenvolvimento do homem e das indústrias, pois ficará instituído o comércio contínuo entre as sociedades, no mundo moral e no mundo físico.<sup>45</sup>

O discurso de Rondon apregoava uma obra civilizadora, porque no sertão descrito por ele, havia uma ausência de tudo que a seu ver indicava civilização. O sertão era caracterizado como um lugar carente de pessoas cultas e que principalmente detivessem alguma formação técnico-científica para ali atuarem e

---

<sup>44</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 97-98.

<sup>45</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon – Chefe da Comissão. Estudos e Reconhecimentos. 1º volume, Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d, p. 09.

transformarem esses espaços, impondo, também, aos seus moradores novas concepções de tempo, propriedade e trabalho. Nesse sentido o historiador Gilmar Arruda aponta:

Os mecanismos utilizados para esta tarefa de ‘civilizar’ que pode ser entendida como ‘homogeneizar’ ou ‘soldar’ territórios aos novos ideários, inscrevem-se no chamado ingresso do Brasil no campo da modernidade. Ferrovias, estradas, telégrafos, mapeamentos, urbanização, civilização, modernização são termos corolários deste processo.<sup>46</sup>

Todas essas ações em relação aos territórios habitados por indígenas e áreas de florestas eram motivadas pelo imaginário de um processo mais amplo que atingia toda a sociedade do Brasil numa montagem de um Estado/Nação/moderno. E várias foram as iniciativas para integrar ou ocupar o território da Nação. Vamos aqui citar dois projetos, que apesar de diferirem quanto ao local de suas ações, faziam parte do mesmo ideário sobre como atuar sobre os lugares tidos como sertão ou sertões: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo<sup>47</sup> e a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil<sup>48</sup>. Duas iniciativas concretas que “partilhavam do mesmo imaginário que juntava a crença na técnica como elemento de progresso e civilização, com a integração e fortalecimento do território nacional.”<sup>49</sup>

Esses dois grandes projetos e também a Comissão Rondon tinham propósitos semelhantes: integração do território nacional e o seu fortalecimento como nação. No caso de Mato Grosso, na opinião de Francisco Bhering, engenheiro da Repartição Geral dos Telégrafos, era necessário integrar o território nacional e acabar com a situação de abandono de certas áreas afastadas dos centros econômicos que “causava embaraços à sua administração”<sup>50</sup>. Conforme Cândido Rondon:

---

<sup>46</sup> Gilmar Arruda, *Cidades e Sertões*. São Paulo: EDUSC, 2000, p. 99.

<sup>47</sup> Sobre a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo ver: Gilmar Arruda, op. cit.

<sup>48</sup> Sobre a Construção da Ferrovia Noroeste do Brasil ver: Maria Inês Malta Castro, *O preço do progresso*. Campinas, 1992. (Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp).

<sup>49</sup> Gilmar Arruda, op. cit., p. 105

<sup>50</sup> Apud Laura Antunes Maciel, op. cit., p. 98.

A nossa missão no interior das terras desconhecidas não se cingiria a simples afinçamento de postes, como tem parecido a muita gente preocupada exclusivamente das cogitações utilitaristas, num século em que a evolução social tende a tocar a meta do seu desenvolvimento [...] A nossa intervenção nesse pedaço da Terra Brasileira, seria ao mesmo tempo de caráter social e político como feição técnica e administrativa propriamente, num meio em que as nossas relações com as diferentes unidades sociais e políticas da Nação se impunham de um modo inevitável.<sup>51</sup>

Nesse sentido a rede telegráfica, as práticas e os discursos que a acompanhavam, faziam parte de um grande projeto da República, mas também instrumentos, para que se delineasse e ocupasse as fronteiras do Brasil. Estratégia definida pelo Ministério da Guerra para a consolidação das fronteiras nacionais, a ser executada pelos engenheiros militares “[...] que deveriam imprimir na natureza as marcas da tecnologia mais avançada [...]”<sup>52</sup>. Ainda segundo Laura Maciel:

Se, no passado, os bandeirantes foram os ‘criadores da geografia pátria’, no alvorecer do século XX o telégrafo e a estrada de ferro cumpriram o papel de orientar a penetração e ocupação da hinterlândia brasileira.<sup>53</sup>

Todo esse esforço de atuação sobre o território elaborou e representou os chamados espaços internos, não urbanos, como fronteira. Esta pensada como limite, uma linha que demarcava espaços culturais, territoriais e políticos, mas ao mesmo tempo havia uma outra questão presente: a possibilidade do encontro de riquezas. Se a fronteira corresponde à idéia de um território delimitado, dotado de soberania, controlado e regulado por um Estado, então as ações governamentais a partir da Comissão Rondon, naquele momento histórico, “representavam a

---

<sup>51</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 98.

<sup>52</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., p. 109.

<sup>53</sup> Idem, p. 109

incorporação de novos espaços e a ampliação do território conhecido e administrado construindo o corpo da Pátria.”<sup>54</sup>

## **A organização da Comissão Rondon**

O traçado geral para os trabalhos dessa Comissão tomou por base o projeto do engenheiro Francisco Bhering <sup>55</sup>, que consistia em demarcar a cachoeira de Santo Antonio do Madeira, partindo de Cuiabá, pela divisória das águas do rio Paraguai e Guaporé com as dos rios Tapajós e Gi-Paraná, para então penetrar no divisor secundário do rio Jamari, até alcançar o ponto inicial da estrada de ferro Madeira Mamoré. A partir daí a linha telegráfica deveria seguir para as sedes das prefeituras do Acre, Purus e Juruá <sup>56</sup>. Segundo Edgard Roquette-Pinto:

Esse primeiro trajeto se daria em duas etapas: os pontos extremos da linha seriam Cuiabá e Santo Antonio do Madeira. O fio cruzaria o grande divisor de águas platinas e amazônicas. Para começar, Rondon resolveu explorar, de maneira completa, o grande sertão do noroeste; e realizar essa primeira parte de seu programa em duas etapas: primeiro atingir o Juruena famoso; em seguida chegar ao Madeira. O Juruena seria um excelente ponto de referência para a exploração do resto do território. <sup>57</sup>

Organizado o traçado que deveria se desdobrar entre os estados de Mato Grosso e Amazonas, a Comissão foi formada e se revestiu de um caráter misto nas

---

<sup>54</sup> Idem, p. 111.

<sup>55</sup> Segundo Elias dos Santos Bigio “Ao contrário do que a biografia de Rondon registra, existiram críticas significativas ao Projeto de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Embora a conservação das linhas tenha sempre sido alvo de elogios, a elaboração do projeto sofreu severas críticas registradas no debate travado pelos engenheiros Francisco Bhering e Leopoldo Weiss. Nele torna-se evidente as discordâncias técnicas e de orçamento”. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas; as estratégias políticas de Rondon – 1889-1930*. 1996, p. 27. (Dissertação de Mestrado. Brasília. UNB).

<sup>56</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 63.

<sup>57</sup> Edgard Roquette-Pinto, *Rondônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950, p. 55.

dimensões: civil, militar, científico e tecnológico, dependente de dois Ministérios, o da Indústria, Viação e Obras Públicas, ao qual a Repartição de Telégrafos era subordinada e o da Guerra. Para que todos os serviços pudessem ser realizados a contento, Rondon preparou um esboço geral dos trabalhos, que tiveram por núcleo principal o 5º Batalhão de Engenharia, com missões de construção, transporte e vigilância, dividindo tais trabalhos da seguinte maneira:

- a) construção de um ramal que, partindo de S. Luis de Cáceres, iria ter à cidade de Mato Grosso, na fronteira boliviana;
- b) construção da linha tronco de Cuiabá a Santo Antonio do Madeira;
- c) grandes reconhecimentos do sertão e estudos preparatórios para fixar o traçado da linha tronco;
- d) medição das terras da fazenda de Casalvasco, que se estendia da Serra de Aguapei à fronteira da Bolívia.<sup>58</sup>

Desse modo a Comissão Rondon inicia seus trabalhos em 1907<sup>59</sup> trazendo a incorporação de diversos profissionais pertencentes a vários órgãos, tais como, do Museu Paulista e do Museu Nacional<sup>60</sup> do Rio de Janeiro, que se encarregaram de boa parte da produção dos relatórios sobre as pesquisas efetuadas paralelamente à instalação da linha telegráfica.

---

<sup>58</sup> Em Esther de Viveiros, op. cit., p. 239.

<sup>59</sup> A Comissão Rondon inicia seus trabalhos em 1907 e é definitivamente encerrada em 1930. Os serviços de instalação dos fios, postos telegráficos e investigação científica se dão até 1915. Segundo Cândido Rondon: "Terminada a construção da linha, em 1915, apresentei-me ao Ministro da Viação, para entregá-la. Declarou-me que não poderia tomar a si tal encargo, uma vez que não dispunha de pessoal que pudesse conservar tão grande extensão de linha telegráfica. Era, pois necessário que eu prolongasse minha vida no sertão, para cuidar de que se não perdesse tão grande esforço, até que o Ministro se considerasse em condições de assumir tal responsabilidade." Em Esther de Viveiros, op. cit., p. 438.

<sup>60</sup> A aliança com o Marechal Rondon e a sua Comissão significou a possibilidade de consolidação do Museu como uma instituição científico nacional. Ao seu acervo foram incorporados, catalogados, até 1916, mais de 7.500 exemplares para a seção de zoologia, 3.380 exemplares na seção de antropologia e etnologia, 8.837 na botânica e, por fim, 42 exemplares para a seção de geologia e mineralogia. Em apreciações do Museu Nacional do Rio de Janeiro sobre o material e as publicações da Comissão Rondon, Alípio de Miranda Ribeiro, zoólogo do Museu e da Comissão, lembrou o quanto eles eram devedores ao então coronel Rondon, por dotá-los de um acervo cuja qualidade era confirmada pela procura das publicações "por toda a parte do mundo" e pelas manifestações provocadas no país e no estrangeiro. O acervo da Comissão, assim como o material coletado por ela na "Expedição Roosevelt-Rondon", em 1914, também pelo norte de Mato Grosso, haviam dotado o Museu Nacional de "quase todo o material pátrio quanto o adquirido em um século da sua existência anterior". In: MAGALHAES, Amílcar Botelho de. *Memorial dedicado ao Governo da República e aos Srs. Membros do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919, p. 108.

Como resultado dos trabalhos de construção de 1907 a 1915, a Comissão Rondon instalou 2.268 km de linhas telegráficas, inaugurou 25 estações, duas em território dos índios Paresí – Ponte de Pedra e Utiariti. Foi construída pela Comissão a estrada de rodagem de Tapirapoan a Juruena, também em território Paresí<sup>61</sup>. Como previsto no plano inicial, essas linhas se interligavam com a estrada de ferro Madeira Mamoré, que foi construída estrategicamente integrada ao telégrafo, em função do conflito com a Bolívia, sendo uma das cláusulas do Tratado de Petrópolis.<sup>62</sup>

Segundo o artigo XV das instruções baixadas pelo Ministério da Viação e assinadas pelo Dr. J. F. Soares Filho, aprovadas com a portaria de 04 de março de 1907, do Ministro Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, de acordo com a lei nº 1.617 de dezembro de 1907, estabelecia que a Comissão Rondon fizesse o estudo “da região, sob os pontos de vista de diversas áreas e dos produtos extrativos, mas, principalmente os minerais.”<sup>63</sup>

Os profissionais que efetuaram trabalhos de campo juntamente com Rondon tinham tarefas específicas de acordo com seus próprios conhecimentos, e estiveram operacionalizando as suas pesquisas em períodos mais ou menos determinados. Entre os anos de 1907 e 1908, os estudos de Etnografia e Geologia estiveram a cargo de Karl Carnier. Entre 1908 e 1910 os estudos de Geologia e Mineralogia ficaram a cargo de Cícero de Campos; os estudos de Botânica a serviço de Frederico Carlos Hoehne; os estudos de Zoologia por Alípio de Miranda Ribeiro; os estudos de Etnografia pelo próprio Rondon. Entre 1910 e 1912 os estudos de Geologia e Mineralogia ficaram a cargo do Dr. Moritz; os estudos de Botânica por Frederico Carlos Hoehne; os de Zoologia dividiram-se entre Frederico Carlos Hoehne e os irmãos Kuhlmann e novamente os estudos de Etnografia estiveram a cargo de Rondon, com a parceria de Roquete Pinto.

Nos anos de 1913 e 1914 os estudos de Geologia e Mineralogia ficaram sob os cuidados de Euzébio de Oliveira; os de Botânica, novamente por Frederico Carlos Hoehne; os de Zoologia foram efetuados em parceria por Frederico Carlos Hoehne e Arnaldo Black de Sant’Anna; novamente neste período Rondon efetuou os estudos

---

<sup>61</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 26-27.

<sup>62</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 223.

<sup>63</sup> Informações contidas no Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910.

de Etnografia. Entre os anos de 1914 e 1915 os estudos de Botânica ficaram sob os cuidados de Francisco Carlos Hoehne, Rondon e E. Stolle e os estudos de Zoologia, dividiram-se entre Tte. Antonio Pirineus de Souza, Antenor Pires, Julio Horta Barbosa, João G. Kulmann, Tte. Vasconcelos e Serapião dos Santos e sobre Etnografia, o próprio Rondon.<sup>64</sup>

Aliando-se aos trabalhos acima, foi criada a seção de serviços astronômicos, que ficou sob a chefia de Rondon, auxiliado pelo engenheiro e 1º Tenente-ajudante João Salustiano Lyra e depois pelo 1º Tenente Renato Barbosa Rodrigues Pereira<sup>65</sup>. Os serviços meteorológicos que foram desempenhados por funcionários, segundo Rondon, com a “necessária aptidão”<sup>66</sup>, e também os serviços sanitários. Estes foram efetuados por vários médicos, mas Rondon salienta os serviços de Armando Calasans e Joaquim Augusto Tanajura, que devido “à situação em que se viram, tiveram ocasião de exercitar mais as qualidades morais, intelectuais e práticas que os exalçam (sic).”<sup>67</sup>

O serviço sanitário era sem sombra de dúvida essencial, visto que o beribéri e o impaludismo eram doenças que dificultavam sobremaneira o desempenho dos trabalhadores e de todos os outros componentes da Comissão, além dos ferimentos pelos corpos, já que os serviços eram duros e penosos.

Sobre os serviços efetuados por Cândido Rondon, durante o período de atuação da Comissão Edgard Roquette-Pinto, este em seu livro – Rondônia -, diz que:

A obra científica de Rondon não pode ser assas admirada. [...] em 5 anos de trabalho ele conquistou pacificamente alguns milhares de quilômetros quadrados, agora em condições de fácil valorização. De cada índio, cuja ferocidade não era vã, e cuja animosidade sacrificou tantos homens, fez um amigo. Abriu à ciência um campo enorme de verificações e descobertas: à indústria, todas as riquezas de florestas

---

<sup>64</sup> Informações e demonstrativo das áreas de pesquisa e seus respectivos especialistas, que atuaram entre 1907 e 1910, na Comissão Rondon, retiradas do Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910.

<sup>65</sup> Idem, p. 90.

<sup>66</sup> Idem, p. 93.

<sup>67</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 91.

seculares. Soube coroar sua atividade estendendo o fio telegráfico, que os Paresí chamam de 'língua de mariano' em homenagem ao seu grande amigo, entre pontos extremos da sua pátria que ligou por uma gigante estrada de rodagem [...] <sup>68</sup>

Rondon extrapolou a justificativa puramente estratégica da construção do telégrafo. O essencial nas suas atitudes era o desenvolvimento da região e como podemos observar era grande a organização dos trabalhos da Comissão que, apesar de ter como principal tarefa a construção da rede telegráfica, tinha agrupado à sua volta inúmeras outras atividades também importantes do ponto de vista de uma produção científica. Mas é importante salientar neste momento, para que toda essa produção científica e imagética pudesse ser aproveitada da melhor forma possível, Cândido Rondon determinou a implantação de um escritório central na cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor esquina da Rua Sachet, no 1º andar. <sup>69</sup>

Esse escritório tinha a função de centralizar os resultados teóricos dos trabalhos desenvolvidos dentro do estado de Mato Grosso, além de permitir mais facilmente a comunicação dos funcionários e destes com ele próprio, chefe da Comissão. Tal escritório foi um centro de convergência, para evitar a demora e os extravios dos despachos telegráficos, bem como o lugar para a organização regular dos arquivos de documentos e dados, servindo também de fonte de informações entre as seções, a chefia da Comissão e o Governo Federal.

Em 24 de setembro de 1910 fez-se a mudança para novo endereço no edifício do Ministério da Agricultura. O escritório ficava então, ao lado do Serviço de Proteção aos Índios, situação que facilitava a administração das duas repartições <sup>70</sup>. É também de lá que saíram todas as respostas aos ataques sofridos pela Comissão e por Cândido Rondon, sobre a ineficácia dos trabalhos realizados em Mato Grosso.

Os ataques a Cândido Rondon e ao desempenho da Comissão começaram a ser mais intensos e sistemáticos a partir de 1912. É neste ano que apareceram as primeiras manifestações em artigos publicados no Jornal do Comércio contra a Comissão, campanha muito acirrada movida por três oficiais do Exército. Todas as

---

<sup>68</sup> Edgard Roquette-Pinto, op. cit., p. 19.

<sup>69</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 81.

<sup>70</sup> Informações contidas no Relatório apresentado à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Telégrafos. 3º volume. Construção 1911 a 1912. Rio de Janeiro: Papeleria Macedo, 1915, p. 253.

respostas eram, em contrapartida, feitas por intermédio de artigos publicados nos Jornais O “Paiz” e O Republicano.<sup>71</sup>

O Escritório Central foi dividido em três seções: expediente, contabilidade e cartografia/desenho. Faziam parte efetiva do escritório, em seu início, o Tenente Nicolau Horta Barbosa; o Inspetor Pedro Malheiros, como encarregado da seção de contabilidade; o 1º Tenente Francisco Jaguaribe G. Mattos, como encarregado da seção de cartografia/desenho e o 1º Tenente Luiz Thomaz Reis, engenheiro da seção de fotos e cinematografia<sup>72</sup>. Amílcar Botelho de Magalhães assume a chefia do escritório entre os anos de 1914 e 1922, tomando para si o encargo de defender a Comissão. E o fez. Tudo o que era para ser publicado passava pela mão dele. De uma forma ou de outra, nada saía a público sem antes ser detalhadamente lido e verificado e também alterado. Segundo Martins Junior:

Diferente de outros jovens oficiais auxiliares de Rondon, não foi propriamente por sua atividade de sertanista que Amílcar se destacou, mas pelo papel que desempenhou durante oito anos como chefe do Escritório Central da Comissão Telegráfica, sediado no Rio de Janeiro. Função que assumiu em maio de 1914, ano em que o órgão sofreu um reordenamento em sua estrutura burocrático-administrativa.<sup>73</sup>

Suas funções eram a de acompanhar todo o movimento de pessoal ativo, a agilidade das comunicações entre funcionários e a chefia, a publicação dos trabalhos em relatórios e principalmente a coordenação e o envio à imprensa de informações e notícias sobre o andamento dos trabalhos<sup>74</sup>. Todas essas ações eram muito estratégicas para tentar manter a boa reputação da Comissão e de seu chefe imediato. Foi em 1915 que se desencadeou, sob sua direção, um programa bastante amplo de tudo o que era dito a respeito das atividades desenvolvidas pela Comissão, cujos reflexos são sentidos até hoje. Daquele momento em diante foi publicado um importante material técnico e foi também esquematizada a utilização

---

<sup>71</sup> Sobre esse assunto ver: Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 80.

<sup>72</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 234 e ainda Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 81.

<sup>73</sup> Carlos Martins Junior, op. cit., p. 234.

<sup>74</sup> Idem, p. 234.

da fotografia e do cinema pela Comissão Rondon. Segundo Amílcar Botelho de Magalhães:

Não há quem desconheça as vantagens da documentação fotográfica quando se trata de aspectos e panoramas do sertão bruto, nem tampouco quem não se deleite com o folhear revistas que reproduzem as belezas naturais, as cenas e os cenários de quaisquer explorações. A cinematografia goza de maior prestígio ainda e, no caso particular das explorações da Comissão Rondon, sobe de importância pela faculdade de documentar os costumes dos nossos aborígenes (sic) [...] Através da fotografia e da cinematografia, pode-se fazer idéia do sertão sem lá por os pés, sem sentir, pois, os incômodos do clima, dos mosquitos, dos carrapatos e outras coisas mais desagradáveis ainda.<sup>75</sup>

Afora a utilização da fotografia e da cinematografia, Amílcar se preocupava em começar a publicar os trabalhos executados pela Comissão. Segundo ele:

Em 1914 após ter tomado parte na Expedição Científica Roosevelt-Rondon assediado pelos jornalistas, organizei um resumo dos trabalhos realizados pela expedição e os fiz publicar no Jornal do Comércio.<sup>76</sup>

Além da inclusão de inúmeros cientistas para os estudos sobre as potencialidades do espaço geográfico chamado Mato Grosso, da publicação de tudo o que se produzia pela Comissão, Cândido Rondon incorporava aos trabalhos da Comissão a produção visual das imagens, ou seja, eram partes integrantes e importantes dentro da Comissão, o fotógrafo e a fotografia. Essa forma de visualizar o lugar e os componentes do lugar fazia parte da possibilidade da ampliação do raio de penetração dessas imagens. O objetivo era “representar fielmente” a realidade vivenciada na *hinterlândia* do Brasil, compondo, também, o acervo documental da Comissão, expressando a concepção positivista de Rondon, como prova das suas realizações.

---

<sup>75</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, *Pelos sertões do Brasil*, São Paulo: Editora Nacional, 1941, p. 372.

<sup>76</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 81.

Laura Maciel, em artigo publicado recentemente, chama atenção para as imagens produzidas pela Comissão Rondon salientando que estas não devem ser olhadas de forma neutra porque devemos fazer novas perguntas a elas. Segundo a autora a produção fotográfica da Comissão:

Ganha novos sentidos se indagarmos sobre as motivações para produzi-las, se procurarmos indícios dos usos que fizeram delas em relatórios de prestação de contas, álbuns fotográficos comemorativos e também na divulgação das mesmas em jornais e revistas em diversas cidades [...] Publicadas em meio a textos e no diálogo com outras páginas de jornais e revistas ilustradas, que efeitos de realidade elas construíram? Será que foram publicadas como provas e tiveram o poder de neutralizar dúvidas e críticas levantadas pelo Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 13.11.1911, para o qual 'faltava uma prova da eficácia e serventia da comissão?' <sup>77</sup>

Nesse sentido será que foi mera coincidência a estruturação do escritório Central da Comissão em 1910 e mais precisamente criar a seção de fotografia e cinematografia em 1912? O que sabemos é que toda a produção imagética tinha o fim de dar a ver o que a Comissão Rondon fazia efetivamente.

### **Imagens - ver para crer!**

Laura Antunes Maciel faz um longo estudo sobre a fotografia e a cinematografia da Comissão Rondon em seu livro e nos informa que não há, no entanto, muitos registros sobre os fotógrafos contratados pela Comissão Rondon. A que tudo indica eram civis e faziam parte de estúdios fotográficos situados em São

---

<sup>77</sup> Laura Antunes Maciel, O sertão domesticado, *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 1 (11): 34-39, ago. 2006.

Paulo e também no Rio de Janeiro. Entre os anos de 1900 e 1906, o fotógrafo era Alberto Brand. Suas fotos trazem imagens das barracas nos acampamentos, cerimônias realizadas, geralmente aos domingos e em dias de comemorações de datas da República e também do “descobrimento” da América. Aparecem cenas do hasteamento da Bandeira Nacional e dos homens (os trabalhadores civis, os praças, os militares de mais alto escalão e os indígenas) perfilados para cantar o Hino Nacional, além de outras comemorações.<sup>78</sup>

Entre os anos de 1907 a 1909, há registros de dois fotógrafos que prestaram seus serviços à Comissão: Luiz Leduc e Joaquim de Moura Quineau. Entre os anos de 1910 e 1911, estiveram atuando na Comissão Affonso Henrique de Magalhães e José Louro, que, além de fotógrafo, era também cinegrafista, tendo atuado entre os anos de 1916 e 1922. Há registros de que, muitas vezes, os próprios expedicionários foram fotógrafos, como é o caso do Tenente Salustiano Lyra, também astrônomo.<sup>79</sup>

Cândido Rondon fez uso da cinemetografia. Luiz Thomaz Reis, admitido em 1910, “realizou completos e minuciosos estudos sobre problemas técnicos, mecânicos e químicos desta especialidade”<sup>80</sup>. Antes mesmo da contratação de Reis, a Comissão Rondon procuraria trabalhar com registros cinematográficos. Por volta de 1907, várias tentativas foram feitas, por pessoal especializado, ligado a Casa Muso, um conhecido estúdio fotográfico do Rio de Janeiro, porém, as tentativas não deram certo. Foi com Luiz Thomas Reis que o serviço cinematográfico da Comissão Rondon começou a ter êxito. Esse é um dado interessante acerca dos investimentos em uma produção cinematográfica pela Comissão, já que foi o próprio Thomaz Reis quem propôs a Rondon adquirir o material necessário para tal atividade:

Um dia apresentei-me ao então cel. Rondon e me propus a adquirir o material necessário à criação do nosso serviço, que eu me comprometia a executar. Com dez contos de réis fora o máximo que o Coronel Rondon pudera separar da verba ‘material’, embarquei para a Europa, onde comprei em Londres e Paris, o material indispensável, naquele tempo o mais

---

<sup>78</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 228-229.

<sup>79</sup> Idem, p. 199.

<sup>80</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1941, p. 390.

perfeito, e segui para o sertão com sete mil metros de filmes da marca 'Lumière tropical', material que não existia no Rio.<sup>81</sup>

Este foi um investimento inovador e valioso na engenharia da produção de imagens da Comissão Rondon, em razão da busca de material no exterior, já que não existia da mesma qualidade no Brasil. De outro lado, após a aquisição do material, havia a dificuldade no uso dele, já que todos os trabalhos se davam em condições ambientais difíceis: umidade, calor, distâncias, sendo mais difícil ainda o seu transporte, em função do peso, bem como sua manutenção. Entretanto, o investimento foi bastante profícuo. Segundo Laura Maciel:

O cinema realizado pela Comissão, ao contrário, não sofreu os percalços da produção cinematográfica nacional. Nascido sob a inspiração de um organismo financiado pelos Ministérios da Guerra e da Indústria, Viação e Obras Públicas, apoiado por homens como Rondon e o chefe do Escritório Central, que creditavam à documentação visual uma importância fundamental na estrutura dos trabalhos que conduziam, o cinegrafista tinha todas as condições necessárias para experimentar e realizar o seu trabalho. Filmando sem interrupção, entre 1912-1940, esse profissional não precisou curvar-se às exigências de patrocinadores e nem mesmo às pressões do mercado exibidor, a não ser para garantir o público para os seus filmes do natural.<sup>82</sup>

Toda essa produção de documentação visual foi considerada como outras atuações científicas da Comissão, fazendo parte de relatórios e publicações. A publicação n. 90 – Expedição ao rio Ronuro, relatada pelo Capitão Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, em 1945, traz a citação de duas câmaras de

---

<sup>81</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1941, p. 373-391.

<sup>82</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 254.

cinema pertencentes à Comissão e operadas por Thomaz Reis: uma Williamson de 30 metros e uma Debrie Studio de 120 metros.<sup>83</sup>

No relatório dessa expedição, existe um anexo a respeito do serviço antropométrico elaborado para o laboratório de antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, com análises e fotografias de rosto e de corpo inteiro de homens e mulheres, bem com fichas com informações sobre cada um. Este trabalho foi feito com os índios Bacairi da aldeia/Posto Simões Lopes e o anexo é de autoria de Thomaz Reis, que configura o aspecto científico da Comissão.

Rondon atribuía absoluta importância aos registros imagéticos<sup>84</sup>. Em um relatório que a Comissão encaminhou ao Presidente da República, Artur Bernardes, em 1922, em dois volumes, havia quatrocentas fotografias da construção das linhas telegráficas, aspectos de vários povos indígenas e tomadas de cenas do sertão<sup>85</sup>. Essa importância baseava-se num fazer ciência para Rondon, já que a Comissão tinha um caráter misto. Sobre esse fazer ciência através dos estudos efetuados pelos pesquisadores já mencionados, componentes da Comissão Rondon, analisa Antonio Carlos de Souza Lima:

Claro está que este contingente específico de engenheiros-militares era uma das facções do Exército o qual, na medida de seu crescimento, sofreria alterações substantivas ao longo do período. Um trabalho mais acurado, voltado para o Exército menos como instituição sem fissuras internas, poderia pensar o jogo faccional de modo situar o poder real desse grupo de interesses em relação aos demais grupos existentes. Esta facção comporia o corpo principal da Comissão de Linhas

---

<sup>83</sup> Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcelos, *Expedição ao Rio Ronuro*. S/ed, 1945. Publicação 90.

<sup>84</sup> Cf. Fernando de Tacca, *A imagética da Comissão Rondon: etnografias fílmicas estratégicas*. Campinas: Papyrus, 2001, p. 16-18. "A imagética do SPI pode ser dividida em dois momentos distintos. Em um primeiro momento, a produção fotográfica e cinematográfica da Comissão Rondon se confunde com a produção do próprio SPI. São um total de 1.200 imagens fotográficas e os filmes: De Santa Cruz (1917); Expedição Roosevelt ao Mato-Grosso (1915); Indústria da borracha em Minas Gerais e no Amazonas (1917); Inspeção no Nordeste (1922); Operações de Guerra (1926). Estes filmes todos compõe as anotações de campo, mas não foram encontrados até hoje. Os filmes encontrados e que se acham preservados na Cinemateca Brasileira, todos de Thomaz Reis, são: Rituais e Festas bororo (1917); Ao redor do Brasil; Aspectos do interior e das fronteiras brasileiras (1932); Ronuro, selvas do Xingu (1924); Os Carajás (1932); Viagem ao Roraima (1927); Parimã, fronteiras do Brasil (1927); Inspetoria de fronteiras (1938)".

<sup>85</sup> Idem, p. 16.

Telegráficas e (sic) Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGGA). É importante destacar que o termo 'estratégicas', que confere seu sentido militar e o recoloca dentro das questões mais gerais de defesa do território, povoamento, e de guarda das fronteiras, acha-se freqüentemente omitido na literatura encomiástica que trata do assunto, aproveitando-se a polissemia do termo 'comissão', empregado à época também para designar os empreendimentos intelectuais de penetração e conhecimento do território, isto é, as 'comissões científicas.'<sup>86</sup>

A Comissão Rondon produziu cerca de cem relatórios, praticamente todos publicados, com destaque para a etnografia das populações indígenas, considerando os estudos de botânica, zoologia, geografia, mineralogia, topografia, geologia, meteorologia, astronomia e os relacionados às doenças, com as baixas e as altas de trabalhadores, afora os relatórios dos trabalhos diários, minuciosamente escritos, para os Ministérios correspondentes. Produziu ainda cerca de mil e oitocentas fotografias, sendo que em muitas delas, aparecem os trabalhadores da Comissão, em períodos variados e mais nove filmes documentários, conferências, boletins de serviços e inúmeros discursos.<sup>87</sup>

### **Cândido Rondon, sua origem e as concepções positivistas**

Para entendermos melhor e de forma mais completa as ações de Cândido Rondon sobre esse espaço geográfico chamado Mato Grosso, é preciso fazer uma parada estratégica e conhecer sua origem e as concepções filosóficas que nortearam toda a sua vida.

---

<sup>86</sup> Antonio Carlos de Souza Lima, Governo dos índios sob a gestão do SPI. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992<sup>a</sup>, p. 162.

<sup>87</sup> Informações contidas em Amílcar Botelho de Magalhães, Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, publicação nº 96. É importante salientar que os números acerca das fotografias produzidas pela Comissão são divergentes. Fala-se de 1200 a 1800 fotografias.

Rondon era descendente de índios, nascido em Mimoso, antiga sesmaria de Morro Redondo, em Mato Grosso, em 5 de maio de 1865. Estudou primeiramente em Cuiabá, onde obteve aos 16 anos de idade o diploma de professor. Matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro em 1883 e, em 1886, foi nomeado alferes-aluno, e concluiu o curso em 1889, logo após a proclamação da República. Foi declarado bacharel em ciências físicas e naturais em 1890, na Escola Superior de Guerra, saindo com o título de Engenheiro Militar.<sup>88</sup>

De formação positivista ortodoxa<sup>89</sup>, foi um fiel seguidor de Benjamim Constant, seu mestre na filosofia positivista – pregada por Augusto Comte, agindo sempre “sustentado pela Família e impulsionado pela Pátria, no serviço da Humanidade”<sup>90</sup>. A filosofia positivista comteana evoluiu na direção de uma religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia:

Pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornava religioso. Os santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram festas cívicas, a teologia era sua filosofia, os novos sacerdotes eram os positivistas.<sup>91</sup>

São aspectos importantes da formação de Cândido Rondon, pois vão marcar suas ações durante toda a sua vida, com o passar dos anos ele próprio foi elevado à condição de mito. Inúmeras biografias de Rondon foram escritas para elaborar a sua representação mítica, mas há a de Esther de Viveiros, construída a partir das cadernetas de campo e relatos do próprio biografado. É uma narrativa de feitos heróicos, em que a autora o apresenta como um predestinado, dando-lhe o talhe de um santo.

---

<sup>88</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 5-19.

<sup>89</sup> Benjamin Constant fora um dos primeiros simpatizantes da doutrina de Auguste Comte no Brasil, e um dos mais ardorosos propugnadores de suas idéias. Influenciou também Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. Todos três, por sua vez, influenciaram a Rondon. Suas idéias estavam empenhadas na luta pela mudança da ordem política e social no Brasil. Estiveram de início ao lado do partido republicano, quando ainda em fase de organização. A maior preocupação, porém, não era apenas a derrubada do governo monárquico, mas principalmente a nova ordem a ser implantada no Brasil. Estavam convictos de que o positivismo tinha as chaves de soluções para a realidade brasileira. Consultar: Riolando. Azzi, *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

<sup>90</sup> José Murilo de Carvalho, *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 45.

<sup>91</sup> Idem, p.130.

Nesse sentido tomamos de Souza Lima a seguinte observação, quando analisa a “santidade” de Rondon, tendo como referência a biografia escrita por Esther de Viveiros:

[...] este texto deve ser entendido como peça num processo de canonização especialmente significativo face à apresentação do nome de Cândido Rondon para o Prêmio Nobel. Sendo um ‘santo’ positivista, isto implica em narrar os feitos que contribuíram para fazer avançar a Humanidade que, como já se disse, tem como mediadores básicos entre o indivíduo e a ‘Deusa’, a Família e a Pátria. Eis porque o texto pode surgir como uma gesta: são os feitos heróicos em prol da Pátria e os conhecimentos científicos que farão avançar a evolução humana rumo ao Estado Positivo.<sup>92</sup>

A questão do positivismo na vida de Rondon é de fundamental importância<sup>93</sup>. Ele tinha como prática a manipulação dos símbolos, por exemplo, a bandeira e o hino, bem como, a utilização um panteão cívico capaz de salientar figuras que poderiam servir de imagem e modelo para muitos, no sentido de torná-los “arquetipos de valores e aspirações coletivas”<sup>94</sup>. Rondon utilizou um leque grande de nomes de personalidades famosas na (re) nomeação de lugares e rios no Mato Grosso, bem como, nome de seus familiares e datas e acontecimentos ocorridos no Brasil ou em outros países, colaborando com o regime político da época, criando seu panteão cívico, que passou a ser modelo para os membros da sociedade. Muitos até os dias atuais.

---

<sup>92</sup> Antonio Carlos de Souza Lima, *O santo soldado. Pacificador, Bandeirante, Amansador de Índios, Civilizador dos Sertões, Apóstolo da humanidade. Uma leitura de Rondon conta sua vida de Esther de Viveiros*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1990, p 32.

<sup>93</sup> Na biografia de Rondon escrita por Esther de Viveiros, aparece o “credo” positivista de Rondon: “Creio que o homem e o mundo são governados por leis naturais. Creio que a ciência integrou o homem no Universo, alargando a unidade, e neles criando, assim, modesta e sublime simpatia para com todos os seres de quem, como o ‘poverello’, se sente irmão. Creio que a ciência, estabelecendo a inateidade do amor, como a do egoísmo, deu ao homem a posse de si mesmo, os meios de se transformar e de se aperfeiçoar. Creio que a ciência, a arte, a indústria hão de transformar a Terra em paraíso, para todos os humanos, sem distinção de raças, crenças, nações – banidos os espectros da guerra, da miséria, da moléstia... Creio que a missão dos intelectuais é, sobretudo, o preparo das massas humanas desfavorecidas, para que se elevem, para que se possam incorporar à sociedade [...]” Esther Viveiros, *Rondon conta a sua Vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 611-612.

<sup>94</sup> José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 14.

No entanto, na formação de Rondon o positivismo também levava aos princípios de um cientificismo ilustrado, que igualmente influenciou o comportamento político dos engenheiros, tantos civis como militares no Brasil, naquele momento histórico. Segundo Sônia Regina Mendonça:

A difusão do positivismo no Brasil, entretanto, acabaria por consagrar certos princípios que, a despeito de divergirem quanto à forma de regime político no seio do qual seria aplicado, o fariam aproximar-se do cientificismo ilustrado no tocante, a pelo menos, duas questões. A primeira era a necessidade de fortalecimento do poder Executivo, tratando-se de buscar uma espécie de meio-termo entre o federalismo exacerbado dos liberais históricos e o projeto francamente autoritário do Apostolado. A segunda era a convicção de que governar era uma questão de competência e, neste caso, a representação não deveria ser política, porém técnica. Balizada por tais correntes de idéias, forjar-se-ia a identidade dos engenheiros.<sup>95</sup>

Para Rondon e outros engenheiros militares que, na grande maioria, eram oriundos das classes menos favorecidas, a profissão significava um emprego de onde advinha o próprio sustento, por isso, para muitos, a luta pelo reconhecimento de sua capacidade e competência tornava-se fundamental, era uma nova ordem que procurava se estabelecer.

Trazida pelo ideário republicano, essa nova ordem, a meritocracia veio associada à crença numa visão cientificista que acreditava na evolução e ascensão dos povos, aliada ao progresso e aos conceitos de civilização. Dentro dessa visão, venceriam apenas os que realmente tivessem talento, por meio do chamado processo de seleção natural. Dessa forma, o mérito passaria a ser a medida utilizada para a ocupação de cargos e tudo legitimado pelas mãos da ciência.

A valorização do mérito por parte desses engenheiros devia-se à formação desses profissionais dentro da Escola Militar. Jovens que condenavam o antigo

---

<sup>95</sup> Sônia Regina de Mendonça. Ruralismo: agricultura, poder e Estado na Primeira República. 1990, p. 204-205. (Tese de Doutorado. FFLC/USP. São Paulo)

estilo de administrar, pela influência familiar ou de amigos, e tinham por ideal construir uma sociedade baseada em princípios meritocráticos, pois essa era a única forma de ascensão social para quem não possuía capital social herdado. Dentro desses princípios, os engenheiros militares consideravam-se vanguardas de uma nova ordem, “atribuíam para si a tarefa de conduzir os povos pelo imenso território do país aos graus mais elevados da vida civilizada.”<sup>96</sup>

No caso de Cândido Rondon esses princípios são profundamente significativos. Tido como um homem enérgico, austero de caráter disciplinado e também disciplinador, fez da Comissão Rondon seu objetivo maior, para, a partir dela, tratar dos e com os indígenas e tratar das descobertas nos mais diversos campos da ciência em Mato Grosso. Ele e seus liderados, leia-se os militares graduados que compunham a Comissão, mantinham uma interação e uma influência recíproca. A autoridade de Rondon sobre o sertão, sobre como ele o dizia e sobre como nele operava, pode ser pensada tomando por base a leitura de Edward Said, em seu estudo sobre o orientalismo e as questões da autoridade do ocidente para dizer o oriente:

Não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela formada, irradiada, disseminada, é instrumental, é persuasiva, tem posição, estabelece padrões de gosto e de valor, é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz. Acima de tudo, a autoridade pode e realmente deve ser analisada.<sup>97</sup>

Cândido Rondon estava convicto e produziu essa representação de seu papel militar, junto à Nação: desbravar os espaços ainda ignorados, conquistá-los e incorporar as populações à civilização. Para isso, o uso da força e do convencimento faziam parte do seu dia-a-dia. A força se dava em relação aos subordinados, mais especificamente em relação à soldadesca e aos trabalhadores da Comissão. O convencimento, esse se dava em relação aos indígenas, com a distribuição das miçangas e presentes, e ao público receptor das imagens nas cidades e também no

---

<sup>96</sup> Regina Abreu, *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Funarte, Rocco, 1998, p. 95.

<sup>97</sup> Edward, W. Said. *Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 31;

exterior, por meio dos relatórios, textos, discursos, produção técnica e científica, conferências e toda a produção imagética advindas da Comissão acerca desse sertão.

### **Cândido Rondon: como operava a imagem do sertão**

Há ainda um outro aspecto a salientar sobre Cândido Rondon e sua Comissão, tomando por base a tese de doutorado de Tese de Fátima Roberto Machado. Tratando dos mitos e crenças Paresí a autora traduz o mito *Wazáre*, aquele que deveria vir para corrigir o mundo, que mudava os nomes dos lugares, afirmando:

Possível reencarnação de *Wazáre*, Rondon chegou nas aldeias *halíti* como um salvador, um mediador, determinado a protegê-los contra a violência e a exploração dos terríveis *imóti*. Era o chefe dos chefes, que chegava para dar-lhes nova vida, para por fim ao caos da opressão que conheciam, levada ao cabo por 'seres desprezíveis' que surgiam dos morros. É notável e impressionante a possibilidade de adaptação de Rondon à figura mítica de *Wazáre*, considerando as características do seu comportamento no território dos índios. Também ele, em suas expedições, cruzava as cabeceiras do chapadão, delimitando o território da sua gente, plantando as estações e re-nominando o mundo.<sup>98</sup>

A autora afirma que Cândido Rondon “etnógrafo era consciente do mito original e também das denominações tradicionais de inúmeras cabeceiras, de rios e afluentes, mas ele os substituía”<sup>99</sup>. Rondon no seu “desvendamento” do sertão e para a mudança do estado desses espaços usava a forma da (re) nomeação de determinados pontos. Dando novos nomes aos rios, montes e a muitos lugares, preferencialmente nomes de personagens da história e datas comemorativas,

---

<sup>98</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 158-159.

<sup>99</sup> Idem, p. 159.

colocava-os definitivamente nos mapas e nos relatórios, expropriando a memória ou os vínculos culturais das populações que habitavam esses lugares.

Amílcar Botelho de Magalhães relata a “descoberta” de 15 rios novos e traz alguns dos nomes utilizados: Doze de Outubro, da bacia do Juruena; Marques de Souza, Marciano Ávila e Festa da Bandeira pertencentes à Bacia do rio Roosevelt. Há ainda o Comemoração de Floriano, Pimenta Bueno, Luiz de Albuquerque, Antonio João, Rolim de Moura, Luis D’Alincourt, Lacerda e Almeida e Ricardo Franco, todos da bacia do Gi-Paraná<sup>100</sup>. Isso legitimava a posse do território. Esse poder de renomear pode ser visto à luz da leitura de Pierre Bourdieu:

Na ordem simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobre o poder que detêm sobre as taxionomias instituídas, como os títulos. Assim as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão do mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto [...] ou a nomeação oficial, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima. <sup>101</sup>

Esse processo de dar novos nomes aos lugares por onde passava está presente em abundância em seus relatórios. Para exemplificar vamos citar algumas (re) nomeações efetuadas por Cândido Rondon:

[...] Na antiga povoação de Lavrinhas [...] assentou-se a estação que denominou-se de Pontes e Lacerda, em memória

---

<sup>100</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 27.

<sup>101</sup> Pierre Bordieu, *O Poder Simbólico*. Lisboa, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 146.

dos notáveis astrônomos portugueses, cujo trabalho ainda hoje admiramos.<sup>102</sup>

[...] No dia 12 de setembro de 1908 prosseguimos e chegamos a um rio, conhecido pelo nome Parecis Zocozokoreza ou rio Formiga [...] Os exploradores da vanguarda voltaram com a informação de terem encontrado um grande rio [...] Por tradição, Toloiri (o guia Kozarini) conhece pelo nome de Zuí-uína ou rio gavião, que será o Juina das cartas.<sup>103</sup>

[...] Atravessamos uma cabeceira, que contraverte com a cabeceira 'Beatriz' e que foi denominada 'Marina' [...] <sup>104</sup>

[...] Em 08 de outubro de 1909 choveu à tarde [...] o espigão que vínhamos percorrendo é divisor dos contribuintes de um rio que Lyra atingiu hoje [...] esse rio tomou o nome de Pimenta Bueno, em homenagem aos serviços que esse geógrafo prestou à Pátria querida [...] <sup>105</sup>

Nessa ordem simbólica, demarcando cartograficamente, pode-se verificar, além das (re) nomeações efetuadas por Rondon, um grande aparato usado por ele nos territórios tido como sertão, como forma de “construção da nacionalidade até as regiões ‘vazias’ do país”<sup>106</sup>. As datas nacionais eram festejadas constantemente para e com os indígenas e os trabalhadores da Comissão. Era um exemplo de civismo em plena floresta ou nos chapadões. Hastear a bandeira, cantar o Hino Nacional era também, um instrumento e um símbolo na posse efetiva do território.<sup>107</sup>

Nos trabalhos das Comissões comandadas por Rondon, foi produzido e apresentado um número significativo de fotografias e filmes, como já foi dito, e que

---

<sup>102</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 48.

<sup>103</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 1º volume. Estudos e reconhecimentos. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d, p. 139-140.

<sup>104</sup> Idem, p. 48.

<sup>105</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 1º volume. Estudos e reconhecimentos. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d., p. 282.

<sup>106</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 71.

<sup>107</sup> Cf. José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 109: “A batalha em torno da simbologia republicana deu-se também em relação à bandeira e ao hino. Não podia ser de outra maneira, de vez que são esses tradicionalmente os símbolos nacionais mais evidentes, de uso quase obrigatório [...] De adoção e uso obrigatórios, esses dois símbolos tinham de ser estabelecidos por legislação, com data certa”. “Era batalha decisiva”. p. 139-140.

mostram, também, atos cívicos sendo realizados metodicamente com os trabalhadores da Comissão, dos militares e também dos indígenas, com quem travou relações, durante muitos anos. Aos domingos quando não havia “ordens do dia” para trabalho, os trabalhadores cuidavam da lavagem de suas roupas e ouviam as preleções dos médicos sobre cuidados com a saúde e as preleções de Rondon sobre o positivismo. Empenhado na construção da Nação brasileira forte e de cidadãos brasileiros fortes, fazia hastear a Bandeira, cantar hinos e às vezes os homens marchavam em formação. Cândido Rondon costumava falar sobre os heróis nacionais e sobre a história do Brasil.

Já em relação aos indígenas Fátima Roberto Machado, afirma que a “encenação era poderosa”. Cândido Rondon agia junto a eles com toda a pompa possível, devidamente fardado, oferecia os brindes aos índios da região em que a linha deveria passar, sempre estando amável e afetuoso produzindo, entretanto, o efeito de “grandeza e poder do governo”, em seus espíritos<sup>108</sup>. Segundo o próprio Rondon quando encontrou os *Kozárini*, grupo Paresí, em janeiro de 1909:

[...] Eram homens, mulheres e muitas crianças. Ali se encontravam os Kozárini com os Uáimare (sic) das aldeias por mim percorridas, de passagem, convidando-os pra a reunião [...]

[...] tive a felicidade de falar a tantos índios, fazendo-os sabedores da resolução do governo de povoar aqueles sertões imensos, que definhavam das suas grandezas primitivas [...]

Para produzir nos seus ingênuos espíritos o efeito da grandeza e poder do Governo, que lhes falava por meu intermédio, eu havia naquele ponto de reunião, por mim escolhido, mandado levar o meu fardamento do 3º uniforme, quando determinei que para lá transportassem os brindes que do Rio trouxera para os índios da região que a linha tivesse de atravessar.<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> Cf. Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1998, p.257.

<sup>109</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910. p. 37 - 38.

Rondon habilmente estava legitimando o alcance do Governo Federal sobre as terras e esse povo, usando sempre um método fraternal, mas extremamente funcional em relação a sua penetração militar sobre o território. Percebemos, no entanto, a força teatral do seu poder. É nessa encenação que estava a sua força motriz<sup>110</sup>. A (re) nomeação dos lugares fez com que o território imemorial indígena fosse se perdendo, à medida em que Rondon ia elaborando seus mapas.<sup>111</sup>

Já sobre os trabalhadores componentes da Comissão, um dos entrevistados de Fátima Roberto Machado em sua tese - Maximiano Zonoizô, índio Paresí é quem mais vai falar dos “trabalhadores da nação”, os “patriotas”<sup>112</sup>, aqueles que vão executar os trabalhos mais penosos, durante a instalação da linha. A autora vai aprofundando o foco e vai encontrar os trabalhadores da linha, através do olhar dele e num determinado ponto identifica o trabalho compulsório, ou seja, “na expansão e no delineamento das fronteiras do estado nacional, servindo-se de uma infraestrutura das mais modernas, formas servis e escravistas de trabalho foram usuais e sistemáticas”<sup>113</sup>. É deste trabalhador, do seu cotidiano e de como foram apresentados nos escritos da Comissão, que iremos tratar nos próximos capítulos.

---

<sup>110</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 164.

<sup>111</sup> Idem, p. 160.

<sup>112</sup> Idem, p. 286.

<sup>113</sup> Idem, p. 226.

## Capítulo 2

### Alguns componentes da Comissão: “A classe baixa da nação”

*(Amílcar Botelho de Magalhães)*

*Este cisco tem agora para mim uma importância de  
Catedral.*

*(Manoel de Barros)*

## **Alguns componentes da Comissão: “A classe baixa da nação” (Amílcar Botelho de Magalhães)**

[...] Nossa retórica fingida deve praticar o ‘como se’ de sua morte precoce. Mesmo que ainda não tenham morrido de fato. Diante de muitos sem face, sem palavra e sem nome, vamos tornando mais e mais indiferentes. São párias, sem espaço, que vagam até hoje sem nome, sem história! O processo modernizador brasileiro os fez almas agonizantes! <sup>114</sup>

### **Homens em silêncio**

Muitos homens e algumas mulheres trabalharam e caminharam na imensidão do território de Mato Grosso, com a Comissão Rondon. Era imprescindível que se fizesse a contratação de mão-de-obra para a realização das mais diversas atividades. Contudo, trabalhadores pobres foram esquecidos. Nos relatórios da Comissão, muito pouco há sobre eles. Dragados para o torvelinho das grandes transformações apregoadas pela modernização pensada para o Brasil, jazem inertes na escrita da história. Negando-os na escrita dessa história da Comissão, negando, muitas vezes, o nome a essas pessoas, Rondon e outros componentes dessa mesma Comissão, ao mesmo tempo, lhes retira o quinhão de humanidade. Da mesma forma, também é reveladora do modo pelo qual a dinâmica social nos meandros da Comissão opera por meio da modulação dos comportamentos e a rotinização do cotidiano.

Os trabalhadores da Comissão Rondon: um tema não estudado pela historiografia brasileira. As maiores informações acerca dessas pessoas podem ser encontradas nas obras de Amílcar Botelho de Magalhães, membro da Comissão, que escreve sobre elas, décadas depois de finalizadas as obras da construção da linha. Dizia Amílcar que “um contingente de indesejáveis infestavam o exército”<sup>115</sup>. Vinham estes homens, segundo ele, da classe mais baixa da sociedade, eram na

---

<sup>114</sup> Francisco Foot Hardman, Tróia de Taipa: Canudos e os irracionais. In: Francisco Foot Hardman (org.). *Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento dos rastros*. São Paulo: 1998, p. 126.

<sup>115</sup> Amílcar A. Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p.26-27.

sua maioria analfabetos, “sem educação” e, sobretudo, “sem moral”. Isso se dava em virtude da falta de alistamento militar<sup>116</sup>. Para preenchimento das vagas e possibilidade da conclusão dos serviços ensejados, era preciso engajar ou recrutar a força. Daí vinha, muitas vezes, a cooptação da mão-de-obra. A historiadora Laura Maciel, em seu livro - A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon” -, no capítulo - Amansando os sertões – argumenta:

A perda de identidade dos trabalhadores a serviço da Comissão é um elemento muito forte. Desterrados, mandados à força para a selva, incumbidos de realizar a proeza de percorrer o desconhecido, encurtar distâncias e integrar o território nacional, deles não restou nada além do que cruze pelo caminho, sem qualquer identificação. Nos relatos oficiais, só os revoltosos mereceram ser chamados pelo nome ou há referências ao local de onde vieram, o que faziam antes, etc. [...].<sup>117</sup>

De fato. Para o desenvolvimento dos serviços de telegrafia, eram incorporados à Comissão profissionais qualificados, oriundos da Repartição Geral dos Telégrafos, ou seja, telegrafistas e inspetores e alguns guarda-fios. Mas para os trabalhos de derrubada de árvores, transporte de material, abertura dos picadões e picadas, construções em geral, eram arregimentados homens em diversos estados: “desde os presidiários, ociosos e baderneiros das grandes cidades e até presos políticos deportados”<sup>118</sup>. Ainda segundo Laura Maciel:

[...] Somados aos praças, em alguns momentos, havia 700 homens a serviço da Comissão, com idades que variavam entre 19 e 60 anos. Muitos eram pegos a sua revelia em Cuiabá e outras cidades mato-grossenses por onde a linha passava, constituindo uma categoria de trabalhadores chamada nos relatórios de ‘regionais’ que iam sendo incorporados [...] <sup>119</sup>

---

<sup>116</sup> Idem, p. 37.

<sup>117</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p.144.

<sup>118</sup> Idem, p.131.

<sup>119</sup> Idem, p.131

Nos relatórios oficiais, assinados por Rondon, não há referências à contratação de civis para os trabalhos do dia-a-dia, nem tampouco o número de praças engajados na Comissão. Há apenas relatos que se referem aos dissabores com aqueles que eram chamados de revoltosos. Esses trabalhadores, pessoas absolutamente comuns, de origem não declarada, não eram dotados de nenhuma grandeza estabelecida e reconhecida – as do nascimento, da fortuna, do heroísmo – pertencentes, portanto, a esses milhares, ou milhões de existências destinadas a passar sem deixar rastro<sup>120</sup>. Segundo Michel Foucault:

Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido.<sup>121</sup>

É assim mesmo que nós os encontramos. Nos seus embates com o poder. O poder de submetê-los ao trabalho, o poder de infligir julgamentos e sentenças e o poder de lhes negar existência junto aos heróis instituídos. Não lhes foi permitido falar. Em todos os momentos falaram por eles. É nesse jogo com o poder e nas relações com ele que experimentamos o encontro. Numa aproximação sutil com *la vie des hommes infâmes*, texto de Foucault é que nos deparamos com esses trabalhadores, também tratados de certa forma como infames nos escritos da Comissão Rondon. Partícipes da história dessa Comissão, permaneceram totalmente na penumbra dos relatos heróicos, como se não fossem parte intrínseca de um mesmo cenário, destinada à sua insignificância por serem tratados como

---

<sup>120</sup> Cf. Michel Foucault, A vida dos homens infames. In: Michel Foucault, *Ditos e escritos. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 207.

<sup>121</sup> Michel Foucault, op. cit., 2003, p. 207.

inferiores, meros figurantes do espetáculo maior. Meros vultos, referidos sempre às centenas.

No que respeita a esses trabalhadores, não temos informações de como se integraram à Comissão. Trabalhamos com a hipótese de que eram homens pobres, ex-escravos ou não, iletrados, marcados, sim, por uma profunda exclusão social, mas também lavradores vivendo de produção de subsistência, à margem dos centros mais dinâmicos da economia. O que sabemos é que a vida dos trabalhadores civis, componentes da Comissão, não era diferente da vida dos praças: trabalho muito duro, mourejando de sol a sol, com pouca alimentação, às vezes famintos e sob vigilância diuturna.

Homens de grande pobreza material, que encontravam formas de sobrevivência sujeitando-se à exploração do seu trabalho em moldes ainda muito próximos ao da escravidão. Porém esta hipótese, não elimina outras. São possíveis motivações variadas para a sua integração aos trabalhos da Comissão: integração voluntária; desejo de aventurar-se; a expectativa de ascender socialmente, por exemplo, ou mesmo livrar-se de problemas em suas vidas pessoais. No entanto, não há indicações sobre isso na documentação oficial produzida pela Comissão, nem em escritos posteriores, mas sabemos que eles formavam a mão-de-obra fundamental para o desenvolvimento dos projetos que a Comissão se propunha a implementar.

Laura Maciel afirma que “em Cuiabá corriam boatos de que quem ia para a Comissão nunca mais voltava, trabalhando como ‘escravo’ até o fim de seus dias”<sup>122</sup>. Esses murmúrios tratavam a Comissão como uma colônia correccional, pois os castigos físicos, os trabalhos extenuantes se assemelhavam aos que aconteciam pelos seringais do Norte e nas usinas de açúcar às margens do rio Cuiabá.<sup>123</sup>

É possível encontrar semelhanças em relação ao tratamento dispensado aos trabalhadores da Comissão Rondon, os trabalhadores das usinas de açúcar e os dos seringais. Nos seringais do Norte, os que observavam as condições de vida no sistema de coleta da *Hevea brasiliensis* invariavelmente confessavam que eram miseráveis e perigosas. Warren Dean coloca que: “[...] as condições impõem maior perda de saúde, vida e material do que uma campanha militar ativa, e o sofrimento

---

<sup>122</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 131.

<sup>123</sup> Idem, p. 131.

humano é pavoroso”<sup>124</sup>. Os seringueiros, sendo a maior parte desses trabalhadores, oriunda do Nordeste do Brasil, estavam sujeitos a uma tamanha exploração e a uma organização do trabalho de coleta e de subsistência, segundo Euclides da Cunha “mais criminosa que podia ser imaginada pelo egoísmo mais revoltante.”<sup>125</sup>

Em relação às usinas de açúcar, sabemos que o aumento demográfico no final do século XIX e a abolição da escravidão trouxeram à economia açucareira em Mato Grosso, um contingente de indivíduos que necessitavam de trabalho para promover sua subsistência. Este contingente também era muito explorado em sua lida, por ocasião da safra, pois enfrentavam exaustiva jornada de trabalho que se iniciava à meia noite e findava às seis da tarde. E isso durante quatro a seis meses no ano<sup>126</sup>. Sobre os trabalhadores das usinas mais próximas a Cuiabá a historiadora Lucia Helena Aleixo nos diz:

Viviam em regime de semi-escravidão. Eram punidos da mesma forma que os negros no período da escravidão, levados ao tronco e à solitária [...] Aqueles que fugiam, recebiam os severos castigos do tronco, da solitária, quando não eram assassinados no pátio da fazenda, a guisa de exemplo aos outros camaradas.<sup>127</sup>

Na Comissão Rondon, os trabalhadores enfrentavam jornadas diárias muito longas, com pouca alimentação, sofriam castigos físicos, geralmente aplicados em frente ao restante da tropa, estavam sujeitos às doenças e ferimentos graves, já que estavam sempre em regiões inóspitas. Nos seringais do Norte do país, as jornadas também eram duras e longas, havia a dificuldade para adquirir a alimentação, já que os próprios seringueiros pagavam por ela, comprando sempre nos armazéns, com preços bem acima do normal, cujos proprietários eram os donos do seringais. Estavam sujeitos às doenças próprias da região e vigilância diuturna. Nas usinas açucareiras, as jornadas eram extenuantes, havia castigos físicos, execuções, muita vigilância e pouca alimentação. Todos esses trabalhadores se submetiam a duras

---

<sup>124</sup> Apud Warren Dean, *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 73.

<sup>125</sup> Apud idem, p. 73.

<sup>126</sup> Rubens de Mendonça, *História do comércio de Mato Grosso*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1973, p. 90.

<sup>127</sup> Lucia Helena Gaeta Aleixo, *Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1995, p.183-189.

condições em razão do poder exercido tanto pela força organizada, como pela necessidade de trabalhar. Homens pobres, livres, e índios eram elementos que, necessariamente, precisavam ser disciplinados e mantidos sob controle para que pudessem ser utilizados ao máximo. E esse poder exercido sobre eles, vigorava e era aceito pela sociedade, admitindo-se que todos eram passíveis de punição. Aos trabalhadores pobres em geral, no Brasil, na Primeira República, não se atribuiu a identidade jurídica de cidadãos. A eles era reservado, um tratamento similar aos dos antigos escravos, controlados pelo terror, ameaças, humilhações e espancamento, com o Estado assumindo as funções de gerente e de feitor.<sup>128</sup>

Nicolau Sevcenko em seu livro - *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes* - segue dizendo que os desnudamentos, as violências e os espancamentos a que estavam sempre sujeitos os mais pobres, davam-se fora da visão do público. Na Comissão Rondon não era diferente. Embrenhada na floresta ou nos chapadões em Mato Grosso, ela desempenhava, por sua vez, o papel de uma escola do dever. Lugar para moldar pessoas, em que a disciplina deveria resultar no máximo de produção no trabalho.

No sentido de modelagem de caráter, encontramos esse texto, que vai transcrito em parte, a seguir:

[...] Rapagote, levado da breca, de seus quinze nos, Deodato foi flagrado pelo pai, em atitude imoral, abusiva e condenável; hoje resumida apenas em 'transando', com a filha da cozinheira da casa. Foi um escândalo na família! João Gomes correto e severo, queria uma punição exemplar ao filho. Estudava-se uma solução para o caso quando o então capitão Noronha, de partida para mais uma missão desbravadora, disse ao sogro: 'Seu' João, deixe que eu leve o Deodato para o sertão; que farei dele um homem de bem. Reconhecendo no genro, grandes qualidades morais, que impunham disciplina e respeito a todos, João Gomes manda o seu filho para a jornada pioneira, sem qualquer recomendação de regalias. Só lhe foi permitido levar, além dos indispensáveis apetrechos de uso pessoal, o seu fiel e valente cachorrinho 'Tupy'. Foram rumo a

---

<sup>128</sup> Nicolau Sevcenko, *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1994, p. 80.

Paranatinga e chegaram até o Xingu. O objetivo da expedição era, além do levantamento do rio Kuluene, abrir caminhos, lançar pontes, postos de assistência e mapear os cursos d'água desconhecidos. O trabalho foi grande e sofrido; fizeram contatos com muitas tribos.

'Tupy', o destemido cachorrinho, foi de muita valia para Deodato; inclusive tendo-o livrado, em certa ocasião do ataque de uma 'pintada' prestes a pular sobre ele. No início da excursão, também não faltaram as merecidas punições ao cunhado rebelde, até que ele se enquadrasse 'aos costumes'; o que não demorou muito a ocorrer [...]<sup>129</sup>

Importa-nos desse relato a idéia de ser a Comissão Rondon um lugar para moldar pessoas. Idéia essa disseminada na sociedade, nesse caso especificamente, em Cuiabá. Mas é claro que essa idéia de ser a Comissão um lugar para disciplinar não estava presente apenas na capital de Mato Grosso, estava propagada por outros lugares do Brasil. Podemos dar como exemplo em relação a esse assunto os acontecimentos posteriores à Revolta da Armada no Rio de Janeiro em 1910. As pessoas que foram presas por serem partícipes desse movimento foram enviadas para a região de Santo Antonio do Madeira, lugarejo próximo cerca de 7 km de Porto Velho, a bordo do navio Satélite, para serem entregues, parte na Comissão Rondon e parte na Madeira Mamoré.

## O cotidiano

A vida cotidiana da Comissão e os trabalhos efetuados pelos trabalhadores chamados de inferiores, ou regionais e mesmo dos soldados de baixa patente, comumente chamados de praças, eram os mais penosos. Alvorada às 4 horas da

---

<sup>129</sup> João Alberto Novis Gomes Monteiro, A Comissão Rondon. In: *O "Boateiro" e sua janela mágica*. Cuiabá: Genius, 1992, p. 43-44. É importante esclarecer também ao leitor que Noronha ao que o texto se refere é o Capitão Ramiro de Noronha, membro da Comissão Rondon, cujo grande feito foi a exploração do rio Kuluene. Há um grande volume de documentos sobre essa expedição no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT, inclusive as cadernetas de campo do Capitão Noronha.

madrugada, formatura e distribuição das turmas no acampamento à luz das fogueiras e das lanternas, marcha para o serviço ainda no escuro, almoço no campo ou na mata, regresso ao acampamento quando o manto da noite os impedia de continuar. Desenvolviavam uma marcha diária em média de 24 a 30 km, em que os trabalhadores chegavam a carregar cerca de 40 kg às costas, sob sol ou sob chuva, muitas vezes descalços e com fome, dada a escassez de alimentos.<sup>130</sup>

Da sua experiência em trabalhos realizados em longos percursos pela floresta fechada, por zonas insalubres, Rondon sabia que a alimentação precisava ser observada com cuidado. Segundo Amílcar Botelho de Magalhães:

[...] Rondon deduziu a necessidade de distribuir ao pessoal pela manhã, uma refeição mais sólida. A falta de pão no acampamento, como consequência da dificuldade dos transportes; a impossibilidade de adotar o sistema usado por outros povos que se alimentavam de frios pela manhã ou de aveia e leite, etc., porque tais recursos eram de dispendiosa aquisição, além de incidirem no mesmo problema dos transportes; impuseram-lhe, como solução mais prática, a instituição do célebre 'almocinho'. Era a primeira refeição do dia e consistia no café simples (Rondon e os oficiais positivistas substituíam o café pelo mate) tomado em doses de copo e acompanhado de uma farofa de carne (paçoca) triturada, esta aos pratos fundos.<sup>131</sup>

A alimentação matinal deveria ser substancial para sustentar as várias horas de serviço pesado no dia-a-dia, pelos diversos componentes da Comissão. Mas a falta de mercadorias acontecia e, a esse respeito, existem algumas informações nos escritos produzidos pela Comissão. A fome não era contínua, havia um esforço para que ela não acontecesse, utilizando-se mel, palmitos, ou outros produtos encontrados nas matas. Até mesmo porque a fraqueza dos homens impedia o desenvolvimento dos serviços e favorecia que adoecessem mais facilmente. Mas há relatos que registram momentos em que não existia comida suficiente, ou por falta de abastecimento, ou por se encontrarem estragados. Nem sempre encontrava-se

---

<sup>130</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 135.

<sup>131</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 20.

pasto para os bois que além de transportar as cargas mais pesadas, de tempos em tempos, eram mortos para abastecer a cozinha da Comissão. A floresta ou o cerrado muitas vezes supria essa falta, com frutos, mel, palmito e caça. Não eram os alimentos ideais, mas eram utilizados<sup>132</sup>. Sobre isso Amílcar Botelho de Magalhães nos informa que:

Num desses trágicos momentos de rações reduzidas e de ponto de interrogação quanto aos recursos para o dia seguinte, um dos funcionários de categoria média veio comunicar ao seu chefe a importante descoberta de um bicho de côco que servia admiravelmente para matar a fome. Explicou que o molusco apresentava uma massa gordurosa que se prestava a assar ao calor das brasas, como um bolo de arroz em gordura, e que assim frito tornava-se delicioso ao paladar.<sup>133</sup>

Existe um acontecimento em uma outra Comissão, em que Cândido Rondon estava presente, entre os anos de 1890 e 1891, em que o episódio da fome foi tão dramático que o próprio Rondon fez questão de deixar registrado:

Num dia de grande dificuldade de alimentos, vi um lobo, quando paramos para o almoço. Ordenei que ficassem todos onde estavam, dei cautelosamente, volta pela mata e, saindo de chofre em frente ao animal, abati-o com certo tiro.

- Vou fazer esta gente comer o antepassado do cachorro, disse o Bené que me acompanhava.

E todos comeram, embora murmurando:

- Onde já se viu comer cachorro!

A única coisa que não pude utilizar, na alimentação, embora fosse num dia em que a abstinência nos fizera apertar o cinto, até o último furo. Foi... urubu.

Entreguei um ao bagageiro, ordenando-lhe que preparasse convenientemente aquela galinha preta!

- Mas isso não cozinha meu capitão! Obedeceu, entretanto.

---

<sup>132</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 165.

<sup>133</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 45.

A panela fervia, subindo à tona espuma escura de cheiro nauseante. A ordem fora cumprida – o urubu cozinhou... mas ninguém comeu, porque eu não comi. De fato a ‘bicharada’ era ingerida... porque eu dava o exemplo.<sup>134</sup>

Episódio marcante que apesar de ter sido em outro momento, assinala o quanto eram difíceis certos dias, quando faltavam alimentos para abastecer a cozinha nos acampamentos. Já em relatório publicado pelos serviços de 1907 a 1915, Cândido Rondon diz:

Ora, os nossos soldados, em geral, não são outros senão os sóbrios e rígidos caboclos do Norte, afeitos ao inveterado hábito do uso da farinha de mandioca, que constitui, adicionado à carne, o seu principal alimento. Não fizemos, pois mais do que adotar o hábito de fazer o pessoal tomar um alimento apropriado, não só às circunstâncias locais em que agiam, como mais de acordo aos usos em que nasceram e se criaram. Muito nos preocupou a alimentação pela carne [...]<sup>135</sup>

A preocupação com a alimentação era grande, mas não havia meios de ter sempre à mão carne para as refeições do pessoal. Em zonas onde existia criação de gado, o fornecimento de carne era satisfatório, mas, mais ao noroeste do estado, a Comissão começou a utilizar de outros tipos de alimentos. Ainda segundo Cândido Rondon em relação à carne:

Pensávamos num meio de conduzi-la para o interior dos nossos sertões, quando o gado em pé não pudesse lá chegar. Em vez de charque em grandes mantas, cuidamos de obter a conserva do mesmo charque em latas, processo já empregado na Amazônia [...] fizemos experiências com o feijão esterilizado, (sic) hermeticamente fechado, infelizmente sem bom resultado, porque justamente esse alimento, o melhor de todos e o mais preferido pelos nossos matutos, quase nunca o poderíamos

---

<sup>134</sup> Esther de Viveiros, op. cit., p. 88-89.

<sup>135</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 25

obter por espaço maior de seis meses sem estrago certo [...] nos reconhecimentos de 1908 e 1909 empregamos com incomparável vantagem a conserva knorr's (sic), já de legumes, já de farinhas. Em outubro de 1908 fizemos, na Serra do Norte, de onde a Expedição teve de retroceder, um enterro de stock (sic) de conservas que havíamos levado, forçados pela deficiência de transporte, o que serviria também de experiência que nos aproveitaria de futuro, numa emergência idêntica. Em junho do ano seguinte, pela Expedição de 1909, foi feito o desenterro, sendo encontrado intacto tudo quanto trazia a marca daquele fabricante.<sup>136</sup>

Outro grande problema enfrentado pela Comissão no que se refere aos alimentos era em relação ao sal e o açúcar. Já que nem sempre a alimentação era adequada e em quantidade satisfatória e Amílcar Botelho de Magalhães complementa:

Nas situações precárias, pode-se substituir o café, o chá e o mate, por infusões de várias ervas de sabor agradável ao paladar, culminando para mim entre elas a celebre 'douradinha', dos campos do cerrado, mas o elemento açúcar é insubstituível e faz muita falta não só ao civilizado, como principalmente ao explorador. É preciso procurá-lo na natureza e no sertão de Mato Grosso quatro recursos se apresentam: o mel de abelha, a lixeira, o pau-doce e o burity. O mel em certas zonas de mata é abundante [...] Para o civilizado o sal é também indispensável à comida mesmo que conste esta da caça, da pesca ou do palmito e nos sertões do noroeste a falta de sal era irremediável, porque não se o encontra senão nos barreiros, apenas úteis aos irracionais. Daí se depreende que o mais indispensável, dentre os gêneros giram as perspectivas da fome! A compreensão do valor dessa incógnita na equação do serviço, gerou no espírito de certos soldados perversos a idéia de despejar parte dos sacos de sal à passagem dos

---

<sup>136</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 25-26.

córregos e rios. Passou-se isto na época em que as mudanças de acampamento eram feitas nas andorinhas-humanas. Três vantagens colimavam eles: 1º. desaparecimento dos vestígios do crime, porque a água incumbindo-se da dissolução, levava-lhe o segredo para o desconhecido; 2º. reduzir o peso da carga que tocava a cada qual conduzir; 3º. fazer com que faltasse o sal no acampamento, para forçar a suspensão dos trabalhos.<sup>137</sup>

Segundo Botelho de Magalhães nesse longo relato, o sal era importante na alimentação, mas mesmo assim os homens utilizavam de certas estratégias para suspender os trabalhos. A sabotagem praticada pelos trabalhadores nos dá uma visão das resistências às longas jornadas, aos carregamentos pesados. Sabotar poderia significar um afrouxamento na lida diária. No entanto, fosse a situação qual fosse: chuva, sol, fome, o trabalho era sempre o mesmo. Não se abriam horas para descanso nem tampouco se reduziam as horas a serem trabalhadas, pois o rendimento deveria ser sempre o máximo possível, diariamente, conforme ele mesmo relata:

Falta de alimento, mas trabalho igual [...]

[...] Pois bem, quer a situação fosse ótima, quer a situação fosse péssima, quanto aos recursos da alimentação, o trabalho era sempre e invariavelmente o mesmo; nem se dilatavam os descansos, nem se reduzia o serviço.<sup>138</sup>

Segundo ele era impossível reduzir as horas de trabalho em função do cronograma de trabalho, sempre desenvolvidos sob 'ordens do dia'. Desde a sua primeira Comissão de 1900 a 1906, Cândido Rondon montava uma estrutura para organizar os trabalhos, os regimes de acampamentos e a distribuição dos serviços.. Segundo Laura Maciel:

[...] a definição da hierarquia e o método de trabalho das seções, que avançavam separadas uma das outras, mantendo

---

<sup>137</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 55-56.

<sup>138</sup> Idem, p. 41.

contato por meio de aparelhos móveis de telégrafo, seguindo em tudo a natureza do regime militar, do qual os trabalhadores civis deviam também sujeitar-se e semelhantes à organização do trabalho na construção das grandes ferrovias como a Noroeste e a Madeira Mamoré.<sup>139</sup>

Para falar mais do dia-a-dia e das jornadas de trabalho, vamos ingressar rapidamente no universo dos Paresí. Povo indígena encontrado por Rondon em 1907 e também muito apreciado por ele. A antropóloga Fátima Roberto Machado traz diversas entrevistas feitas com os índios remanescentes das escolas e internatos da Comissão, em sua tese de doutoramento. Um de seus entrevistados nos chamou muito a atenção: Maximiano Zonoizô, um índio Paresí de 83 anos de idade. Conta naquele trabalho como funcionava o ensino na escola da estação Utiariti, e mais adiante relata como foram seus afazeres na Comissão, como tropeiro. Tropeiro era a função do carregador de mantimentos entre as estações, função executada sempre à noite. Se porventura fosse pego fazendo o carregamento durante o dia podia ser expulso “a bem da disciplina”<sup>140</sup>. Segundo ele:

Eu com o Cândido (oimaré), nós viajava com tropa para transportar alimentação da linha telegráfica de Rondon. Tava cansado? Não podia falar nada. Falava, (o inspetor) já dava a resposta: Ah, você não agüenta? Então, por que nasceu homem? Até pra homem macho você não agüenta... então, vai embora! Dá vaga pra outro! Essa era a resposta.

[...] Então, nós fazia uma viagem, por exemplo, de Vilhena ao Sacre. Quase 60 léguas! Viajava com tropa grande, era nove dias de viagem, de marcha. Aqueles nove dias eram nove madrugadas. Uma hora da manhã, já tava viajando. Aí, chegava no depósito, carregava a tropa e voltava. A marcha, do mesmo jeito. Chegava lá, descansava só três dias, mas o descanso era por causa dos bois, não era por causa dos homens. Ele (o encarregado) falava que o homem não

---

<sup>139</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 106 - 107.

<sup>140</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 184.

cansava, o homem só cansava quando morria. E nós voltava, de novo.<sup>141</sup>

Esse relato de Zonoizô é expressivo no sentido de mostrar como os serviços a serem executados visavam o máximo rendimento por parte do trabalhador. Exigência essa que fazia parte da disciplina de vida da Comissão Rondon. Zonoizô ainda nos dá uma idéia da vigilância diuturna a que todos estavam sujeitos, e como eram tratados os trabalhadores, notadamente este, que era um índio Paresí. Ainda segundo ele, quando os depósitos estavam cheios, os tropeiros eram colocados para consertar pontilhões, nos trabalhos da lavoura e no roçado. Tarefas sempre fiscalizadas por um encarregado. Esse indígena havia sido um bom aluno na escola do Utiariti, o que resultou depois de ter sido tropeiro, a uma promoção: passou a ser guarda-fio, cuja função era fazer a manutenção da linha, encontrando os defeitos, se houvessem e conseqüentemente, consertando-os. Sobre isso diz Zonoizô:

[...] o negócio era duro. Por exemplo: agora, o sol tá quente, tá viajando com bolsa nas costas... Tinha que remover o defeito da linha com prazo de 24 horas. Não queria saber se a gente tinha matula (comida) ou não. Se o camarada recebeu ordem para sair, tinha que ir de qualquer jeito.<sup>142</sup>

Trabalhou muito tempo como guarda-fio, e nesta tarefa, dever-se-ia caminhar “por mais de 40km (7 léguas) pela estrada da linha, até encontrar o outro guarda-fio, seu companheiro, que caminhava também a mesma distância, partindo da estação mais próxima”<sup>143</sup>. Depois de tropeiro e guarda-fio, Zonoizô estudou telegrafia em Vilhena e então passou a ser telegrafista. O que não melhorou muito sua condição de trabalhador da Comissão, pois passou muita fome, e tomou muita chuva no desempenho de suas funções. Serviu trinta e quatro anos na linha da Comissão. Ainda segundo Fátima Roberto Machado:

Apesar de guardar uma especificidade importante que é o fato de tratar-se de um contexto de relações interétnicas, as

---

<sup>141</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 185.

<sup>142</sup> Idem, p. 186.

<sup>143</sup> Idem, p. 186.

estações telegráficas rondonianas apresentavam características de uma instituição total radical compreendida nos termos de Goffman (1990), como uma 'estufa para moldar pessoas' que confisca as suas próprias vidas, subordinando-as. As estações eram um misto de orfanato, prisão, convento, quartel, campo de concentração: um 'híbrido social', tanto residência quanto organização formal [...] <sup>144</sup>

Segundo Amílcar Magalhães, houve um tempo em que o domingo era incluído entre os dias úteis e o soldado recebia de noite a ração crua e ele próprio deveria cozinhar o jantar do dia e para o almoço do dia seguinte<sup>145</sup>. Essas medidas se davam em razão da falta de pessoal, mas também para a obtenção do “máximo rendimento ao serviço público”<sup>146</sup>. Porém...

O aço é matéria prima pouco vulgar na formação do caráter humano e a massa geral dos homens, incapaz de compreender o elevado escopo com que era utilizada a ultima parcela de sua energia, vencida pelo cansaço, deixava-se cair em desânimo [...] E a maioria deles lançava para longe a carne crua, comia farinha e atirava-se a dormir no restrito espaço que lhe era destinado.<sup>147</sup>

Outro fato esclarecedor dentro da Comissão Rondon e facilmente encontrado nos relatos era a separação entre as pessoas que a compunham: de um lado, os oficiais e alguns encarregados mais graduados, de outro, os trabalhadores, a classe baixa, como Zonoizô o índio Paresí, colocou: eram “eles e nós”<sup>148</sup>. A hierarquia era absolutamente respeitada por dois motivos significativos: o primeiro, por ser formada a Comissão a partir de militares do Exército brasileiro que pensava sempre no planejamento e avanço ordenado dos trabalhos diários, definindo o número e o perfil dos trabalhadores, prazos e ritmos em cada setor. No caso específico da Comissão os trabalhos eram sempre dirigidos e fiscalizados por um feitor, um trabalhador civil

---

<sup>144</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 204.

<sup>145</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 19.

<sup>146</sup> Idem, p. 19.

<sup>147</sup> Idem, p. 19.

<sup>148</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 219.

da Repartição Geral dos Telégrafos ou por oficiais em razão do rendimento diário a ser alcançado. As turmas de trabalho eram observadas constantemente por uma vigilância armada<sup>149</sup>. O segundo motivo pode ser visto em função da segurança dos oficiais. Toda a organização dos serviços e dos acampamentos era pensada para garantir a segurança. Essa situação pode ser observada pela documentação encontrada, bem como pelos relatos de pessoas que estiveram presentes durante a existência da Comissão.

Os acampamentos eram separados para oficiais, praças e civis. Uma espécie de panóptico para a observação dos movimentos de todas as pessoas, principalmente sobre os “maus elementos” (Amílcar Botelho de Magalhães). Todas as barracas eram dispostas dando espaço para ruas de circulação de modo que todos pudessem ser vistos e controlados, mas as barracas dos oficiais distanciavam-se pelos menos 1 km do restante dos homens, sempre visando à sua segurança. Contudo, ainda segundo Zonoizô Cândido Rondon também era muito protegido:

[...] Mas, o povo não matava ele, (Rondon), sabe por quê? Porque a lona da barraca dele era grande. Assim tinha uma porta, aqui outra, e quatro soldados guardavam ele, das 7 horas até meia noite. O café e o cigarro era por conta, para aqueles que fumavam. Naquele tempo era tudo barato, tudo dado pela nação, não faltava nada pra ele. Então, quando vencia meia noite, vinham outros quatro soldados. Aí, ficavam no lugar, os que já tinham guardado iam deitar e dormir. Ele era bem protegido! Era assim que levava a vida. E assim, nunca mataram ele. Soldadama tá tudo rodeado a ele. Os civis era gente de toda espécie, eram de todos esses estados que tinha gente ruim.<sup>150</sup>

Maximiano Zonoizô nos conta o quanto Rondon era protegido. Esse é um dado importante, porque nos mostra que os oficiais temiam os trabalhadores e que as resistências por parte deles, inspiravam medo e cuidados. Esse relato nos dá uma idéia do nível de tensão a que estavam sujeitas as relações entre comandados

---

<sup>149</sup> Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 128 - 130.

<sup>150</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 82.

e comandantes e o potencial de resistência dos trabalhadores. Importante também é o fato de até mesmo o próprio Zonoizô qualificar os trabalhadores civis como gente “ruim”. Por sua vez, Amílcar Magalhães, no capítulo “episódios de acampamento” em seu livro *Impressões da Comissão Rondon*, narra dois motins ou tentativas de motins, acontecidos nos anos, entre 1907 a 1915, mas sempre afirmando que descobertos os autores, foram estes, devidamente punidos.<sup>151</sup>

Sobre um desses acontecimentos Maximiano Zonoizô relatou longamente para Fátima Roberto Machado e transcrevemos aqui seu depoimento, por ser bastante significativo:

Eu já contei aquela parte, em que o povo, os 300 patriotas se revoltaram e queriam matar ele (Rondon)? Eu vou contar pra senhora.

[...] ah, bom, então... adiante de Vilhena, tem um lugar por nome Promoção [...] então 300 patriotas chegaram de tardinha e iam fazer o acampamento, na distância de mil metros [...] aquilo foi indo, foi indo, quando foi um dia, o pessoal... eles se revoltaram e aí queriam matar ele. Mas tinha os homens que eram conhecidos do cozinheiro e do secretário, que é o Terto [...] bom, quando foi à noite, o Terto falou pra ele assim: tenente-coronel... ele dorme cedo, às 7 horas já tá dormindo... aí, ele: o que é Terto? Eu vim avisar o senhor, o povo civil se revoltaram e vão matar sua excelência, hoje à noite. Aí, ele falou: hum... ele falou somente assim, deitou e dormiu.

Quando foi alta hora da madrugada, ele olhou no relógio e levantou: Terto! Aí: sim senhor. Ele: vá chamar o corneteiro! Ao corneteiro: ô corneteiro, toca reunir aí! Tocou o reunir. Aí, a distância é longe e ele deu um tempo. Toda a soldadama, a oficialidade, levantaram. Aí, ele falou: vocês vão fazer um círculo aqui, os civis vão ficar dentro do círculo. Eles queriam me matar e eu vou apertar, pra saber qual foi o autor disso.

Eram 300 civis. Trabalhadores. Esses que lutavam com a linha, que faz buraco, que vai no machado. Pois é, essa turma que

---

<sup>151</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 26-35.

dormia na distância de mil metros. Eles não dormiam junto com ele. Eu já reparei, nenhum militar faz isso. Se ele viajar com duas pessoas civis, ele dorme aqui, dorme sempre com a gente de farda. Esses civis que nem nós, dorme lá longe.

Então, o povo chegou. Tomaram café e ele não deixou ninguém sair: foi fulano, foi beltrano que foi o autor disso. Aí, mandou pegar aqueles, deitou quinze varadas neles, em cada um. Quando foi no outro dia, ele arrumou as coisas e saiu, foi embora.<sup>152</sup>

Ao confirmarmos nesses relatos de Zonoizô encontramos o nível de tensão existente nos acampamentos e também uma visão de Rondon que indica seu comportamento enérgico em relação aos trabalhadores. Além da presença muito forte do indígena, Zonoizô falou “dos verdadeiros fantasmas das linhas: os ‘imóti’ soldados e trabalhadores civis, ‘pobres coitados’, ‘os patriotas’, multidão de escravos modernos, militarmente administrados.”<sup>153</sup>

### **“Uma avalanche de indesejáveis!” (Amílcar Botelho de Magalhães)**

O pensamento sobre a incapacidade desses homens em se adaptar aos trabalhos e sobre a qualidade dessas pessoas, faz parte dos discursos produzidos pela Comissão Rondon, em textos de Amílcar Magalhães, tais como:

Ao tempo das primeiras comissões que o General Rondon chefiou o Exército brasileiro era constituído, não pelo sorteio militar como atualmente, mas por elementos exclusivamente provindos das classes baixas da sociedade e por indivíduos na maioria analfabetos, mal educados e sem moralidade. Tal era a conseqüência do voluntariado de que se compunha e cuja insuficiência forçava o engajamento e o reengajamento de uma

---

<sup>152</sup> Maria Fátima Roberto Machado, op. cit., 1994, p. 80-81.

<sup>153</sup> Idem, p. 221.

corja de vagabundos e indisciplinados que infestavam as fileiras como os seus incorrigíveis e inveterados maus costumes.<sup>154</sup>

Ou ainda em outro texto registrado por ele:

Para os trabalhos do sertão e para a construção das linhas telegráficas, o Ministério da Guerra formava os contingentes, mandando que várias unidades apresentassem certo número de praças. Como naquele tempo não existia o serviço militar obrigatório, os corpos – impossibilitados – geralmente de qualquer seleção – escalavam para isto os piores elementos, os mais ébrios, os mais indisciplinados, os mais preguiçosos, incapazes e maus. E aí ia aquela avalanche de indesejáveis, como uma horda de janízaros para serem comandados, aos 100 e aos 200, por um único oficial da Comissão Rondon, cuja energia desafiavam sob múltiplos pretextos.<sup>155</sup>

O conceito sobre a qualidade do contingente que formava a Comissão teve origem nos textos de Magalhães. Segundo ele, Rondon não temia a inclusão dessas pessoas, pois se dispunha a transformá-los, de uma massa não afeita ao trabalho, em pessoas que pudessem servir à nação. Rondon “humildemente” acreditava poder transformar “essas feras humanas” (Amílcar Botelho de Magalhães) e para isso, segundo o autor, duas providências eram capitais: a primeira seria “amansá-los e depois em segundo lugar, fazê-los produzir”<sup>156</sup>. Para que isso pudesse acontecer, os oficiais mais graduados e o próprio Rondon recorriam, muitas vezes aos castigos corporais, mesmo sabendo que estes estavam proibidos pelo Exército brasileiro, desde a segunda metade do século XIX. No entanto, a prática nos acampamentos era usual. Segundo Amílcar Magalhães:

A maior parte de nós, porém, no regime da prática e orientados pelo desejo ardente de corresponder às responsabilidades dos

---

<sup>154</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 26.

<sup>155</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 197.

<sup>156</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 26-27.

serviços que nos eram confiados; depois de reconhecer inúteis e improdutivos todos os outros processos; examinando a índole de certa espécie de homens, que era impossível expulsar do serviço, porque escasso era já o pessoal preciso para os trabalhos; forçados a utilizar o elemento mau e a evitar a contaminação do elemento bom; a fazer votos íntimos para que o bem, pelo exemplo e pelo sentimento fosse possível sempre obter a obediência, a disciplina e o trabalho útil regularizado [...] enveredamos pela aplicação do castigo corporal.<sup>157</sup>

Amílcar Botelho de Magalhães narra esses acontecimentos e sua concepção de disciplina, justificando os castigos físicos como última forma de promovê-la e conseguir que os homens trabalhassem a contento. Segundo ele, a Comissão Rondon servia como um instrumento de elevação moral daqueles trabalhadores, cuja índole era naturalmente “inclinada para o mal” (Amílcar Botelho de Magalhães).

### **“Desancando” alguns**

Na Comissão Rondon os métodos disciplinares, seja para conter fugas, revoltas nos acampamentos, insubordinações nos trabalhos diários, eram variados. Eram aplicadas surras, trabalhos aos domingos, repreensões e ameaças em razão da manutenção da autoridade. Os castigos físicos eram aplicados com base no processo do *Conde de Lippe*. Esse processo prescrevia surras com espada sem corte e vara de marmelo para soldados do Exército<sup>158</sup>. Quando foram abolidos os castigos físicos, na segunda metade do século XIX, o Exército brasileiro, paulatinamente os substituiu pelos exercícios, rebaixamentos, além de realizarem

---

<sup>157</sup> Idem, p. 35-36.

<sup>158</sup> Cf. Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 125.

um rigoroso controle sobre as posturas e os gestos, como ainda se vêem na atualidade<sup>159</sup>. Percebe-se isso à luz do que Michel Foucault coloca:

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais de seu vigor e coragem [...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos [...]<sup>160</sup>

Rondon, contudo, apesar da proibição da aplicação dos castigos corporais, ainda os praticava, tendo sido, aliás, denunciado por esta prática pelo Capitão Távora que era comandante do 8º Batalhão de Infantaria, no ano de 1895. Havia acontecido um motim e os líderes foram surrados à vara diante do resto da tropa. O resultado da surra, no entanto, foi a morte de um deles, cujo nome não está declinado na narrativa do motim. A vara acabou se quebrando, causando um ferimento grande que resultou em morte por peritonite. Entretanto, o inquérito, mesmo que Rondon tenha sido submetido a um conselho militar, foi arquivado como improcedente.<sup>161</sup>

Ainda segundo Amílcar Magalhães:

Rondon para produzir algo e obrigar esta gente a um trabalho intensivo, foi forçado a aplicar o castigo corporal, único meio de conter aquela cambada dentro da ordem da disciplina [...] a vida de acampamento, em barracas e ranchos provisórios, sem xadrezes, sem células, sem o apoio provável de uma a outra força que pudesse em qualquer emergência acudir em tempo pra dominar algum levante; eram condicionais e

---

<sup>159</sup> O processo do Conde de Lippe previa também a surra com a chibata para marinheiros. Os castigos físicos no Exército e Marinha brasileiros foram suspensos pelo Regulamento Disciplinar baixado pelo Decreto nº 5.884 de 08/03/187. No entanto, essas práticas perduraram até as primeiras décadas do século XX.

<sup>160</sup> Michel Foucault, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 117.

<sup>161</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 197.

justificavam as medidas de exceção adotadas pelo chefe intransigente e ávido de trabalho [...] Na expedição de 1908, o então Tte. Carlos Carmo de Oliveira Melo comandava o contingente de praças e era constantemente advertido pelo chefe, como responsável pela disciplina dos soldados. Cansado de repetir ao chefe a sua convicção de que seria impossível manter a disciplina sem o castigo corporal; e como também Rondon não abria a boca para autorizar esse almejado castigo, uma noite, em torno da fogueira, quando corria o chimarrão, o valente tenente Melo, mais uma vez posto em brios em face de um ato de alta desobediência de um dos “bagageiros” dos oficiais, declarou ao General que, no dia seguinte, às 5 horas da madrugada, revigoraria a velha prática da pancadaria... Rondon não disse nem sim, nem não, desconversou, e no dia seguinte ausentou-se do acampamento para uma caçada, às 4 horas da madrugada, só regressando à hora do almoço. Compreendeu Melo sua atitude e assumindo pesada responsabilidade, aproveitou-se desta ausência e desancou um dos mais indisciplinados soldados. Foi água na fervura.<sup>162</sup>

Percebe-se neste texto de Magalhães a conivência de Rondon quanto à aplicação dos castigos corporais. Se não autorizou, também não desautorizou a prática, o que marca a sua atuação. Retirando-se da cena, permitiu-a tacitamente, tentando isentar-se das conseqüências. Mas as surras eram mais usuais do que se registra. Até mesmo Amílcar Magalhães usava desse expediente, conforme ele mesmo relata:

[...] No meu destacamento de Parecis (sic), durante sete meses a fio, esforcei-me por não aplicar o castigo corporal: punia com trabalho aos domingos, com repreensões e ameaças, dando trabalho mais pesado aos mais vadios e aos mais castiguei corporalmente o cozinheiro do acampamento, indolentes ou indisciplinados. Tudo fora em vão. Um dia,

---

<sup>162</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 198.

porem, formei o destacamento e que desobedecendo sempre propositadamente, chegara à imperfeição de não preparar o almoço dos praças!<sup>163</sup>

Dentro desse processo de militarização do trabalho, cartografando a expansão e delineamento das fronteiras do Estado nacional, todo funcionário subalterno era, em princípio, um suspeito. No que tange aos procedimentos dos castigos dentro da Comissão Rondon, estes eram praticados em relação ao corpo do soldado ou dos civis engajados, no intuito de conseguir a disciplina tanto individual quanto coletiva, otimização do tempo e conseqüentemente uma maior produção nos trabalhos diários. A surra em uma pessoa, no centro do acampamento com todos os outros homens perfilados, funcionava como um exemplo total. Segundo Todd Diacon “[...] Havia casos em que o castigo ordenado por comandantes como Rondon ‘assemelhava-se mais a tortura do que a punição disciplinar [...]’.<sup>164</sup>

Mas o temor constante de doenças e ferimentos combinava-se às agonias do recrutamento e do trabalho forçado gerando uma mistura emocional potencialmente explosiva entre os soldados da Comissão. Todd Diacon se manifesta novamente a esse respeito:

O estilo de comando de Rondon e o medo crescente de ataques indígenas agravavam a situação [...] Adjetivos como solidário, afável, compassivo e compreensivo não vem à mente quando analisamos as qualidades de Rondon como comandante. Para sermos justos, tampouco Rondon os teria julgado necessários. Mais apropriados parecem os termos ‘duro, exigente, rigoroso’ e, talvez, até mesmo ‘cruel’ e ‘insensível’. Rondon certamente afirmou que as exigências da construção do telégrafo no sertão, aliadas às qualidades dos soldados sob seu comando, requeriam disciplina férrea.<sup>165</sup>

---

<sup>163</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 36-37.

<sup>164</sup> Todd A. Diacon, op. cit., 2006, p. 81-82.

<sup>165</sup> Idem, p. 81.

E quando encontramos essa prática por parte da oficialidade da Comissão, percebemos que havia uma positividade nessas atitudes, quer quanto à repressão, quer quanto à vigilância, quando falamos da organização dos acampamentos, todas duas vão ao encontro da máxima produção diária pelos trabalhadores. O próprio Amílcar Botelho de Magalhães afirma isso quando diz que “para produzir e obrigar a um trabalho intensivo...”<sup>166</sup> Esses trabalhadores estavam submetidos a uma disciplina rigorosa para produzirem, serem úteis, nesse sentido, à Pátria.

Na Comissão Rondon além da prática dos castigos corporais, para produzir resultados, havia também à “pega dos desertores”, (Amílcar Botelho de Magalhães). “Serviço que nos lembra os tempos idos, da era dos capitães do mato, na captura de escravos”<sup>167</sup>. Tarefa sempre realizada por um ou mais oficiais e alguns acompanhantes. No relatório dos serviços praticados às margens do rio Buriti em 1910<sup>168</sup>, há registro de oito feitores em comissão, que como no tempo da escravatura no Brasil, estavam encarregados de dirigir os trabalhos diariamente. Amílcar Botelho de Magalhães, no entanto, afirmava que:

Detestava semelhante incumbência! A Comissão, reconhecia-o amplamente, não podia fugir a essa injunção, pois que no dia em que abolisse as providências enérgicas que tomava, no máximo esforço de prender os desertores e os reconduzir ao acampamento, as fugas se multiplicariam e faltaria pessoal para o trabalho.<sup>169</sup>

Em diversos relatórios da Comissão encontramos informes sobre casos de recusa ao trabalho, motins, fugas e deserções. Justificando os motivos na inauguração da estação de Diamantino, o comandante da Comissão Telegráfica informou, além da epidemia de varíola, da falta de água e do “formidável ataque de paludismo” que poupou menos de 10% do pessoal em serviço, houve a redução

---

<sup>166</sup> Vide nota n. 157.

<sup>167</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 48.

<sup>168</sup> Relatórios diversos/projetos/orçamentos, medidas, observações meteorológicas, etc. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 134.

<sup>169</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 48.

pela metade do efetivo inicial de 150 praças, em razão das sistemáticas deserções.<sup>170</sup>

Ao que parece, por essas referências, muitos desses trabalhadores preferiam arriscar desertar, enfrentando com isso, todos os perigos da floresta, a fome e a possibilidade do encontro com indígenas, a se verem forçados a permanecer na Comissão. Mas aqueles que ficavam estavam sujeitos ao modo da administração de Cândido Rondon. Ele sabia exatamente integrar os diferentes elementos sob seu comando. Segundo Amílcar Magalhães, o segredo estava na sua capacidade de centralizar a administração sem, contudo, tolher a iniciativa dos oficiais. Quanto ao trabalho conjunto entre civis e militares:

De um lado os militares presumiam-se uma espécie de casta privilegiada, atribuindo-se uma superioridade proximamente prussiana, de outro lado o civil esquecendo-se de que o militar nada mais é do que um animal de carne e osso igual a ele, mas vestindo um uniforme, sentia-se incomodado diante das poses marciais e, em alguns casos, raciocinava como nossos avós, que pretendiam castigar os filhos incorrigíveis [...] pondo-lhes uma farda às costas! [...] Compreende-se bem qual a influência e quais os efeitos de semelhantes doutrinas professadas nas camadas mais elevadas, quando se espalhavam nos meios rudes e ignorantes donde provinham nossos soldados, praças de 'pret'(sic) [...]<sup>171</sup>

Fazendo-os compreender que seu papel era representar o chefe da Comissão junto aos soldados, Cândido Rondon era não só intolerante com qualquer abuso de autoridade dos civis, como impunha aos praças obediência a eles, ora acentuando a categoria do paisano na transmissão das ordens, ora prestigiando a sua força moral, colocando-o sistematicamente à mesa dos oficiais. Desse modo, Rondon militarizava os civis e exigia que os seus hábitos fossem como os dos soldados. Conforme Amílcar Botelho de Magalhães, Cândido Rondon agia:

---

<sup>170</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 27.

<sup>171</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit, 1929, p. 87-88.

[...] fosse obrigando que permanecessem sem chapéu e em pé enquanto estivessem na sua presença, fosse impedindo que fumassem diante dele, durante o serviço, obrigando-os a levantarem e a não recostarem, conforme a tendência natural do jeca, quando da sua passagem.”<sup>172</sup>

Essa postura de identificar o trabalhador como jeca, incorporava-se ao seu discurso, em que esses trabalhadores provenientes das classes mais baixas da sociedade, eram essencialmente qualificados, por ele, como seres “indesejáveis” e “escória social”. Tratados assim, adjetivados sempre em conjunto, e muitas vezes ignorados, também Todd Diacon se manifesta:

Em seu diário Rondon quase não fez menção a soldados individualmente, tampouco fornece informações pessoais sobre seus comandados. Mesmo a morte de um soldado arrancava-lhe pouquíssimas palavras, como ocorreu em junho de 1908, quando Rondon dirigia a construção da linha a noroeste de Diamantino. Sobre a morte de um praça em 10 de junho, em seu diário ele anotou apenas ‘Faleceu às 3 AM (sic) um soldado doente de reumatismo articular crônico [...] Não foi tirado nenhum poste porque os lavradores não encontraram madeira adequada. Sepultou-se à esquerda da picada, na descida para o rio Anhanazá, o soldado falecido’. Mas a concisão de Rondon transformava-se em evidente loquacidade quando, em efusivas odes, ele discorria sobre um de seus temas favoritos: seus cães.<sup>173</sup>

De fato. Rondon relata o seu encantamento pelos cães. Há uma homenagem a um deles em sua biografia escrita por Esther de Viveiros. Segundo ele, em 2 de junho de 1919 perdera seu cão *pointer* :

---

<sup>172</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 88.

<sup>173</sup> Todd Diacon, op. cit., p. 84-85.

Meu nobre Caí! Admitindo minha superioridade, não te consideravas, entretanto, escravo. Era voluntária a tua submissão e teus olhos, quase humanos, viam em mim um deus, um rei, acima de tudo justo, capaz de conhecer todos os teus pensamentos para, de ti, só exigir aquilo que te conviesse [...] Meu caí, mais humano do que muitos humanos!

Disse-me uma vez um índio que nos acompanhava, depois de muito observá-lo:

- Meu Coronel, Caí não é cachorro!

- Que é ele, então?

- Caí é... gente... [...]

Enterramo-lo no último dia de serviço da expedição, no porto do antigo fortim (sic) da Conceição, debaixo de três grandes loureiros cuiabanos...<sup>174</sup>

Essa passagem reservada ao cão, contida em páginas de sua biografia, nos mostra como Cândido Rondon apreciava os animais. Existem inúmeras manifestações de cuidados e preocupação com seus cães. Amílcar Botelho de Magalhães diz:

No ponto de vista em que Rondon se coloca, comer é secundário! Da sua reconhecida e extraordinária sobriedade, resultava naturalmente imaginar que o estômago alheio se comportasse como o dele. Além de se distrair à mesa dividindo grande parte da sua ração com os cães 'que manifestavam alegria natural, lambendo-lhe de repente o rosto, enquanto pousavam-lhe as patas enlameada sobre o kaki (sic)' ; muita vez (sic) viu caras amarradas quando do seu farnel, em marcha, retirava alimento para os amimados (sic) e fiéis animais.<sup>175</sup>

---

<sup>174</sup> Esther de Viveiros, op. cit., p. 447-448.

<sup>175</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1929, p. 41-42.

E isso fica comprovado também em relação a uma mula, chamada Barétia, que também está bastante citada na biografia escrita por Esther de Viveiros, e que o acompanhou por anos a fio lhe prestando serviços inestimáveis como ele próprio coloca, já que nos territórios por onde desenvolvia seus trabalhos, andar a cavalo seria um absurdo, em função da topografia. No entanto, “a morte de animais seus, diferentemente da morte de um soldado, ensejava comoventes louvores no diário de Rondon.”<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> Todd A. Diacon, op. cit., p. 85.



Foto 1 - Estaca Zero – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada.



Foto 2 - O chefe da Comissão com seus ajudantes: Senna Braga, Tte. Lyra, Fleury Barros, Frederico Siqueira, Dr. Armando Calazans, Emmanuel Amarante e Tte. José Paulo de Oliveira – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada.



Foto 3 - Abertura do picadão na margem direita do rio Paraguai. 1ª seção da construção – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada



Foto 4 - Abertura do picadão na margem direita do rio Paraguai. 1ª seção da construção – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada



Foto 5 - Transportes de postes – Mata do Guaporé – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada



Foto 6 - Turma de locação – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada

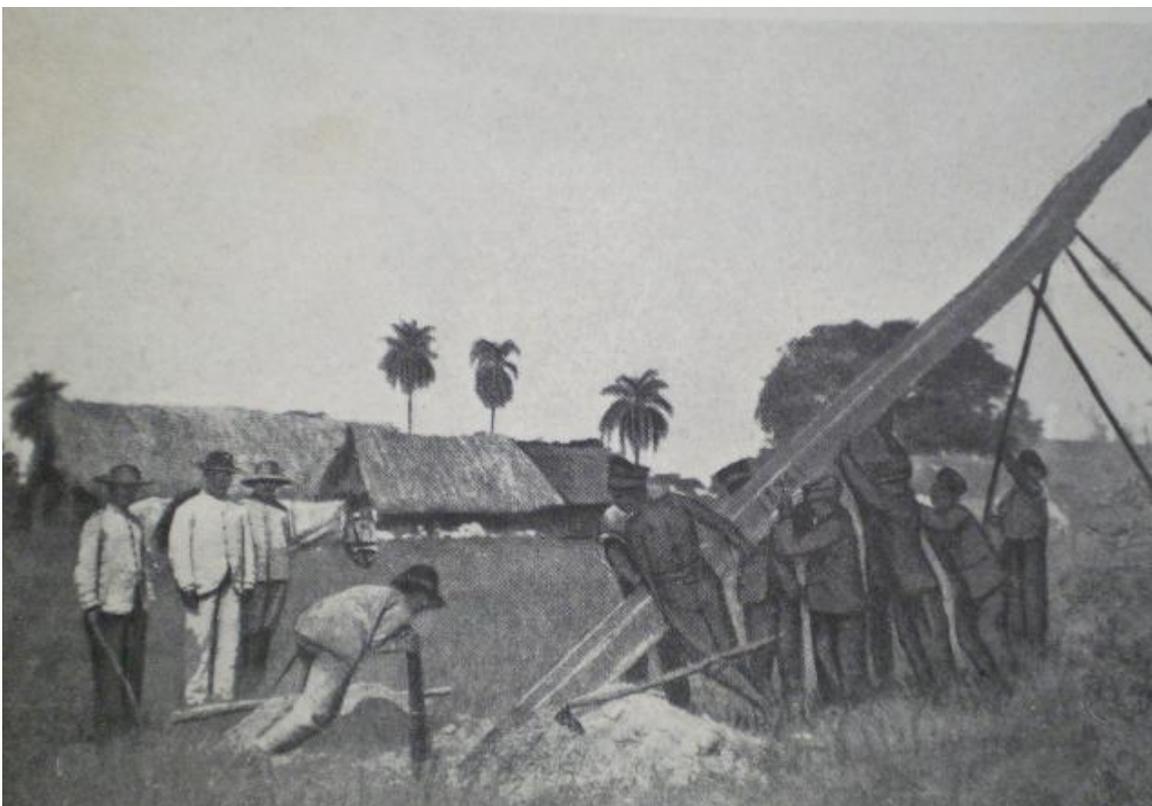


Foto 7 - Poste levantado antes do sol nascer – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada



Foto 8 - Trecho do picadão através da mata, vendo-se ao centro a faixa de destocada para a estrada de rodagem – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada



Foto 9 - Trecho da linha já construída atravessando um córrego em tempo de cheia – Expedição de 1907 - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução Autorizada



Foto 10 - Trabalhadores - 1927 – Álbum fotográfico do Arquivo Ramiro de Noronha  
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - Casa Barão de Melgaço.  
Reprodução autorizada



Foto 11 - Construção da ponte sobre o rio São Manoel – S/data – Álbum fotográfico Arquivo Ramiro de Noronha – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - Casa Barão de Melgaço. Reprodução autorizada



Foto 12 - Trabalhadores - Estrada do rio São Manoel – 1938. Álbum fotográfico Arquivo Ramiro de Noronha – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - Casa Barão de Melgaço. Reprodução autorizada



Foto 13 - Rondon com a turma no rio Manoel Correa afluente do São Miguel – 1919. Rondon e o cão Caí pegando a caderneta de campo. Acervo fotográfico NDIHR – UFMT. Reprodução autorizada



Foto 14 - Turma de trabalhadores no rio Manoel Correa afluente do São Miguel – 1919. Acervo fotográfico NDIHR – UFMT. Reprodução autorizada



Foto 15 - Trabalhadores – Expedição Científica Roosevelt-Rondon – Acampamento da cabeceira dos Perdizes. Relatório Índios do Brasil – Cabeceiras do Xingu, rio Araguaia e Oiapoque. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução autorizada



Foto 16 - Trabalhadores – Expedição Científica Roosevelt-Rondon – Rio da Dúvida – Preparação para a Expedição. Relatório Índios do Brasil – Cabeceiras do Xingu, rio Araguaia e Oiapoque. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução autorizada



Foto 17 - Expedição Roosevelt-Rondon – Dezembro de 1913 a março de 1914 – Foto do marco do rio que levou o nome do ex-presidente dos Estados Unidos da América – Rio Roosevelt – Ao centro no marco Theodore Roosevelt e Cândido Rondon – Relatório Índios do Brasil. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução autorizada



Foto 18 - Cândido Mariano da Silva Rondon e Amilcar Armando Botelho de Magalhães – Relatório Índios do Brasil. Acervo Amidicis Diogo Tocantins – UFMT. Reprodução autorizada.

## Capítulo 3

### O que valem certas vidas

*Digo: o real não está na saída nem na chegada ele se dispõe para a gente no meio da travessia.*

*(Riobaldo - Grandes sertões: veredas - João Guimarães Rosa)*

## O que valem certas vidas

Do lugar da ordem por excelência, dos trabalhos para a “Pátria amada”, quase nada se sabe sobre o número oficial de contratações e recontrações, engajamento ou reengajamento desses trabalhadores, tempo de serviço, ou data de desligamento. Se isso não é fácil de descobrir, o número de mortos entre eles, durante a existência da Comissão Rondon, seja qual for o motivo, doenças, fomes, ataques indígenas, desaparecimentos, é indecifrável. Não há números exatos. Os relatórios de Rondon apresentam alguns números, que podem ser, de outro lado, questionados quando cotejados com outras fontes. Cândido Rondon desmentia quaisquer colocações feitas acima das 15 baixas atestadas por ele, nas obras da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso, entre os anos de 1900 e 1906.<sup>177</sup>

Já na expedição constituída em 1907 (Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas), Rondon, em seu relatório destinado à Diretoria Geral dos Telégrafos, a respeito dos serviços executados até o ano de 1910, relata a morte de 20 homens, não explicando, porém, as causas das mortes e nem mesmo em que lugar no estado de Mato Grosso. Segundo ele:

Tombaram no meio da jornada, cobertos dos louros do dever, em cujo crepe envolveram a santa dedicação patriótica, os pranteados companheiros: engenheiro geólogo Cícero de Campos; os 1<sup>os</sup> Tenentes Firmino Portugal e Antonio Lins; 2<sup>o</sup> s Tenentes Joaquim Gomes de Oliveira e José Joaquim Ferreira da Silva; inspetor de 3<sup>a</sup> classe, dos Telégrafos, Geraldo Carvalhaes da Silveira; guarda fio de 1<sup>a</sup> classe, ex-alferes do Exército, em Comissão, Izidoro dos Santos, guarda de 2<sup>a</sup> classe, em Comissão, Alberto dos Santos Ribeiro; praticantes telegrafistas Argemiro Correia da Costa, Joaquim de Siqueira, João Antilho Soares, A. Paulino Bastos, Henrique Graciano de Pina; diaristas Manoel Rondon de Oliveira, Alfredo Soares Cardoso, José da Silva, Pedro Dornellas, João Baptista,

---

<sup>177</sup> Cf. Esther de Viveiros, op. cit., p. 424. Ou ainda: Relatório dos Trabalhos realizados pela Comissão entre 1900/1906, op., cit.

Brasilino José de Sousa, e o saudoso cacique Parecis (sic) – Mathias Toloirí.<sup>178</sup>

Nesse mesmo relatório Rondon relata ainda, que o Contingente militar e o 5º Batalhão de Engenharia, que havia sido criado em 1909 pela reorganização do Exército e constituído por praças até então em serviço da Comissão, teve perda de 35 soldados, sendo onze dos quais falecidos no decorrer do ano de 1907, nove em 1908, cinco em 1909 e dez no ano de 1910, entre os meses de fevereiro e novembro<sup>179</sup>. Ainda nessa relação consta a função de praticante de telegrafista que se trata do ajudante ou aprendiz de telegrafia e a função de diarista. Os diaristas recebiam pagamento pelos dias trabalhados. Conforme o quadro:

<b>Registro de falecimentos – Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e a Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra, 2. vol.</b>				
<b>Nº de ordem</b>	<b>Posto</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Lugar do óbito</b>
1	Soldado	Manoel Lino dos Santos	23/05/1907	Acampamento do rio Paraguai
2	Soldado	Pedro Tavares da Rocha	26/05/1907	Idem
3	Soldado	Benicio Gonçalves de Oliveira	29/05/1907	Idem
4	Soldado	Antonio Guilherme	01/06/1907	Idem
5	Soldado	João Aureliano da Silva	01/06/1907	Idem

<sup>178</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 103-104.

<sup>179</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 103-104.

6	Soldado	Tertuliano da Silva	07/06/1907	Em viagem para Cáceres
7	Soldado	Marcolino dos Santos	19/06/1907	Acampamento da Caissára
8	Soldado	Francisco Porfírio de Lima	19/08/1907	São Luiz de Cáceres
9	Soldado	Manoel Nunes dos Santos	05/11/1907	Idem
10	Soldado	Manoel Patrocínio de Oliveira	18/12/1907	Idem
11	Soldado	Alfredo Joaquim de Oliveira	24/12/1907	Idem
12	Soldado	Amâncio Olympio Xavier de Barros	08/03/1908	Idem
13	Soldado	Esmeraldo José de Souza	25/04/1908	Idem
14	Soldado	Dezimerio Soares de Azevedo	28/04/1908	Idem
15	Soldado	João Alves Leal	10/06/1908	Água Verde
16	Soldado	Juvêncio da Silveira	19/06/1908	São Luiz de Cáceres
17	Soldado	Francisco Alves da Silva	05/08/1908	Ponte de Pedra
18	Soldado	Manoel Domingos do Nascimento	01/12/1908	São Luiz de Cáceres
19	Soldado	Rosendo José de Almeida	01/12/1908	Idem
20	Soldado	Januário Lopes Marinho	08/12/1908	Córrego Esperança
21	Soldado	Miguel Cosme da Silva	12/04/1909	Em viagem para São Luiz de Cáceres
22	Soldado	José Beato de Siqueira	16/04/1909	Idem
23	Soldado	Alfredo Gomes de Moura	21/04/1909	Rio Sacre
24	Soldado	Jancinho da Silva Maira	13/07/1909	Juruena
25	Anspeçada <sup>180</sup>	Honorato Rodrigues Mendes	31/08/1909	Cachoeira Honorato

<sup>180</sup> Na hierarquia do exército é o posto intermediário entre o soldado e o 1º cabo.

26	Soldado	Manoel Porto dos Santos	21/02/1910	Uturity
27	Soldado	Zacharias Soares da Cruz	16/04/1910	Margem direita do rio Papagaio
28	Soldado	Vicente de Paula Bezerra	23/06/1910	Margem esquerda do Juruena
29	Soldado	Sebastião José de Lima	02/09/1910	S. Antonio do Madeira
30	Soldado	José Marcolino Ferreira dos Santos	07/09/1910	Idem
31	Soldado	Martinho Fernandes Barbosa	13/09/1910	Idem
32	Soldado	Lourenço José de Oliveira	20/09/1910	Idem
33	Soldado	Antonio Joaquim	25/10/1910	Idem
34	Soldado	João Victor dos Santos	26/10/1910	Idem
35	Soldado	Evaristo Bastos dos Santos	12/11/1910	Idem

**Quadro 1.** Fonte: Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e a Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra, 1907/1910. 2. vol. p. 103-104.

Esse quadro demonstrativo é uma exceção no que diz respeito a apresentação de mortes em documentação publicada pela Comissão Rondon. Logo em seguida, no mesmo relatório, afirma Cândido Rondon:

Em face da infelicidade que lhes tocou nesta construção, como lhes poderia suceder em qualquer outra parte, para onde os arrastasse o destino, somos solidários na dor e na desgraça da Pátria e da Família, por tão lamentáveis e irreparáveis perdas. Só a irrefragável verdade da infeliz realidade de que nenhuma conquista humana se realizou na Terra (sic) sem sacrifício qualquer, suaviza o remorso de ver tamanha desgraça cobrir de orfandade e viuvez as extremosas famílias dos companheiros, assim sacrificados em pleno vigor da idade, antes de completarem a série de serviços que ainda deviam e podiam prestar à família, à Pátria e à Humanidade.

Resignamo-nos humildemente, diante da cruel infelicidade, crenças da irrevogabilidade da inabalável fatalidade, que nos leva a uma consciente submissão. Neste preito de profunda saudade e amor, deixamos inscritas a nossa gratidão e homenagem à memória dos inditosos companheiros, beneméritos obreiros do progresso da Pátria bem amada.<sup>181</sup>

E aí percebemos no discurso de Rondon o quanto os considerados abnegados servidores da Comissão ainda podiam servir à Pátria, se não tivessem tido a infelicidade de morrer! Fica implícito na argumentação de Rondon que até a morte aparece envolta na disciplina, na ordem e no dever à Pátria. Na contínua análise da documentação não publicada, ou seja, documentação interna do Escritório Central da Comissão, sediado no Rio de Janeiro, encontramos uma relação de falecimentos declarados de civis por ano:

<b>Relação dos civis falecidos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1908 a 1919.</b>				
<b>Nº de ordem</b>	<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Lugar do óbito</b>
1	Diarista	Manoel Rondon de Oliveira	12/03/1908	Acamp. Estiva Velha
2	Carreiro	Luiz de Oliveira Paes	27/04/1909	Ponte de Pedra
3	Telegrafista	Argemiro Corrêa da Costa	1909	Barão de Capanema
4	Diarista	Alfredo Soares Cardoso	15/05/1909	Em Tendal
5	Remador	José da Silva	02/09/1909	Rio Jaci-Paraná
6	Diarista	Pedro Dornelas	22/12/1909	Aldeia

<sup>181</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 104-105.

				Queimada
7	Gd-fio de 1ª classe em Comissão	Alberto dos Santos Ribeiro	22/12/1909	Rio Gi-Paraná
8	Insp. de 3ª classe efetivo	Geraldo Carvalhaes da Silveira	30/06/1910	Três Barras
9	Feitor em Comissão	Izidoro dos Santos	30/06/1910	Margem esquerda Juruena
10	Telegrafista	Henrique Gracino de Pina	10/12/1910	Em Mambéca
11	Diarista	João Baptista	02/10/1910	Villa Nova
12	Diarista	Brasilino José de Souza	14/11/1910	S. Antonio do Madeira
13	Guarda-fio	Manoel Zanette Pereira	24/03/1911	Juruena
14	Diarista	Francisco Ferreira de Paula	09/06/1911	Em Uaiquacorê
15	Diarista	Umbelino Rodrigues Barbosa	13/06/1911	Acampamento
16	Telegrafista de 4ª classe em Comissão	Waldemar Nogueira	29/07/1911	Acampamento
17	Inspetor de 4ª classe	Ezelino Rosas	02/08/1913	Acampamento
18	Telegrafista regional	Antonio José Sant'Anna	26/10/1913	Diamantino
19	Guarda-fio	Joaquim Sol	11/12/1913	Cuiabá
20	Telegrafista	José Martins de Assis	22/05/1914	José Bonifácio
21	Guarda-fio	Antonio José de Sant'Anna	20/04/1914	Charravascal
22	Taxidermista	Emil Stolle	03/04/1915	Rio de Janeiro
23	Canoeiro	Tertuliano Ribeiro de	29/05/1915	Rio Ananás

		Carvalho		
24	Inspetor de 4ª classe em Comissão	Pedro Craveiro Teixeira	29/09/1915	Pimenta Bueno
25	Telegrafista de 5ª classe em Comissão	Victor Henrique de Lima	29/09/1915	Pimenta Bueno
26	Guarda-fio em Comissão	João Lima	29/09/1915	Pimenta Bueno
27	Inspetor de 3ª classe em Comissão	Arnaldo Meneghazzi	02/02/1916	Rio Ananás
28	Telegrafista em Comissão	Alcindo Fieramosca Grego	21/05/1916	Juruena
29	Telegrafista em Comissão	Theodorico Jordão Castilho	21/05/1916	Idem
30	Prat. de telegrafista	Daliciano ilva Junior	02/06/1916	A caminho de Porto Velho
31	Telegrafista em Comissão	Aristides Gomes Ribeiro	15/12/1916	Acampamento
32	Telegrafista em Comissão	Manoel Leonardo Pereira	21/12/1916	Pimenta Bueno
33	Telegrafista em Comissão	Bento Ribeiro Damasceno	04/03/1917	Acampamento
34	Inspetor de 4ª classe em	João Vicente da Silva	10/02/1918	Acampamento

	Comissão			
35	Guarda-fio	João Ribeiro da Fonseca	21/02/1918	Idem
36	Inspetor de 4ª classe em Comissão	José Julio de Aquino	22/12/1918	Em Manaus
37	Telegrafista 5ª classe	Luiz Ortiz d'Avila	15/04/1919	Estação Juruena
38	Guarda-fio em Comissão	Antonio Pereira	15/04/1919	Idem
39	Telegrafista em Comissão	Francisco de Souza	22/05/1919	S. Antonio do Madeira

**Quadro 2.** Fonte: Filme 327. Posto 444.  
Planilha 14/02. Comissão Rondon. Museu do Índio

O número de mortos publicados no quadro 1 é apenas de soldados do Exército. Se compararmos o quadro 2 com a relação de civis que Rondon colocou anteriormente, entre os anos de 1907 e 1910, só há a diferença de uma morte, a de Alberto dos Santos Ribeiro, que era Guarda fio de 1ª classe em Comissão. No quadro 2 as mortes estão assim distribuídas: inspetores em Comissão da Repartição Geral dos Telégrafos, cinco; inspetores efetivos da mesma Repartição, um; feitor da mesma Repartição um; guarda-fios em comissão, sete; telegrafistas, treze; taxidermista, um; diaristas, carreeiro e remador, onze.

No entanto, encontramos um dossiê, não publicado, parte dessa massa documental interna do Escritório Central, em que existe um quadro de falecimentos de civis e militares, em que também os números diferem. Infelizmente o quadro não trouxe nenhum tipo de identificação das pessoas falecidas:

<b>Resumo dos falecimentos de Civis e militares por ano.</b>	
Em 1903	01
Em 1908	02
Em 1909	04
Em 1911	01
Em 1913	01
Em 1914	03
Em 1915	01
Em 1917	02
Em 1918	02
Em 1919	01
Total	18

**Quadro 3.** Fonte: Dossiê relativo ao pessoal. Filme 1. Fot. 2534. Museu do Índio.

Essas mortes estão assim distribuídas: capitão, um; 1º tenentes, três; 2ºs tenentes, nove; alferes aluno, um; aspirantes, um; geólogo civil, um; inspetores em Comissão um; inspetor efetivo, um<sup>182</sup>. Nesse mesmo Dossiê, ainda há uma relação das senhoras falecidas nos acampamentos da construção, entre os anos de 1908 a 1918, em número de cinco:

<sup>182</sup> Essa informação está contida no Dossiê relativo ao pessoal. Filme 1, Fot. 2534. Museu do Índio.

<b>Relação das senhoras falecidas nos acampamentos da construção.</b>			
<b>Nº de ordem</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Lugar do óbito</b>
1	Rachel Maria de Albuquerque	20/06/1908	Rio Alegre
2	Davina de Arruda leite	06/07/1908	Riacho Três Jacus
3	Custodia Ribeiro de Jesus	05/08/1908	Em Ponte de Pedra
4	Regina Guimarães da Silva	06/05/1909	Em Utiaity
5	Catharina de Abreu Ávila	08/06/1918	Em Juruena

**Quadro 4.** Fonte: Dossiê relativo ao pessoal.  
Filme 1. Fot. 2535. Museu do Índio.

Contém, ainda, nesse documento um pequeno texto que segue transcrito abaixo:

Todas estas senhoras deram sempre evidentes provas de sua dedicação e coragem, para enfrentar a vida do sertão, acompanhando seus maridos nas marchas a pé a que eram obrigados pelo serviço, muitas vezes tomando para carregar uma parte da bagagem deles, resistindo as chuvas ou as canículas e vivendo ao lado dos acampamentos nas próprias barracas de campanha ou em pequenas choças de palha que ajudavam os seus donos a construir e que a chefia da Comissão sempre permitiu que se estabelecesse em zona propriamente determinada.<sup>183</sup>

Sobre essas senhoras falecidas nos caminhos do telégrafo, não há nada de mais expressivo dito nos relatórios. Nós encontramos até este momento apenas o documento que foi transcrito acima. É possível encontrar algumas mulheres, poucas mesmo, diríamos, em algumas fotografias. Há também algumas crianças que

<sup>183</sup> Filme 1, Fot. 2535. Dossiê. Museu do Índio.

aparecem em fotografias e que pelas feições não se tratam de crianças indígenas. Isso nos leva a supor serem filhos de trabalhadores. Também não encontramos na documentação analisada até o momento notícia de falecimentos de crianças.

Existe ainda nessa mesma documentação outra relação de falecimentos, acerca de funcionários inferiores, soldados e regionais, entre os anos de 1907 a 1914, que perfazem o número de 159 falecimentos, conforme quadro abaixo, em que anuncia a “relação de inferiores”:

<b>Relação dos inferiores, soldados e soldados regionais falecidos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1907 a 1914.</b>				
<b>Nº de ordem</b>	<b>Posto</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Lugar do óbito</b>
1	Soldado	Manoel Lino dos Santos	23/05/1907	Acampamento do rio Paraguai
2	Soldado	Pedro Tavares da Rocha	26/05/1907	Idem
3	Soldado	Benicio Gonçalves de Oliveira	29/05/1907	Idem
4	Soldado	Antonio Guilherme	01/06/1907	Idem
5	Soldado	João Aureliano da Silva	01/06/1907	Idem
6	Soldado	Tertuliano da Silva	07/06/1907	Em viagem para Cáceres
7	Soldado	Marcolino dos Santos	19/06/1907	Acampamento da Caissára
8	Soldado	Francisco Porfírio de Lima	19/08/1907	São Luiz de Cáceres
9	Soldado	Manoel Nunes dos Santos	05/11/1907	Idem
10	Soldado	Manoel Patrocínio de Oliveira	18/12/1907	Idem
11	Soldado	Alfredo Joaquim de	24/12/1907	Idem

		Oliveira		
12	Soldado	Amâncio Olympio Xavier Barros	08/03/1908	Idem
13	Soldado	Esmeraldo José de Souza	25/04/1908	Idem
14	Soldado	Dezimero Soares de Azevedo	28/04/1908	Idem
15	Soldado	João Alves Leal	10/06/1908	Água Verde
16	Soldado	Juvêncio da Silveira	19/06/1908	São Luiz de Cáceres
17	Soldado	Francisco Alves da Silva	05/08/1908	Ponte de Pedra
18	Soldado	Manoel Domingos do Nascimento	01/12/1908	São Luiz de Cáceres
19	Soldado	Rosendo José de Almeida	01/12/1908	Idem
20	Soldado	Januário Lopes Marinho	08/12/1908	Córrego Esperança
21	Soldado	Miguel Cosme da Silva	12/04/1909	Em viagem para São Luiz de Cáceres
22	Soldado	José Beato de Siqueira	16/04/1909	Idem
23	Soldado	Alfredo Gomes de Moura	21/04/1909	Rio Sacre
24	Anspeçada	Honorato Rodrigues Mendes Obs. Anspeçada do 5º batalhão de Engenharia, morreu de desastre ocorrido na exploração de 1909.	31/08/1909	Cachoeira Honorato
25	Anspeçada	Manoel Porto dos Santos	21/02/1910	Uturity
26	Soldado	Zacharias Soares da Cruz	16/04/1910	Margem direita do rio Papagaio
27	Soldado	Vicente de Paula	23/06/1910	Margem esquerda

		Bezerra		do Juruena
28	Soldado	Sebastião José de Lima	02/09/1910	S. Antonio do Madeira
29	Soldado	José Marcolino Ferreira dos Santos	07/09/1910	Idem
30	Soldado	Martinho Fernandes Barbosa	13/09/1910	Idem
31	Soldado	Lourenço José de Oliveira	20/09/1910	Idem
32	Soldado	Antonio Joaquim	25/10/1910	Idem
33	Soldado	João Victor dos Santos	26/10/1910	Idem
34	Soldado	Evaristo Bastos dos Santos	12/11/1910	Idem
35	Soldado	Armando Trindade	05/01/1911	Uiaquacorê
36	Sargento	Ramão Jacyntho de Lima	04/03/1911	Idem
37	Soldado	José Antonio de Oliveira	18/03/1911	Acampamento
38	Soldado	João Rodrigues Pereira	10/05/1911	Idem
39	Soldado	Lindolpho de Souza Moreira	05/06/1911	Idem
40	Soldado	Rosendo Mathias dos Santos	14/06/1911	No Burity
41	Soldado	João Chrystomo da Silva	01/07/1911	Tapirapoan
42	Soldado	José Florentino da Silva	03/07/1911	No acampamento
43	Soldado	José Evaristo Lopes	04/07/1911	Uiaquacorê
44	Soldado	Philadelpho Chagas	13/07/1911	Na aldeia 20 de Setembro
45	Soldado	Enéas Sarandy	06/07/1911	Acampamento
46	Anspeçada	Luiz Liberio de Souza	27/07/1911	Juruena
47	Soldado	José Cancio Eleutério	13/08/1911	Acampamento
48	Soldado	Joviniano Antonio da Luz	22/11/1911	Campos Novos
49	Soldado	Manoel Francisco de Abreu	03/12/1911	Idem

50	Soldado	Hilário Antonio de Araujo	11/12/1911	Cabeceira do Tamanduá
51	Soldado	Severiano Candido da Silva	17/12/1911	Margem esquerda do rio Ikê
52	Soldado	Joaquim Antonio Maria de Assumpção	27/12/1911	Comemoração de Floriano
53	Soldado	Francisco Antonio de Sant'Anna	16/10/1912	Juruena
54	Soldado	Tertuliano da Costa Torres	20/10/1912	Acampamento
55	Soldado	Edgard da Costa Coelho	28/10/1912	Idem
56	Soldado	Joel Gentil Esteves	17/12/1912	Cabeceira Joaquim Pareci
57	Soldado	Lauro Mariano da Silva	24/12/1912	Próximo a cabeceira Japuirá
58	Soldado	Lourenço Ferreira Petra	01/01/1913	Acampamento
59	Soldado	Ernesto Cordeiro Damasceno	03/01/1913	Idem
60	Soldado	Isidoro Cordeiro Machado	04/01/1913	Idem
61	Soldado	Manoel Correa da Silva	07/01/1913	Idem
62	Soldado	Theodoro Portella	08/01/1913	Idem
63	Soldado	Aritheu Cardoso	11/01/1913	Idem
64	Soldado	Pedro Joaquim de Araújo	21/02/1913	Idem
65	Soldado	Sabino Cabral da Silva	21/02/1913	Juruena
66	Soldado	José Aleixo	24/03/1913	Aldeia Queimada
67	Soldado	Antonio Beriba dos Santos	29/03/1913	Acampamento
68	Regional	Joaquim Mariano de Souza	30/03/1913	Idem
69	Soldado	Arthur Teixeira Ramos	03/04/1913	Idem

70	Soldado	Justino Albino Simplicio Alves	13/05/1913	Idem
71	Regional	Braz Pompeu de Barros	03/05/1913	Acampamento 2 cabeceiras
72	Sargento	Alcides José de Moura	09/05/1913	Idem
73	Soldado	João Francisco da Silva	15/05/1913	Idem
74	Soldado	Nicolau Antonio Salomão	17/05/1913	Idem
75	Soldado	Domingos Ferreira da Cruz	17/05/1913	Idem
76	Regional	Antonio José da Silva	01/07/1913	Acampamento 2 trilhos
77	Regional	Manoel Cabeça	04/07/1913	Pontes e Lacerda
78	Regional	João Paulino	20/07/1913	Acampamento Poaeiro
79	Sargento	Benedicto Dantas de Britto	23/08/1913	Em Juina
80	Soldado	Honório Ribeiro Leite	23/08/1913	Idem
81	Regional	Manoel Pedro	23/08/1913	Idem
82	Regional	Emydio de Sant'Anna	11/09/1913	Pimenta Bueno
83	Regional	André Antonio Ramos	14/09/1913	Em Vilhena
84	Soldado	João Ignácio de Oliveira	15/09/1913	Formigueiro
85	Regional	João de Oliveira	30/09/1913	Pimenta Bueno
86	Cabo	João Pedro de Alcântara	06/10/1913	Acampamento
87	Regional	José Minervino	13/10/1913	Acampamento
88	Regional	Caetano de Oliveira	27/10/1913	Acampamento
89	Regional	João Bargas	30/10/1913	Acampamento
90	Regional	Jeronymo da Silva Rosas	07/11/1913	Três Buritys
91	Regional	Marcolino Rocha	29/11/1913	Pimenta Bueno
92	Regional	José Rosa	22/12/1913	Barão de Melgaço
93	Regional	Policarpo Peres de Moraes	02/01/1914	Acampamento da Jararaca
94	Regional	Severino Augusto da	04/01/1914	Acampamento da

		Silva		Jararaca
95	Soldado	João Francisco da Rocha	10/01/1914	Idem
96	Soldado	Gabriel de Oliveira	10/01/1914	Idem
97	Soldado	José Severino	10/01/1914	Idem
98	Soldado	Benedito Silvestre de Souza	12/01/1914	Idem
99	Regional	Silvério da Silva Taques	27/01/1914	Três Buritys
100	Regional	José Antonio de Oliveira	28/01/1914	Acampamento da Jararaca
101	Soldado	Cyrillo Anastácio de Souza	29/01/1914	Idem
102	Sargento	Camilo Marques dos Santos	31/01/1914	Em Urupá
103	Soldado	Domingos Cordeiro Benevides	10/02/1914	Acampamento da Jararaca
104	Soldado	Rufino de Mattos	10/02/1914	Idem
105	Soldado	Alfredo Pereira dos Anjos	26/02/1914	Idem
106	Regional	Antonio Ferreira	30/03/1914	Juruena
107	Regional	Francisco Cruz	30/03/1914	José Bonifácio
108	Regional	Albino Caranha	03/04/1914	Acampamento Charravascal
109	Regional	Francisco Antonio do Nascimento	06/04/1914	Idem
110	Regional	Vicente Lopes	07/04/1914	Idem
111	Regional	Manoel Bezerra de Oliveira	11/04/1914	Acampamento Charravascal
112	Regional	João Manoel de Sant'Anna	11/04/1914	Idem
113	Regional	Cypriano Evangelista dos Santos	12/04/1914	Idem
114	Regional	Severino Machado	13/04/1914	Idem

		Soares		
115	Regional	Francisco Catharinado	13/04/1914	Idem
116	Regional	César Dias	14/04/1914	Idem
117	Regional	Martinho Barbosa dos Santos	18/04/1914	Idem
118	Regional	Gregório Alcides de Moraes	19/04/1914	Idem
119	Regional	Ricardo Barbosa de Faria	21/04/1914	Idem
120	Regional	Trifão Korkase	22/04/1914	Idem
121	Regional	José Agripino da Silva	22/04/1914	Idem
122	Regional	Pedro Vicente	22/04/1914	Idem
123	Regional	Manoel Ribeiro do Nascimento	25/04/1914	Idem
124	Regional	Manoel Dias Anastácio Ferraz	25/04/1914	Idem
125	Regional	Theodoro Pereira da Silva	25/04/1914	Acampamento do Afastamento
126	Regional	Manoel Ricardo Dias	18/04/1914	Acampamento Charravascal
127	Soldado	Joaquim Cassiano da Silva	28/04/1914	Idem
128	Regional	Genuíno Paiva	29/04/1914	Pimenta Bueno
129	Regional	Leandro Antonio de Araújo	29/04/1914	Idem
130	Regional	Leôncio Malaquias de Carvalho	01/05/1914	Acampamento Charravascal
131	Regional	Henrique Barbosa	02/05/1914	Pimenta Bueno
132	Regional	Waldemiro Palhares	02/05/1914	Pimenta Bueno
133	Regional	Maximiano Felix	03/05/1914	Idem
134	Regional	Manoel Felix	07/05/1914	Idem
135	Regional	João Candido Victor	08/05/1914	Idem
136	Regional	Eveniano Domingos	09/05/1914	Idem

137	Regional	Letare Tomax Bugaro	09/05/1914	Vilhena
138	Regional	Jose Bernardo de Carvalho	10/05/1914	Acampamento
139	Regional	Affonso Cládio	10/05/1914	Idem
140	Regional	Olímpio Francisco da Cruz	12/05/1914	Pimenta Bueno
141	Regional	Sebastião Fernandes	16/05/1914	Idem
142	Regional	Antonio Nunes da Silva	22/05/1914	Idem
143	Regional	Sebastião Pinto de Souza	20/05/1914	Idem
144	Regional	Antonio da Silva	26/05/1914	Idem
145	Regional	Abílio José dos Santos	26/05/1914	Idem
146	Regional	Waldemiro Pinheiro Lopes	31/05/1914	Idem
147	Regional	Miguel Domingues	31/05/1914	Idem
148	Regional	Marcolino Ferreira do Nascimento	05/06/1914	Pimenta Bueno
149	Regional	João de Oliveira	07/06/0914	Idem
150	Regional	Theodoro Valeriano da Silva	10/06/1914	Idem
151	Regional	Adelino José da Silva	10/06/1914	Idem
152	Regional	Marcelino Costa	20/06/1914	Idem
153	Regional	Bartholomeu Guia	03/07/1914	Idem
154	Regional	Manoel Correa Lima	02/08/1914	Idem
155	Regional	Benedicto Lopes da Cruz	22/08/1914	Idem
156	Regional	Oriowaldo Canavarros	1914	São Luiz de Cáceres
157	Regional	Manoel Maria de Jesus	23/09/1914	Riosinho
158	Regional	José Vieira da Silva	22/12/1914	Acampamento Tapiri
159	Soldado	Jacyntho da Silva Maia	13/07/1909	Juruena

**Quadro 5.** Fonte: Filme 327. Posto 444. Planilha 14-01. Museu do Índio.

Essa listagem cujo quadro está demonstrando acima é bastante completa e foi assim distribuída: sargentos, quatro; cabo, um; anspeçadas, três; soldados, oitenta e um; regionais, setenta. Há realmente um número grande de falecimentos no ano de 1914, entretanto, não conseguimos ainda determinar qual ou quais as causas desses falecimentos. O que foi possível identificar é que a maior parte das mortes se deu na Seção do Norte em Pimenta Bueno e no Acampamento Charravascal, pois os documentos não trazem quaisquer outras informações.

Horta Barbosa, em seu livro *Missão Rondon*, relata os trabalhos da Seção do Sul, no período de 1907 a 1911, que compreendia a construção do ramal de São Luiz de Cáceres a Mato Grosso, atualmente Vila Bela da Santíssima Trindade. Nesse período segundo ele o impaludismo atacou os trabalhadores da Comissão. Irrrompendo com violência, de tal forma que num total de 228 pessoas, existiam 110 doentes.<sup>184</sup>

Segundo esse autor:

Esse número foi continuamente crescendo, a ponto de, ao entrarem em São Luiz de Cáceres, atingir 201. A marcha se fez muitas vezes dificilmente, à noite; os enfermos apresentavam-se em tais condições de desfalecimento que foi necessário transportá-los em 21 carretas, mandadas vir para esse fim, de lugares muito distantes. Em Porto Espiridião houve a lamentar a perda do operoso Tenente Joaquim Gomes de Oliveira [...] Em resumo, as providências que se adotaram [...] nesse total de 201 doentes, só se houve a lamentar a morte de seis pessoas.<sup>185</sup>

Esse número é irreal se nos basearmos nos relatórios internos da Comissão Rondon, que informam um número bem maior de mortos nessa primeira fase dos trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. É importante informar que nesse período o médico a serviço dos

---

<sup>184</sup> *Missão Rondon*, op. cit., p. 223.

<sup>185</sup> *Idem*, p. 223-224.

tratamentos dos enfermos era o Dr. Calazans. Mais a frente em seu livro o autor diz que:

De abril a 14 de julho de 1910, construíram-se 101 quilômetros, inaugurando-se nesta última data a estação de Juruena [...] Em Juruena a linha ficou parada dois meses, em consequência do aparecimento de forte epidemia de febres palúdicas, que desorganizou os serviços, fazendo muitos doentes. O Tenente Cardoso adoeceu e dois inspetores morreram [...] Os trabalhos de locação só foram retomados a 5 de setembro.<sup>186</sup>

Novamente esses números apontados pelo autor são irreais, na Seção do Sul, nesse período, ou seja, de abril até setembro, ocorreram mais mortes, segundo os relatórios internos. É preciso salientar novamente que esse livro Missão Rondon foi escrito por um membro da oficialidade da Comissão e foi publicado em 1915. Não podemos desconsiderar esse fato, pois ele marca a atuação de Amílcar Botelho de Magalhães, ou seja, observar tudo minuciosamente antes de ser publicado e só efetuar a publicação daquilo que interessava à Comissão.

Horta Barbosa relata ainda os trabalhos efetuados entre outubro de 1911 a 31 de dezembro de 1914, que compreenderam os serviços realizados de Vilhena até o fechamento da linha, na estação de Presidente Penna. Nesse ponto do seu relato não aparece a presença dos passageiros do navio Satélite, vindos do Rio de Janeiro, depois da Revolta da Armada em 1910, bem como qualquer outra consideração acerca das inúmeras mortes ocorridas em razão das doenças que atacaram a Seção do Norte, também em 1910 e 1911.

De documento em documento, encontramos ainda um outro, também produto interno do Escritório Central, tratando dos falecimentos de 15 oficiais e três civis. Este trazendo, além da categoria, nomes, data, lugar do óbito e para cada um deles um texto dizendo os méritos do falecido, bem como o detalhamento do acidente causador do óbito. Essa relação trata de falecimentos entre os anos de 1907 a 1919, porém começa com um acontecido em 1903.

---

<sup>186</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 230.

**Relação dos oficiais e civis falecidos na Comissão de Linhas de Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1907 a 1919.**

<b>Nº de ordem</b>	<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Lugar do óbito</b>
1	Alferes aluno	Francisco Bueno Horta Barbosa Distinto engenheiro militar, dedicação sem par, caráter e dignidade bem cimentados por uma educação filosófica [...]	03/12/1903	Corixa do Saran
2	2º tenente	Joaquim Gomes de Oliveira Fez parte da construção do ramal de Cáceres a Mato Grosso. Com o organismo já minado quis permanecer até a finalização do serviço para assistir a inauguração da linha [...]	19/03/1908	Porto Esperidião
3	2º tenente	José Paulo de Oliveira [...] Foi um trabalhador esforçado e corajoso, incedível na dedicação pelo serviço.	1908	Na cidade de Corumbá
4	2º tenente	José Joaquim Ferreira da Silva Este distinto oficial prestou bons serviços á Comissão Rondon [...]	06/05/1909	Na cidade de São Luiz de Cáceres
5	1º tenente	Firmino Portugal [...] Servia no contingente militar e nunca desmentiu o seu zelo tradicional e o desejo veemente de trabalhar.	22/05/1909	Na cabeceira dos Grilos

6	Geólogo	Dr. Cícero de Campos [...] A urna funerária contendo os ossos do Dr. Cícero de Campos foi entregue ao progenitor desse digno obreiro em 27 de fevereiro de 1917 na cidade de Itabira do Campo, sendo a exumação e a transladação executadas pela Comissão Rondon, inclusive com as despesas necessárias.	13/06/1909	Na cidade de São Luiz de Cáceres
7	1º tenente	Antonio Lins Entusiasta das explorações sertanejas veio espontaneamente servir na Comissão, onde prestou bons serviços. [...]	28/06/1909	Acamp. do Catingueiro
8	2º tenente Farmacêutico	Luiz da França Souto Maior	27/11/1911	No acampamento
9	Aspirante a oficial	Antonio Sampaio Xavier Era um misantropo e por isso o sertão o atraia.	13/06/1913	Na margem do rio Sacre
10	Capitão	Candido Cardoso Era o mais antigo batalhador da causa esposada pelo General Rondon, pois o acompanhava desde a primeira Comissão que o benemérito sertanista chefiou no sul de Mato Grosso [...]	08/01/1914	Barão de Melgaço
11	2º tenente	Marino de Mesquita Era um forte de corpo e espírito [...]	06/07/1914	Ao chegar a São Luiz de Cáceres
12	2º tenente	Fernando M. Carneiro	22/12/1914	Rio

		Era um apaixonado das cousas da Comissão [...]		Madeira
13	2º tenente	Francisco Marques de Souza [...] Como homenagem aos heróis dessa expedição o Sr. General Rondon denominou rio Marques de Souza ao braço esquerdo e principal formador do rio Ananás e ribeirão Eugenia nome da noiva do inditoso oficial ao braço direito.	29/05/1915	Rio Ananás
14	1º tenente	João Salustiano Lyra [...] engenheiro militar completo [...]	03/04/1917	Rio Sepotuba
15	2º tenente	Eduardo de Abreu Botelho	03/04/1917	Rio Sepotuba
16	2º tenente reformado	Bellarmino Antunes Maciel Prestou excelentes serviços tanto na ativa, como depois de reformado. [...]	12/12/1918	Em Cáceres
17	Insp. De 3ª classe em Comissão	Caio Gracho Moreira Spindola Tinha curso de agrimensura e era dedicado auxiliar [...]	20/12/1918	Na Cachoeira Cerrito
18	Insp. De 3ª classe efetivo	Salathiel Candido de Moraes e Castro	11/02/1919	Em Goiás

**Quadro 6.** Fonte: Dossiê relativo ao pessoal. Filme 1. Fot. 2528 a 2533. Museu do Índio.

O quadro acima refere-se às mortes de oficiais, funcionários da Repartição Geral dos Telégrafos, um geólogo e um alferes aluno. Como são militares ou tem funções mais expressivas, há nomes que aparecem acompanhados de qualificações que os dignificam. Dentre todos os achados nessa documentação inédita, podemos dizer que muitos dos homens que pereceram, em trabalhos ligados a Comissão

Rondon foram contados e seus nomes anotados em documentação interna do Escritório Central. Porém, foram silenciados, na documentação publicada, durante o período de ação da Comissão, bem como, em períodos posteriores, em livros escritos por componentes da mesma. Indo nessa direção, faz sentido a observação de Amílcar Magalhães, quando começou a ser atacada a Comissão Rondon pela imprensa carioca, quer quanto aos gastos muito altos, quer quanto às vidas que se supunham estarem sendo ceifadas. Diz ele:

Percebi claramente que tais apreciações errôneas provinham da falta de divulgação das atividades em que esta última se empenhava e comecei a distribuir à imprensa as notícias interessantes sobre o labor da patriótica e sempre modesta Comissão Rondon [...]

[...] incrementei também a confecção necessária para que o nosso fotógrafo e cinematografista, TTe. Reis, montasse a aparelhagem de que surgiram os positivos calçados sobre os negativos colhidos no sertão e lá mesmo revelados e fixados: nos sertões de Mato Grosso – A expedição Roosevelt/Rondon e de Santa Cruz. Estas exposições documentaram de forma insofismável a luta titânica do grande sertanista no desbravamento de grandes áreas do noroeste e do centro do nosso imenso Brasil, zonas que mereceram depois a sugestiva denominação que lhe apos o notável professor do Museu Nacional, Dr. Roquete Pinto: “Rondônia.”<sup>187</sup>

Botelho de Magalhães dá o tom da sua atuação no Escritório Central nas argumentações transcritas acima. Percebendo as críticas negativas em relação a Comissão Rondon preparava o material a ser publicado, esse sempre no sentido de enaltecer os trabalhos realizados por Cândido Rondon e também minimizando as perdas das vidas, que sabemos hoje, eram maiores que as publicadas.

Mas se não bastasse a discrepância dos números já fornecidos, entre relatórios emitidos para órgãos oficiais do Governo Federal e publicados e a documentação interna, há ainda um outro documento, uma Relação geral dos oficiais, praças e civis falecidos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de

---

<sup>187</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1942, p. 81.

Mato Grosso ao Amazonas, de 1907 a 1919. Ela registra duzentas e quinze pessoas falecidas, muitas delas já constantes dos quadros acima, com nomes, categoria, a data e o lugar do óbito e aqueles elogios e méritos para os mais graduados, porém, também inicia com uma morte acontecida em 1903:

<b>Relação Geral dos oficiais, praças e civis falecidos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1907 a 1919.</b>				
<b>Nº de ordem</b>	<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Lugar do óbito</b>
1	Alferes Aluno	Francisco Bueno Horta Barbosa Distinto engenheiro militar, dedicação sem par, caráter e dignidade bem cimentados por uma sólida educação filosófica [...]	03/12/1903	Corixa do Saran
2	Soldado	Manoel Lino dos Santos	23/05/1907	Acampamento do rio Paraguai
3	Soldado	Pedro Tavares da Rocha	26/05/1907	Idem
4	Soldado	Benicio Gonçalves de Oliveira	29/05/1907	Idem
5	Soldado	Antonio Guilherme	01/06/1907	Idem
6	Soldado	João Aureliano da Silva	01/06/1907	Idem
7	Soldado	Tertuliano da Silva	07/06/1097	Em viagem para Cáceres
8	Soldado	Marcolino dos Santos	19/06/1907	Acampamento da Caissára
9	Diarista civil	Manoel Rondon de Oliveira	12/03/1908	Acampamento em Estiva Velha

10	2º Tenente	Joaquim Gomes de Oliveira Fez parte da construção do ramal de Cáceres a Mato Grosso [...]	19/03/1908	Acampamento Porto Esperidião
11	2º Tenente	José Paulo de Oliveira Dispensado por doente em 22 de novembro de 1907, vindo a falecer em 1908 na cidade de Corumbá.	1908	Corumbá
12	Soldado	João Alves leal	10/06/1908	Acampamento de rio Água Verde
13	Mulher	Raquel Maria de Albuquerque	20/06/1908	Acampamento de rio Alegre
14	Mulher	Davina de Arruda Leite	06/07/1908	Acampamento riacho 3 Jacús
15	Soldado	Francisco Alves da Silva	05/08/1908	Ponte de Pedra
16	Mulher	Custodia Ribeiro de Jesus	05/08/1908	Ponte de Pedra
17	Soldado	Januário Lopes Marinho	08/12/1908	Acampamento Córrego esperança
18	Soldado	Miguel Gomes da Silva	12/04/1909	Viagem de Tapirapoan para S. Luiz de Cáceres
19	Soldado	José Beato de Siqueira	16/04/1909	Idem
20	Soldado	Alfredo Gomes de Moura	21/04/1909	Rio Sacre
21	Civil	Luis de Oliveira Pais	27/04/1909	Ponte de Pedra
22	Telegrafista	Argemiro Correa da	1909	Em Barão de

		Costa		Capanema
23	Mulher	Regina Guimarães da Silva	06/05/1909	Utiariti
24	2º Tenente	José Joaquim Ferreira da Silva Este distinto oficial prestou muitos bons serviços à Comissão Rondon. Sua morte ocorrida na cidade de Cáceres foi geralmente sentida e assaz lamentada [...]	06/05/1909	São Luiz de Cáceres
25	Diarista	Alfredo Soares Cardoso	15/05/1909	Tendal
26	1º Tenente	Firmino Portugal Partiu doente da Estação Utiariti, com destino a S. L. de Cáceres, vindo a falecer naquela cabeceira.	22/05/1909	Na Cabeceira dos Grilos
27	Geólogo	Dr. Cícero de Campos [...] tinha o desprendimento peculiar aos verdadeiros naturalistas, quando em trabalhos de campo esquecia-se de tudo até da própria alimentação [...] A urna funerária contendo os ossos do Dr. Cícero de Campos foi entregue ao progenitor desse digno	13/06/1909	Em São Luiz de Cáceres

		obreiro em 27 de fevereiro de 1917 na cidade de Itabira do Campo.		
28	1º Tenente	Antonio Lins Entusiasta das explorações sertanejas veio espontaneamente servir na Comissão Rondon onde prestou muito bons serviços [...]	28/06/1909	Acampamento do Catingueiro
29	Anspeçada	Honorato Rodrigues Mendes Anspeçada do 5º Batalhão de Engenharia morreu de desastre ocorrido na exploração de 1909.	31/08/1909	Na Cabeceira Honorato
30	Remador	José da Silva Faleceu flechado pelos índios Caritanas.	02/09/1909	Rio Jacy-Paraná
31	Ex-praça	Pedro Dornelas	22/12/1909	Aldeia Queimada
32	Guarda-fio	Alberto dos Santos Ribeiro	22/12/1909	Rio Jacy-Paraná
33	Anspeçada	Manoel Porto dos Santos	21/02/1910	Utiarity
34	Soldado	Zacharias Soares da Cruz	16/04/1910	Na margem direita do rio Papagaio
35	Soldado	Vicente de Paula Bezerra	23/06/1910	Margem esquerda do rio Juruena

36	Insp. 3ª classe efetivo dos telégrafos	Geraldo Carvalhaes Silveira Este funcionário já vinha trabalhando com o Gal. Desde construções anteriores, tendo iniciado a sua atividade nesta construção em 1907 no primeiro acampamento do Bandeira [...]	30/06/1910	Três Barras
37	Feitor em Comissão	Isidoro dos Santos	30/06/1910	Na margem esquerda do rio Juruena
38	Soldado	Sebastião José Lima	02/09/1910	Santo Antonio do Madeira
39	Soldado	José Marcolino Ferreira dos Santos	07/09/1910	Idem
40	Soldado	Martinho Fernandes Barbosa	13/09/1910	Idem
41	Soldado	Lourenço José de Oliveira	20/09/1910	Idem
42	Diarista	João Batista	02/09/1910	Vila Nova
43	Soldado	Antonio Joaquim	25/10/1910	Santo Antonio do Madeira
44	Soldado	João Vitor dos Santos	26/10/1910	Idem
45	Soldado	Evaristo Bastos dos Santos	12/11/1910	Idem
46	Sem identificação	Brasilino José de Souza	14/12/1910	Juruena
47	Soldado	Armando Trindade	05/01/1911	Uaiquacorê
48	Sargento	Romão Jacinto de Lima	04/03/1911	Idem
49	Guarda-fio	Manoel Zanete Pereira	24/03/1911	Juruena

		Adoeceu e faleceu em viagem para o acampamento quando pela primeira vez viajava para o sertão.		
50	Soldado	José Antonio de Oliveira	18/03/1911	Acampamento
51	1º Tenente	Luiz Carlos Cordovil de Siqueira Melo Seguiu para Seção do Norte com a turma do então Major Gomes de Castro, tendo sido nomeado de 1910 e ficou trabalhando na construção, no trecho de Santo Antonio a Henrique Dias [...] Infelizmente o seu organismo não pode resistir a rudeza do clima amazônico e esgotamento nervoso [...]	1911	Rio de Janeiro
52	Soldado	João Rodrigues Pereira	10/05/1911	No Acampamento
53	Soldado	Lindolfo de Souza Moreira	05/06/1911	No Acampamento
54		Francisco Ferreira de Paula	09/06/1911	Em Uaiquacorê
55		Umbelino Rodrigues Barbosa	13/06/1911	No Acampamento
56	Soldado	Rozendo Matias dos Santos	14/06/1911	No Burity

57	Soldado	João Chrysostomo da Silva	01/07/1911	Tapirapoan
58	Soldado	José Florentino da Silva	03/07/1911	No Acampamento
59	Soldado	José Evaristo Lopes	04/07/1911	Em Uaiquacorê
60	Soldado	Enéas Sarandy	06/07/1911	No Acampamento
61	Soldado	Philadelpho Chagas	13/07/1911	Na Aldeia 20 de Setembro
62	Anspeçada	Luiz Liberio de Souza	27/07/1911	Em Juruena
63	Telegrafista de 4ª classe em Comissão	Waldemar Nogueira	29/07/1911	Acampamento
64	Soldado	José Cancio Eleutério	13/08/1911	Acampamento
65	Soldado	Joviniano Antonio da Luz	22/11/1911	Em Campos Novos
66	2º Tenente farmacêutico	Luiz da França Souto Maior	27/11/1911	
67	Soldado	Manoel Francisco de Abreu	03/12/1911	Campos Novos
68	Soldado	Hilário Antonio de Araujo	11/12/1911	Cabeceira do Tamanduá
69	Soldado	Severino Candido da Silva	17/12/1911	Margem Esquerda do rio Ikê
70	Regional	Joaquim Antonio Maria de Assumpção	27/12/1911	Em Comemoração de Floriano
71	Soldado	Francisco Antonio de Sant'Anna	16/10/1912	Em Jurueba
72	Soldado	Tertuliano da Costa Torres	20/10/1912	73

73	Soldado	Edgard da Costa Coelho	28/10/1912	
74	Soldado	Joel Gentil Esteves	17/12/1912	Na cabeceira Joaquim Pareci
75	Soldado	Lauro Mariano da Silva	24/12/1912	Próximo a Cabeceira do Japuirá
76	Soldado	Lourenço Ferreira Petra	01/01/1913	No Acampamento
77	Soldado	Ernesto Cordeiro Damasceno	03/01/1913	No Acampamento
78	Soldado	Isidoro Cordeiro Machado	04/01/1913	No Acampamento
79	Soldado	Manoel Correa da Silva	07/01/1913	No Acampamento
80	Soldado	Teodoro Portella	08/01/1913	Acampamento
81	Soldado	Aristeu Cardoso	11/01/1913	Idem
82	Soldado	Pedro Joaquim de Araujo	21/12/1913	Idem
83	Soldado	Sabino Cabral da Silva	21/12/1913	Em Juruena
84	Soldado	José Aleixo	24/03/1913	Aldeia Queimada
85	Soldado	Antonio Beriba dos Santos	29/03/1913	No Acampamento
86	Regional	Joaquim Mariano de Souza	30/03/1913	Idem
87	Soldado	Artur Teixeira Ramos	03/04/1913	Idem
88	Soldado	Justino Albino Simplício Alves	13/04/1913	Idem
89	Regional	Braz Pompeu de Barros	03/05/1913	No Acampamento 2 Cabeceiras
90	Sargento	Alcides José de Moura	09/05/1913	Idem
91	Soldado	João Francisco da Silva	15/05/1913	Idem

92	Soldado	Nicolau Antonio Salomão	17/05/1913	Idem
93	Soldado	Domingos Ferreira da Cruz	29/05/1913	Idem
94	Aspirante a oficial	Antonio Sampaio Xavier Era um misantropo e por isso o sertão o atraía [...] A Comissão mandou construir um túmulo para guardar seus despojos mortais.	13/06/1913	Na margem esquerda do rio Sacre
95	Regional	Antonio José da Silva	01/07/1913	Acampamento 2 Trilhos
96	Regional	Manoel Cabeça	04/07/1913	Ponte de pedra
97	Regional	João Paulino	20/07/1913	Acampamento Poaeiro
98	Insp. De 4 classe em Comissão	Ezelino Rosas	02/08/1913	Novo Acampamento
99	Sargento	Benedito Dantas de Brito	23/08/1913	Em Juina
100	Soldado	Honório Ribeiro Leite	23/08/1913	Idem
101	Regional	Manoel Pedro	23/08/1913	Idem
102	Regional	Emydio de Sant'Anna	11/09/1913	Pimenta Bueno
103	Regional	André Antonio Ramos	14/09/1913	Em Vilhena
104	Soldado	João Ignácio de Oliveira	15/09/1913	No Acampamento Formigueiro
105	Regional	João de Oliveira	30/09/1913	Em Pimenta Bueno
106	Cabo	João Pedro de Alcantara	06/10/1913	Acampamento
107	Regional	José Minervino	13/10/1913	Acampamento
108	Regional	Caetano de Oliveira	27/10/1913	No Acampamento

109	Regional	João Bargas	30/10/1913	No Acampamento
110	Regional	Jeronymo da Silva Rosas	07/11/1913	Três Burity
111	Telegrafista Regional	Antonio José de Sant'Anna Faleceu em conseqüência de desastre.	26/10/1913	Em Diamantino
112	Regional	Marcolino Rocha	29/11/1913	Pimenta Bueno
113	Guarda-fio	Joaquim Sol	11/12/1913	Em Cuiabá
114	Regional	Jose da Rosa	22/12/1913	Em Barão de Melgaço
115	Regional	Policarpo Peres de Moraes	02/01/1914	No Acampamento
116	Regional	Severino Augusto da Silva	04/01/1914	Idem
117	Capitão	Candido Cardoso Era o mais antigo batalhador da causa esposada pelo General Rondon, pois que o acompanhava desde a primeira Comissão [...]	08/01/1914	Barão de Melgaço
118	Soldado	João Francisco da Rocha	10/01/1914	No Acampamento Jararaca
119	Soldado	Gabriel de Oliveira	10/01/1914	Acampamento
120	Soldado	José Severino	10/01/1914	Idem
121	Soldado	Benedito Silvestre de Souza	12/01/1914	No Acampamento Jararaca
122	Regional	Silvério da Silva Taques	27/01/1914	Três Buritys

123	Regional	José Antonio de Oliveira	28/01/1914	No Acampamento Jararaca
124	Soldado	Cyrillo Anastácio de Souza	29/01/1914	Idem
125	Sargento	Camilo Marques dos Santos	31/01/1914	Em Urupá
126	Soldado	Domingos Cordeiro Benevides	10/02/1914	Acampamento Jararaca
127	Soldado	Rufino de Mattos	10/02/1914	Acampamento
128	Soldado	Alfredo Pereira dos Anjos	26/02/1914	No Acampamento Jararaca
129	Regional	Antonio Ferreira	30/03/1914	Em Juruena
130	Regional	Francisco Cruz	30/03/1914	Em José Bonifácio
131	Regional	Alvino Caranha	03/04/1914	No Acampamento Charravascal
132	Regional	Francisco Antonio do Nascimento	06/04/1914	Idem
133	Regional	Vicente Lopes	07/04/1914	Idem
134	Regional	Manoel Bezerra de Oliveira	11/04/1914	Idem
135	Regional	João Manoel de Sant'Anna	11/04/1914	Idem
136	Regional	Cypriano Evangelista Santos	12/04/1914	Idem
137	Regional	Severino Machado Soares	13/04/1914	Idem
138	Soldado	Francisco Catharinado	13/04/1914	Idem
139	Regional	César Dias	14/04/1914	Idem
140	Regional	Martinho Barbosa dos	18/04/1914	Idem

		Santos		
141	Soldado	Gregório Alcides de Moraes	19/04/1914	Idem
142	Guarda-fio	Antonio José de Sant'Anna	20/04/1914	Idem
143	Regional	Ricardo Barbosa de Faria	21/04/1914	Idem
144	Regional	Trifão Korkase	22/04/1914	Idem
145	Regional	José Aripino da Silva	22/04/1914	Idem
146	Regional	Pedro Vicente	22/04/1914	Idem
147	Regional	Manoel Ribeiro do Nascimento	25/04/1914	Em Charrasvascal
148	Regional	Manoel Dias Anastácio Ferraz	25/04/1914	Idem
149	Regional	Theodoro Pereira da Silva	25/04/1914	Acampamento do Afastamento
150	Soldado	Manoel Ricardo Dias	28/04/1914	Em Charravascal
151	Soldado	Joaquim Cassiano da Silva	28/04/1914	Idem
152	Regional	Genuíno Paiva	29/04/1914	Em Pimenta Bueno
153	Regional	Leandro Antonio de Araujo	29/04/1914	Idem
154	Regional	Leôncio Malaquias de Carvalho	01/05/1914	Em Charravascal
155	Regional	Henrique Barbosa	02/05/1914	Em Pimenta Bueno
156	Regional	Waldemiro Palhares	02/05/1914	Idem
157	Regional	Maximiano Felix	03/05/1914	Idem
158	Regional	Manoel Felix	07/05/1914	Idem
159	Regional	João Candido Vitor	08/05/1914	Idem
160	Regional	Eveniano Domingos	09/05/1914	Idem

161	Regional	Letare Thomax Bugaro	09/05/1914	Em Vilhena
162	Regional	José Bernardo de Carvalho	10/05/1914	No Acampamento
163	Regional	Afonso Cladio	10/05/1914	Idem
164	Regional	Olimpio Francisco da Cruz	12/05/1914	Pimenta Bueno
165	Regional	Sebastião Fernandes	16/05/1914	Idem
166	Regional	Sebastião Pinto de Souza	20/05/1914	Idem
167	Regional	Antonio Nunes da Silva	22/05/1914	Idem
168	Regional	Antonio da Silva	26/05/1914	Idem
169	Regional	Abílio José dos Santos	26/05/1914	Pimenta Bueno
170	Regional	Waldemiro Pinheiro Lopes	31/05/1914	Pimenta Bueno
171	Regional	Miguel Domingues	31/05/1914	Idem
172	Regional	Marcolino Ferreira do Nascimento	05/06/1914	Idem
173	Regional	João de Oliveira	07/06/1914	Idem
174	Regional	Theodoro Valeriano da Silva	10/06/1914	Idem
175	Regional	Adelino José da Silva	10/06/1914	Idem
176	Regional	Marcelino Costa	20/06/1914	Idem
177	Regional	Bartolomeu Guia	03/07/1914	Idem
178	2º Tenente	Marino de Mesquita Era um forte de corpo e de espírito. [...] Teve sepultura condigna.	06/07/1914	Ao chegar em São Luiz de Cáceres
179	Regional	Manoel Correa Lima	02/08/1914	Pimenta Bueno
180	Soldado	Benedito Lopes da Cruz	22/08/1914	Idem
181	Regional	Manoel Maria de Jesus	25/08/1914	No Riosinho
182	Regional	José Vieira da Silva	15/09/1914	Acampamento do Kapiri
183	2º Tenente	Fernando Martiniano	22/12/1914	Rio Madeira

	Intendente	Carneiro Era um apaixonado das coisas da Comissão [...]		
184	Taxidermista	Emil Stolle Era de nacionalidade austríaca e fora contratado para auxiliar os serviços de zoologia da expedição Roosevelt Rondon [...]	03/04/1915	Rio de Janeiro
185	2º Tenente	Francisco Márquez de Souza Assassinado pelos índios Araras [...]	29/05/1915	No rio Ananaz
186	Canoeiro	Tertuliano Ribeiro de Carvalho Assassinado pelos índios Araras [...] O canoeiro Tertuliano era um empregado dedicado e diligente.	29/05/1915	Idem
187	Insp. De 4 classe em Comissão	Pedro Craveira Teixeira	29/09/1915	Pimenta Bueno
188	Telegrafista 5 classe em Comissão	Vitor Henrique de Lima	29/09/1915	Pimenta Bueno
189	Guarda-fio em Comissão	João Lima São as três vítimas do ataque indígena à estação de Pimenta Bueno, fato que teve lugar em 19 de maio de	29/09/1915	Pimenta Bueno

		1915 e do qual a imprensa carioca muito se ocupou [...]		
190	Major	Heitor de Toledo Não pertenceu propriamente a Comissão Rondon, mas vai aqui incluído pelo fato de ter falecido quando exercia o comando do 5º Batalhão de Engenharia [...]	Nov. de 1915	São Luiz de Cáceres
191	Inspetor de 3 classe em Comissão	Arnaldo Meneghezzi [...] seu corpo foi dado à sepultura com as homenagens que todos tributavam ao companheiro bom e trabalhador.	02/02/1916	Rio Ananaz
192	Telegrafista	Alcindo Fieramosca Grego	21/05/1916	Estação Juruena
193	Telegrafista 5 classe em Comissão	Teodorico Jordão Castilho	21/05/1916	Idem
194	Praticante de telegrafia	Deliciano Santos	02/06/1916	Em viagem para Porto velho
195	Telegrafista 5 classe em Comissão	Aristides Gomes Ribeiro	15/12/1916	No Acampamento
196	Telegrafista diarista	Manoel Leonardo Pereira	21/12/1916	Pimenta Bueno
197	Telegrafista	Bento Ribeiro	21/12/1917	No

	4 classe em Comissão	Damasceno		Acampamento
198	1º Tenente	João Salustiano Lyra	03/04/1917	Rio Sepotuba
199	2º Tenente	Eduardo de Abreu Botelho Pereceram afogados no rio Sepotuba no lugar conhecido por barreirão [...] O 1º Tenente Lyra era um engenheiro militar completo pois que além de possuir bela e cultivada inteligência era muito forte e destemido possuindo extraordinárias qualidades de caráter. O Sr. General Rondon considerava-o o melhor intérprete dos serviços geográficos feitos sob sua direção. O 2º Tenente Botelho era igualmente dedicado ao serviço [...] O corpo do 1º Tenente Lyra não foi encontrado e o corpo do 2º Tenente Botelho, seu ajudante, foi encontrado e enterrado junto ao local do desastre [...] Para homenagear as duas	03/04/1917	

		vítimas do dever o Sr. General Rondon denominou rio Lyra ao principal formador do rio Sepotuba e o rio Tenente Botelho ao maior afluente, conhecido no local por Sepotubinha.		
200	Inspetor de 4 classe em Comissão	João Vicente da Silva	10/02/1918	No Acampamento
201	Guarda-fio em Comissão	João Ribeiro da Fonseca	21/12/1918	Idem
202	2º Tenente reformado	Belarmino Antunes Maciel	12/12/1918	Em Cáceres
203	Inspetor de 3 classe em Comissão	Caio Grahco Moreira Spindola Tinha o curso de agricultura e era um dedicado auxiliar muito estimado por todos no local em que trabalhava [...]	20/12/1918	Em Cachoeira Monte Cerrito no rio Jamari
204	Inspetor de 4 classe em Comissão	José Julio de Aquino Serviu como sargento, tendo sido nomeado inspetor de 4 classe para servir na conservação da linha na parte Norte.	22/12/1918	Em Manaus
205	Inspetor de	Salathiel Cândido de	11/02/1919	Em Goiás

	3 classe efetivo	Morais e Castro Era um antigo e dedicado servidor da Comissão [...]		
206	Telegrafista de 5 classe em Comissão	Luiz Ortiz d'Avila	15/04/1919	Estação de Juruena
207	Guarda-fio em Comissão	Antonio Pereira Serviam na estação do Juruena onde se mostravam aplicados e diligentes [...] foram massacrados pelos Nambiquaras.	15/04/1919	Estação Juruena
208	Telegrafista em Comissão	Francisco de Souza	22/05/1919	Santo Antonio do Madeira
<b>Relação Suplementar</b>				
209	Soldado	Jacinto da Silva Maia	13/07/1909	Em Juruena
210	Telegrafista em Comissão	Henrique Graciano de Pina	10/12/1910	Em Membéca
211	Telegrafista em Comissão	José Martins de Assis	22/06/1914	
212	2º Tenente	João Teles de Menezes Morto pelos Nambiquaras	1912	Posto de Juina
213	Cabo de esquadra	Manoel Leonardo Pereira e dois soldados	1912	Posto de Juina

		mortos Nambiquaras.	pelos		
--	--	------------------------	-------	--	--

**Quadro 7.** Fonte: Filme 327.

Posto 444. Planilha 14-00. Museu do Índio.

É preciso salientar que no quadro acima, há a indicação dos lugares dos óbitos, mas em várias linhas está apenas escrito – no acampamento - sem nenhuma indicação melhor. Ficamos então sem poder localizar esses lugares. O que podemos perceber nesses casos é que se trata de soldados ou trabalhadores regionais e como tais, são dispensados de maiores informações por quem faz os registros para a Comissão. Os trabalhadores referidos como regionais, são trabalhadores contratados em Mato Grosso.

Há ainda duas situações a salientar nesse quadro. Uma delas é a descrição da causa da morte de Luiz Carlos Cordovil de Siqueira Melo. Segundo a descrição o Tenente faleceu por não ter conseguido resistir ao clima da Amazônia e por ter sofrido um esgotamento nervoso. Esse esgotamento nervoso nos dá a idéia das dificuldades pelas quais os seres humanos passavam nestes acampamentos na labuta diária. Em como os organismos estavam sujeitos ao enfraquecimento físico e mental, dados os percalços que enfrentavam, seja pela falta de alimentação adequada, saudades do lar, das famílias, doenças e certamente pelos trabalhadores braçais, o acréscimo de castigos físicos. A outra é sobre o cabo de esquadra Manoel Leonardo Pereira e dois soldados que não foram nomeados. A causa das mortes foi atribuída aos índios Nambiquaras. Além de todos os problemas vivenciados pelos componentes da Comissão, havia ainda os enfrentamentos com os indígenas que muitas vezes resultavam em embates violentos com mortes.

Seguindo em busca pelas informações acerca dos trabalhadores, encontramos um relatório que foi publicado sobre o serviço sanitário do ano de 1909, organizado pelo Dr. Joaquim Augusto Tanajura, médico da expedição que começa seu relato dizendo:

Em cumprimento de dever, passo a relatar-vos as ocorrências do serviço a meu cargo na Comissão de vossa digna chefia, particularmente na turma de exploração e reconhecimento do Mato Grosso ao Amazonas, de que fiz parte como seu humilde médico.

[...] em 5 de maio, cheguei ao Porto de Tapirapoan, no rio Sepotuba, ponto extremo de navegação e, como houvessem no destacamento daí várias praças enfermas e civis empregados da Comissão, desde a minha chegada prontifiquei-me em lhes fazer o preciso exame, atendendo a 47 doentes, dos quais, 43 praças e 4 civis [...] cujos nomes constam da relação conjunta [...] <sup>188</sup>

Segundo ele, “no cumprimento do seu dever de médico”<sup>189</sup> estava informando ao chefe da Comissão o número de doentes que passou a tratar e no final de seu relatório, organizou uma relação de 27 doentes com suas devidas enfermidades, conforme transcrevemos abaixo:

<b>Relação das pessoas doentes pertencentes à turma expedicionária do Mato Grosso ao Amazonas, examinadas e medicadas durante os meses de maio a outubro de 1909.</b>					
<b>Nº de Ordem</b>	<b>Nomes</b>	<b>Exame</b>	<b>Classificação</b>	<b>Diagnóstico</b>	<b>Observações</b>
1	Candido M. S. Rondon	13/05/1909	Chefe	Paludismo	Sob a modalidade de febre intermitente.
2	Ulysses de Oliveira e Silva	02/06/1909	Corneteiro	Paludismo	Tipo quotidiano (sic)
3	Aureliano de Oliveira e Silva	02/06/1909	Soldado	Paludismo	Tipo Terçã (sic)

<sup>188</sup> Joaquim Augusto Tanajura, *Serviço Sanitário da expedição de 1909*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, s/d, p. 3.

<sup>189</sup> Idem, p. 51.

4	Manoel Justo de Farias	10/06/1909	Soldado	Reumatismo	A moléstia tendo-lhe embaraçado a marcha, regressou em 1º de julho para a Serra do Norte.
5	Pio Arthur de Souza	10/06/1909	Tropeiro	Reumatismo	Acesso passageiro
6	Henrique Francisco dos Anjos	11/06/1909	Sargento	Paludismo	Teve dois acessos seguidos [...]
7	José Opilo do Nascimento	14/06/1909	Soldado	Entorce do pé direito	
8	Leonides da Costa Marques	15/06/1909	Tropeiro	Reumatismo agudo	
9	José Aprígio da Silva	16/06/1909	Soldado	Insuficiência mitral	Ficou destacado na invernada da Comissão, em Serra do Norte.
10	Lino da Piedade Baptista	16/06/1909	Tropeiro	Diarréia	Ficou na invernada da Comissão em Serra do Norte
11	Miguel Mendes	16/06/1909	Trabalhador	Sarna	
12	Manoel Francisco de Miranda	17/06/1909		Úlcera	Com sede no pé direito

13	Américo Leite	20/06/1909	Guarda dos telégrafos	Ferida Incisa	No pé direito
14	João Bosisio	22/06/1909		Asthenia (sic) muscular	Não permitindo o seu estado, prosseguimento da viagem, regressou em 1º de julho para invernada da Comissão a fim de ter repouso e tratamento adequado. Voltando ao serviço em agosto, teve recaída dos mesmos incômodos, motivo por que recolheu-se ao acampamento da Comissão.
15	José Pedro da Fonseca	27/06/1909	Arrieiro	Icterícia catarral	Regressou à invernada da Comissão.
16	Emanuel Sylvestre do Amarante	06/08/1909	Ajudante	Erythema Exudatico polymorpho (sic)	Em ambas as pernas.
17	Jorge Augusto de Mello	06/08/1909	Soldado	Úlcera na orelha direita	

18	João Francisco Luiz	06/08/1909	Soldado	Úlcera	No pé esquerdo
19	Ulysses Moreira Ormundo	24/08/1909	Soldado	Ferida incisa	No dedo médio da mão esquerda.
20	Honorato Rodrigues Mendes	30/08/1909	Anspeçada	Ferida por arma de fogo	Faleceu dia 31.
21	José Opilo do Nascimento	15/09/1909	Trabalhador	Ferida incisa	Mor terço inferior do braço esquerdo.
22	Ludgero Pereira Julião	15/09/1909	Trabalhador	Resfria- mento	
23	Mauricio de Figueiredo	16/09/1909	Trabalhador	Ferida incisa	Na região parietal direita
24	Pedro Craveiro Teixeira	28/09/1909	Guarda dos telégrafos	Furúnculo	Na região Inguinal direita
25	Luiz Correia	06/10/1909	Trabalhador	Abscesso	No pé direito
26	Miguel Porto	20/10/1909	Anspeçada	Paludismo	Modalidade de febre intermitente.
27	Índio Paresí – Joaquim A. Maria da Assumpção	20/10/1909	Trabalhador	Paludismo	Modalidade de febre intermitente.

**Quadro 8.** Fonte: Joaquim Augusto Tanajura.  
Relatório do Serviço Sanitário da Expedição de 1909, p. 51.

Nesse quadro podemos observar o falecimento de apenas uma pessoa, o Anspeçada chamado Honorato. No entanto, se analisarmos os quadros anteriores e também o que vem abaixo, no ano de 1909 houve muitas outras mortes. O que é importante nesse relatório, elaborado pelo médico Joaquim Augusto Tanajura, do qual retiramos o quadro acima, é que está elencado um período de tratamentos médicos dispensados por ele, entre os meses de maio a outubro de 1909, porém o seu relato é de que assumiu o tratamento dos doentes em 05 de maio de 1909 e que, a 09 de maio, saiu de Tapirapoan indo para Aldeia Queimada. O trabalho do Dr. Tanajura era itinerante, indo rumo a Serra do Norte, onde estava iniciando o serviço da Seção do Norte, como veremos mais adiante neste trabalho.

Segundo ele, em 21 de junho já estava à margem esquerda do Rio Juruena e lá encontrou 36 praças doentes e 5 civis. Todos esses doentes foram sendo medicados pelo caminho. Em 02 de julho já estava em Comemoração de Floriano e a 09 de outubro em Pimenta Bueno. Em 13 de novembro parte em direção ao rio Madeira, andando até Calama, lugarejo à margem direita do rio Madeira, mais ou menos 2 km da Foz. Saiu efetivamente de Calama em 07 de janeiro de 1910.<sup>190</sup>

Narrar essa viagem do médico Joaquim Augusto Tanajura é importante, porque era ele quem tratava os doentes na Comissão no período, segundo seu relato. Sendo Joaquim Tanajura o médico as perguntas que ficam é: por que, demarcar o período de maio a outubro de 1909, sendo que esteve em serviço até janeiro de 1910? Por que se esteve em serviço até 1910, aparece em seu relatório apenas um falecimento no quadro? E, finalmente, por que se tratou de mais de 47 doentes que ele mesmo cita em seu relatório, oferece um quadro com apenas 27 nomes? Perguntas que não conseguimos responder inteiramente. O que fica claro é que se publicava apenas aquilo que era de interesse da Comissão Rondon.

Seguindo a trilha do que foi efetivamente publicado em relação aos trabalhadores da Comissão e o que não foi publicado, encontramos na planilha 14-00, documento do Museu do Índio, um outro quadro, bastante simples, pois não traz nenhum nome, e nem qualquer outra identificação a não ser o ano e o número de falecimentos, mas que revela um número de mortes muito alto, que destoam

---

<sup>190</sup> Todas essas informações estão contidas no Relatório de *Serviço Sanitário da expedição de 1909*. op. cit., p. 3-22.

totalmente dos números ditos e publicados pela Comissão Rondon, conforme se vê a seguir:

<b>Relação dos falecimentos por ano.</b>	
Em 1903	01
Em 1907	07
Em 1908	09
Em 1909	15
Em 1910	15
Em 1911	24
Em 1912	08
Em 1913	39
Em 1914	70
Em 1915	07
Em 1916	07
Em 1917	03
Em 1918	05
Em 1919	05
Sub Total	215
De 1920 a 1936	Cerca de 450
Total	665

**Quadro 9.** Fonte: Filme 327.  
Posto 444. Planilha 14-00. p. 17. Museu do Índio.

Todos esses números do quadro acima, foram assim distribuídos: oficiais, dezoito; soldados, soldados regionais e civis, seiscentos e quarenta e três; mulheres de soldados, quatro.<sup>191</sup>

Na documentação analisada não foi possível encontrar maiores referências ou informações, quanto a esse número de 450 falecimentos entre os anos de 1920 e 1936, que constam nos relatórios internos, mas completamente silenciados nos relatórios oficiais. Sabemos, porém, que esse já era o período em que se fazia apenas a manutenção das linhas.

Existem algumas informações sobre uma epidemia de gripe em 1919, em que houve o falecimento de um telegrafista chamado Francisco de Souza, mas já não trabalhava mais na Comissão e sim em um seringal<sup>192</sup>. Nesse mesmo ano há um telegrama informando sobre a gripe espanhola na estação Juruena, o que levou muita preocupação aos trabalhadores. A epidemia se alastrou até a estação “Parecis” e a Comissão se viu forçada a informar o Ministério da Viação e Obras Públicas, nestes termos:

Rio de Janeiro, 22 de março de 1919.

Ao Sr. Dr. Afrânio de Mello Franco

Digníssimo Ministro d’Estado (sic)

Para salvaguardar das responsabilidades desta Comissão, quanto à superintendência que exerce no tráfego do 3º Distrito Telegráfico de Mato Grosso, ocorre-se (sic) o dever de comunicar a V. Excia. Que, infelizmente, a pandemia de Gripe Espanhola, na sua já observada marcha do oriente para o ocidente, acaba de atingir o extremo sudoeste do Brasil, assolando a zona compreendida pela 1ª seção de conservação, onde está perturbando o serviço do sertão, paralisado na sede dessa referida seção, estação telegráfica de Parecis, por terem enfermado todos os funcionários aí em exercício.

Não dispondo esta Comissão de recursos especiais para atender ao excesso de despesa imprevista no orçamento do

---

<sup>191</sup> Essas informações estão contidas no Filme 327. Posto 444. Planilha 14-00, p. 17. Museu do Índio.

<sup>192</sup> Filme 326 – Fot. 357 – Museu do Índio.

atual exercício financeiro, rogo a V. Excia. Providenciar extraordinários no sentido de ficar esta Comissão habilitada a debelar o mal e socorrer o pessoal, não só no foco em que aquela se manifestou, como provavelmente, quando ela se estender pelo sertão afora. [...] <sup>193</sup>

Não encontramos também qualquer informação acerca do envio de verbas em atendimento a esse pedido. Por ser o período em que se fazia a conservação da linha, as verbas eram escassas e os ministérios responsáveis julgavam que era infrutífero fazer mais investimentos do que obrigatoriamente já era estabelecido. Não encontramos também informações de falecimentos em função da gripe. Sabemos agora que os números diferem o tempo todo e que as informações são escassas, mas precisamos ainda salientar dois pontos:

O primeiro ponto: ao ler-mos os documentos do Escritório Central percebemos que havia uma preocupação em controlar as notícias consideradas negativas vindas das estações. Fossem essas informações sobre doenças, mortes, deserções ou ataques indígenas. Encontramos um documento em que o inspetor de 4ª classe Pedro Craveiro Teixeira, telegrafista de Pimenta Bueno, e o guarda-fio João de Lima foram encontrados mortos naquela estação em 1915, muito provavelmente pelo ataque de um grupo de índios do povo Cinta Larga <sup>194</sup>. Esses dois falecimentos constam do Quadro 7 que já expusemos acima, porém não consta nenhuma informação sobre esse incidente nos relatórios oficiais.

Em outro incidente, já em 1921, o Capitão Alencarliense da Costa da estação de Vilhena, comunicou a Cândido Rondon o ataque e a morte do telegrafista de 4ª classe Raul Ávila de Araújo e do guarda-fio Vicente Paulino da Silva pelos Nambiquara, perto da estação do Juruena. Nesse caso a reação de Rondon, por telegrama, foi rápida e bastante direta:

Senhor Capitão Alencarliense – Vilhena – Urgente.

Desejaria saber como puderam saber terem sido assassinados na aldeia norte Juruena o telegrafista Ávila e o guarda. Alguém assistiu essa tragédia? Quem foi esse que viu? Caso não tenha havido testemunha do crime, não seria falsa a suposição

---

<sup>193</sup> Filme 328 – Fot. 249. Museu do Índio

<sup>194</sup> Filme 326 – Fot. 126. Museu do Índio.

do assassinato? Convém pesquisar bem esse lamentável acontecimento, evitar divulgação notícias não sejam reais [...] abrir rigoroso inquérito e estabelecer para sempre proibição absoluta visitas de empregados aldeamentos dos índios aos quais deverão tratar com necessária urbanidade quando aparecerem na estação mantendo, porém, conveniente desconfiança para evitar os desastres repetidos de quem aquela estação sendo vítima desde a construção.<sup>195</sup>

As mortes realmente aconteceram e o inquérito instaurado pela Comissão, resultou terem sido os funcionários “vítimas das suas próprias imprudências”<sup>196</sup>. Imprudências? Esse resultado do inquérito culpa os trabalhadores pelo embate com os indígenas, não explicando como se deram os fatos. Mas observando atentamente o telegrama enviado por Cândido Rondon percebemos que havia a preocupação em não deixar sair a público informações que pudessem de alguma forma denegrir a imagem da Comissão ou dos trabalhos desempenhados junto aos indígenas, mesmo quando houvesse algum embate que resultasse em morte. O próprio Capitão Alencarliense fez a identificação das vítimas, mas não acrescenta detalhes acerca dos acontecimentos

O segundo e também importante ponto é que nenhuma dessas relações de falecimentos cujos quadros apresentamos, contempla a chegada dos viajantes do Navio Satélite, vindos do Rio de Janeiro em 1911, após a Revolta da Armada, acontecida no final do ano de 1910, e seu desaparecimento nesse mesmo ano, bem como as inúmeras mortes causadas por uma epidemia de doenças na Seção do Norte em 1910 e 1911, como veremos no próximo capítulo em *Avançai para o Jamari*.

Para finalizar as análises dos quadros, cotejamos todos os que contêm os nomes, as datas e os locais do falecimento desses trabalhadores e encontramos o número de 245 mortos. Se levarmos em consideração ainda o quadro de nº 9 deste trabalho, perceberemos aí novamente a discrepância na contabilização dos falecimentos dos trabalhadores que nesse quadro apresenta-se em número de 665. O que nos leva a afirmar que os números publicados eram minimizados em função da manutenção da boa imagem da Comissão e de Cândido Rondon, esforço

---

<sup>195</sup> Filme 326 - Fot. 04. Museu do Índio.

<sup>196</sup> Filme 326 - Fot. 05 - 33. Museu do Índio.

realizado por Amílcar Botelho de Magalhães. E isso fica visível quando o próprio Amílcar em seu livro – Rondon. Uma relíquia da Pátria - publicado em 1942, relata que Rondon “pretendia erigir um monumento em Vilhena para os 204 mortos perderam a vida no sertão [...]” <sup>197</sup>. Essa afirmação de Botelho de Magalhães é importantíssima. Primeiramente porque Cândido Rondon tinha a intenção de construir um monumento em homenagem aos mortos durante a construção da malha telegráfica em Mato Grosso, mas que de um lado foram tratados como infames em escritos publicados por integrantes da Comissão e silenciados nos relatórios oficiais. Por outro lado o número de mortos a serem homenageados é infinitamente menor do que os números anotados e contados em documentação interna do Escritório Central.

---

<sup>197</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit. 1942, p. 215-216.

## Capítulo 4

### A Comissão Rondon na Seção do Norte

*As coisas e pessoas do passado nos chegam aos pedaços  
e precisam ser montadas e remontadas...*

*(Manoel de Barros)*

## A Comissão Rondon na Seção do Norte

Os trabalhos da Comissão Rondon foram, em 1909, divididos em duas seções para um melhor desempenho de todas as funções, mas particularmente pela alegação da dificuldade em transportar todos os materiais. Até Tapirapoan<sup>198</sup> podiam eles ser levados por via fluvial, mas desse local em diante todas as cargas dependeriam das tropas, o que era inviável, visto a falta de pastagens para o gado<sup>199</sup>. Cândido Rondon criou, então, a Seção do Norte que partiria de Santo Antonio do Madeira, pequena localidade distante cerca de 7 km de Porto Velho, e deveria alcançar o rio Jamari, remontando o curso desse rio para encontrar-se com a outra ponta da linha que havia partido de Cuiabá e estava empenhada nos serviços pela Serra dos Paresí, sendo que esta ponta da linha passou a ser chamada então de Seção do Sul. A Seção do Norte teria como ponto de apoio para reabastecimento a cidade de Santo Antonio do Madeira devendo aproveitar as facilidades oferecidas pela navegação dos rios Madeira, Jamari, Gi-Paraná e Jarú<sup>200</sup>. Segundo Cândido Rondon:

Após a conclusão do grande Reconhecimento de 1909, depois de sondar os recursos com que poderíamos contar no Madeira e indagar da salubridade da região, resolvi, para acelerar a conclusão dos nossos trabalhos, atacar simultaneamente o serviço de Santo Antonio para baixo, em procura do alto Jamari, ao encontro da construção matriz. Para isso em abril de 1910 criei a Seção do Norte.<sup>201</sup>

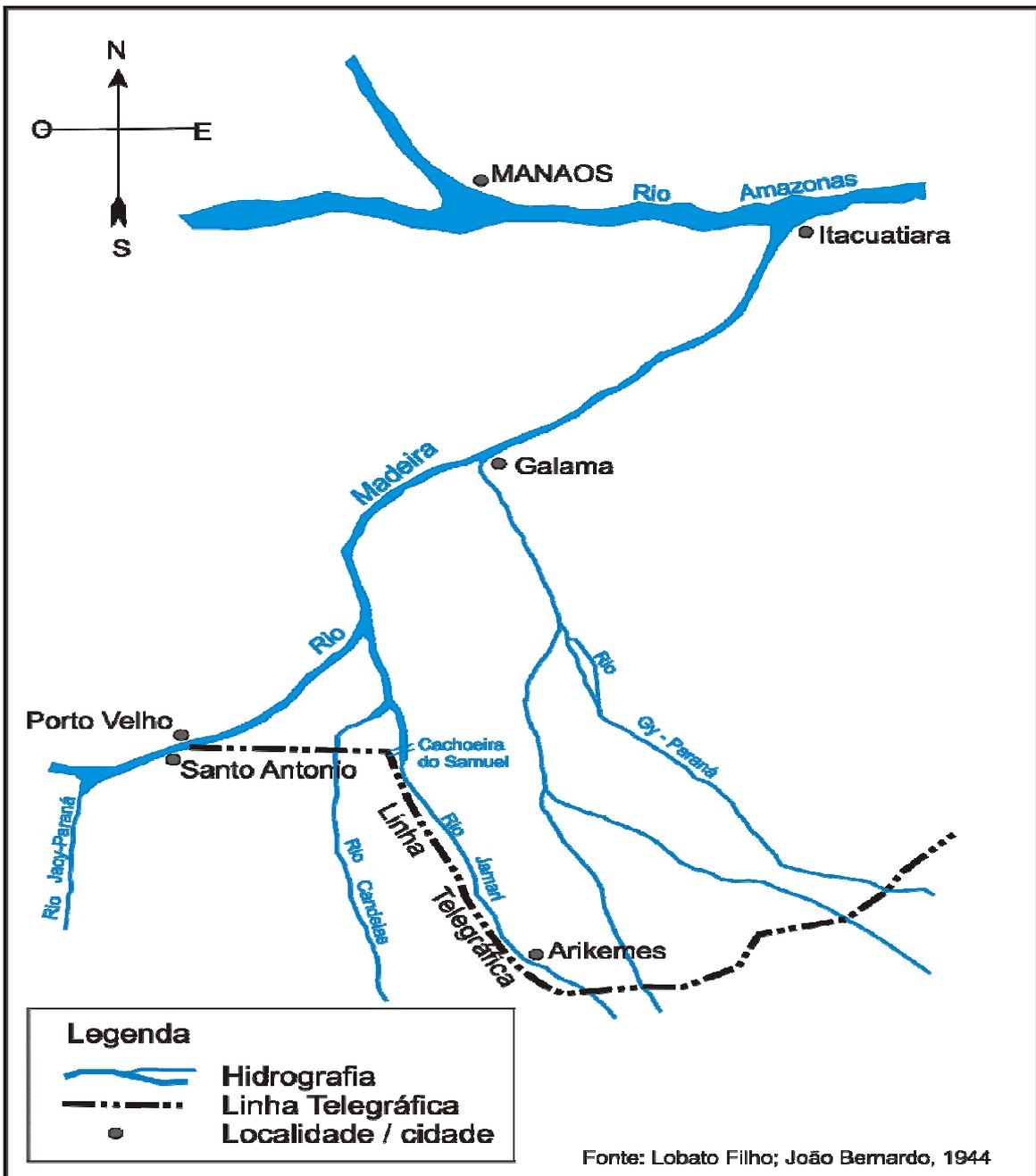
---

<sup>198</sup> Tapirapoan serra próxima de onde atualmente está a cidade de Tangará da Serra - MT.

<sup>199</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 215-216.

<sup>200</sup> Idem, p. 216.

<sup>201</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910, p. 17.



**Mapa 2.** Local de atuação na Seção do Norte.

Em maio de 1910 estava constituída a Seção do Norte e seu primeiro destino era Manaus. No dia 09 de julho achava-se a Seção concentrada em Manaus e partiu no dia 1º de agosto rumo a Santo Antonio do Madeira, chefiada pelo Major Gomes de Castro. Ajudantes e auxiliares: Capitães Marinho e Polydoro Coelho; Capitão Dr. Paulo Santos; Tenentes Antonio Azevedo, Paes de Andrade, Cordovil de Siqueira, Otavio Felix, Clementino Paraná, Dr. Joaquim Tanajura, João Bernardo Lobato Filho; Aspirante Filomeno Brandão; Engenheiro civil Luiz de Carvalho; numeroso pessoal

dos telégrafos, entre os quais Werneck, Mario Barroso, Geliath, Aguiar, Tanajura, Leitão, Belfort, Magalhães, Pereira, Couto, Souto Maior e outros; contingente de cerca de 280 homens do 5º Batalhão de Engenharia, que se achava à disposição da Comissão.<sup>202</sup>

Sobre o número de pessoas que deveriam estar a serviço da Comissão para os trabalhos nas seções, nos diz Rondon:

O 5º Batalhão de Engenharia que por sua organização está incumbido de construir a linha telegráfica estratégica de Cuiabá ao Acre e fronteiras da Bolívia, foi por ato do Governo posto à disposição do Ministério da Viação para esse fim [...] Pela dificuldade de obter praças que resistam por muito tempo ao clima do Madeira, em que desde 1911 as seções operam, o Ministério da Guerra autorizou a 1ª e 13ª Regiões Militares a mandar a Secção do Norte e o Batalhão engajarem voluntários regionais, aclimados. Em virtude dessa autorização cessaram as remessas de contingentes do Norte para o suprimento das necessidades da construção, passando as duas Seções a admitir os voluntários regionais indispensáveis. Essa providência muito tem concorrido para manter-se, mais ou menos, o estado efetivo do Contingente de que trata o artigo IV das Instruções de 4 de março de 1907 [...] de acordo com o estado efetivo do 5º Batalhão de Engenharia, que pela organização deve ter, enquanto durar a construção, 350 praças efetivas e 250 addidas (sic). As efetivas fazem parte da Seção do Sul e as addidas (sic) da do Norte.<sup>203</sup>

As 'instruções' delimitavam diversos setores da Comissão, colocando Cândido Rondon em contínuo cuidado ao atendimento delas. De alguma forma sua liderança e total liberdade de ação, tão propalada pelos seus biógrafos e memorialistas, estavam cerceadas pelas 'instruções', pelo menos no que tange a

---

<sup>202</sup> João Bernardo Lobato Filho, *Avançai para o Jamarí! (Uma tragédia na Comissão Rondon)*. Rio de Janeiro: S/ed., 1944. p. 7-9.

<sup>203</sup> Relatório apresentado à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Telégrafos. 3º volume. Construção 1911 a 1912. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1915, p. 27. Esse material está também microfilmado como: Filme 1-34 - Comissão Rondon – Coleção Preta - Museu do Índio.

produção das informações encaminhadas aos ministérios correspondentes e sobre quem deveria compor os trabalhos das Seções organizadas por ele. Contudo, não encontramos na documentação analisada maiores informações sobre essa mão-de-obra “aclimada”, que para nós se tratava dos trabalhadores regionais. Estes seriam, no entendimento de Cândido Rondon e seus oficiais, mais aptos a enfrentarem as condições de trabalho na instalação da linha em Mato Grosso. Todd Diacon a esse respeito assinala:

Mas a panacéia de usar regionais no lugar de soldados (a maioria urbanos) não se concretizou. Isso porque todos os males que afligiam os soldados da comissão, nos sentidos real e figurado, acometeram igualmente os trabalhadores contratados [...] Só a força motivou muitos dos soldados da Comissão Rondon. A julgar pelos números do Exército brasileiro como um todo a metade dos soldados da comissão eram recrutas arrastados à força para o serviço militar. Talvez uma parcela igual tenha sido composta de homens da cidade, que nunca haviam visto uma floresta. Muitos reagiram tentando fugir daquelas condições desesperadoras assim que chegaram. Os demais sofreram doenças e ferimentos, além de enfrentarem trabalho extenuante, e muitos morreram.<sup>204</sup>

Apesar dos esforços para localizar homens mais adequados para o desempenho dos serviços na construção da malha telegráfica na Seção do Norte, segundo relato de João Bernardo Lobato Filho a maior parte dos homens ainda era oriunda do Nordeste do Brasil.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> Todd A. Diacon, op. cit., p. 91-93.

<sup>205</sup> Lobato Filho, op. cit., p. 33-34.

## “Avançai para o Jamari!”

Rondon havia determinado imperativamente aos homens e comandantes da Seção do Norte: “Avançai para o Jamari”<sup>206</sup>. E essa ordem nos leva para esta Seção e mais precisamente para o Acampamento Henrique Dias. Esse acampamento situava-se à margem da Ferrovia Madeira Mamoré, à meia distância<sup>207</sup> entre a cidade de Porto Velho e Santo Antonio do Madeira, que atualmente pertencem ao estado de Rondônia. Conforme o 2º Tenente Octávio Felix Ferreira da Silva:

A recomendação especial de urgência que recebêramos, nunca saiu da mente do chefe, que procurou apressar o mais possível a marcha dos trabalhos [...] o tempo, sempre bom, facilitou o trabalho nessa parte do Jamari da foz à cachoeirinha do Samuel; a média do serviço diário foi de 5 km [...] houve dias em que o serviço atingiu 21 km.<sup>208</sup>

Ao que tudo indica a marcha era intensa e desgastante e a ordem de Cândido Rondon cumprida ao pé da letra. Seus comandados de tudo faziam para cumpri-la, independentemente do que isso pudesse custar e em relação ao plano de trabalho, este era dividido em três seções, forma de organização que Cândido Rondon já havia utilizado desde a sua primeira Comissão. Os trabalhos na 1ª seção, conhecida como vanguarda, estavam incumbidos de fazer o reconhecimento do terreno. Primeira operação de engenharia executada na construção de estradas de ferro, de rodagem e de linhas telegráficas em zonas de topografia desconhecidas: Segundo Amílcar Botelho de Magalhães:

Terminados esses serviços e desenhados os respectivos caminhos, seguia-se a exploração, na qual eram usados processos mais rigorosos a fim de fornecer os elementos básicos para o projeto da construção, aplicado ao terreno com

---

<sup>206</sup> A ordem emitida por Cândido Rondon está contida no livro de João Bernardo Lobato Filho, op. cit., p. 32.

<sup>207</sup> Essa *meia distância* é uma informação imprecisa, no entanto, ela é dada por João Bernardo Lobato Filho, op. cit., cap. V, p. 33.

<sup>208</sup> Apud Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1941, p. 109-110.

as modificações que se impusessem durante a fase final dos trabalhos.<sup>209</sup>

Depois que estavam organizados os mapas e as plantas, e que já haviam sido escolhidos os pontos da linha, começava a atuar a 2ª seção, conhecida como centro, a abertura do pique, ou locação da picada e a definição dos locais em que seriam assentados os postes. Ao final a 3ª seção entrava em ação e era chamada de retaguarda, na qual na maioria das vezes seguia o comandante. Neste momento do trabalho fazia-se o levantamento topográfico da linha e a determinação das coordenadas geográficas dos pontos considerados importantes<sup>210</sup>. Carlos Martins Junior informa e analisa:

Método, disciplina, reconhecimento científico do terreno percorrido eram os pilares em que se assentavam as atividades da Comissão Rondon. Esse esquema de trabalho organizado em etapas hierarquizadas, obediente a prazos e ritmos, ao número e tipo de trabalhadores, em que cada ato de comando, cada movimento de avanço no território, momentos de mudança e locais onde deveriam ser erguidos os acampamentos, bem como os lugares mais apropriados para a edificação de bases de apoio eram anteceditos por ordens do dia, é demonstração de um rigoroso planejamento prévio definido, muito provavelmente, nas instâncias superiores do Exército.<sup>211</sup>

Esse planejamento do trabalho, sempre executado, também foi posto em prática na Seção do Norte, a caminho do rio Jamari, para então encontrar-se com a Seção do Sul que havia partido de Cuiabá, vinda pela Serra dos Paresí. Neste momento, nessa Seção, todos enfrentavam grandes infortúnios e o número de mortos já registrados no capítulo anterior quando apresentamos os quadros, neste acampamento, podem novamente ser avaliados.

O primeiro deles deu-se com a abertura do pique e do picadão. Esse foi o primeiro ato da tragédia que significou essa Seção. Segundo Lobato Filho, homens

---

<sup>209</sup> Amílcar Botelho de Magalhães, op. cit., 1941, p. 248.

<sup>210</sup> Cf. Carlos Martins Junior, op. cit., p 175.

<sup>211</sup> Idem, p. 175.

vindos do Nordeste do Brasil eram o maior número a trabalhar na Comissão Rondon, nesta Seção, e mesmo que acostumados a trabalhos braçais em outros locais, não estavam preparados para lidar com a floresta amazônica. Era preciso abrir estradas de 40 metros de largura com uma faixa central de destocadas de pelo menos 6 metros que era absolutamente limpa, com a retirada total das madeiras, para que pudesse servir de estrada de rodagem<sup>212</sup>. A abertura na mata era em média de 40 metros de largura na Seção do Norte e para Lobato Filho, estes homens não eram qualificados para tal serviço. De acordo com seu relato:

[...] nas primeiras derrubadas do picadão, a coisa foi ainda pior: aqueles fortes e valentes homens derrubavam as respeitáveis árvores de madeira de lei de 25 a 30 metros de altura, seculares, com frondosas copas, a torto e a direito, de modo que, às vezes, uma daquelas árvores gigantescas levava, na queda, outras próximas, produzindo estrondo prolongado e ensurdecidor, freqüentemente havendo braços e pernas fraturados e homens desaparecidos sob aquelas ramagens que se abatiam fragorosamente no solo.<sup>213</sup>

Assim foram os dias no Acampamento Henrique Dias, até que os machadeiros e foiceiros adquirissem alguma prática. Ainda segundo Lobato Filho, esse acampamento parecia uma colméia: vida intensa no seu interior, entradas e saídas de turmas para vários serviços, movimentos de toda espécie. Havia muita animação e também muitas esperanças. À noite depois do dia duro de trabalho, havia muita alegria no acampamento e as fogueiras ardiam. Ouviam-se ditos e pilhérias engraçadas a respeito dos bugres, dos jacarés e das onças. Depois, um sono reparador e às 4:30 horas da madrugada soava o sinal de alvorada e dava-se o início dos trabalhos. Lá saíam as pequenas turmas satisfeitas e confiantes na

---

<sup>212</sup> “[...] Para se instalar a linha, abriram-se picadões, cuja largura varia com a natureza da vegetação local e a altura das florestas. Nas chapadas descobertas, essa largura é de 10 metros; nos cerradões, cujo mato atinge 6 metros, é de 15; e assim vai aumentando, de modo a conservar-se sempre igual, pelo menos, ao dobro da altura das árvores existentes na mata atravessada, chegando, por isso, a alcançar 50 metros na região amazônica [...]”. Cf. Missão Rondon, op. cit., p. 210.

<sup>213</sup> João Bernardo Lobato Filho, op. cit., p. 34.

sorte, empunhando machados, facões e foices para a derrubada no picadão. “Lá iam os anônimos desbravadores da Amazônia!”<sup>214</sup>

Os trabalhos das picadas eram essenciais e a turma destinada a esse serviço havia iniciado o seu serviço com 71 homens. O restante dos 280 estava em serviços especiais nos depósitos de Vila Nova<sup>215</sup>, nos serviços de transporte, na turma do pique, levantamento do Jamari e na tropa de muares. Segundo Lobato Filho, as turmas do picadão e do pique, que eram a razão de ser da Seção do Norte, começaram, então, para cobrir as suas baixas que iam em progressão alarmante, a absorver os homens dos serviços especiais, os quais estavam se resumindo ao mínimo e alguns desaparecendo<sup>216</sup>. Entretanto, os relatórios produzidos por Cândido Rondon acerca de todos os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas que perfazem 03 volumes<sup>217</sup>, não tratam dessas baixas apontadas por Lobato Filho e nem que entre 18 e 30 de setembro de 1910 houve um outro ato de tragédia na Seção. Segundo Lobato Filho:

[...] É que para domar a selva amazônica, são exigidos grandes sacrifícios de saúde e mesmo de vida. Esse foi também o preço da conquista do Acre.

[...] O Cel. Rondon que nunca se retirou e nunca recuou, como resposta, talvez sem saber que respondia a alguma coisa, reiterava com a máxima energia aquela ordem fundamental: ‘Avançai para o Jamari’. E expedia essa ordem da ponta da

---

<sup>214</sup> João Bernardo Lobato Filho, op. cit., p. 35.

<sup>215</sup> Vila Nova era um acampamento distante 3 km do Acampamento Henrique Dias, no início da Ferrovia Madeira Mamoré. Em Vila Nova estava instalada a enfermaria militar e o serviço sanitário, sob as ordens do Dr. Joaquim Augusto Tanajura. Cf. Laura Antunes Maciel, op. cit., 1998, p. 132 - 133.

<sup>216</sup> João Bernardo Lobato Filho, op. cit., p. 37.

<sup>217</sup> É preciso salientar que sobre as funções da Comissão Rondon - os projetos, construção, serviços desempenhados e a informação dos relatórios e anexos produzidos pelos inúmeros pesquisadores que a compunham, foram produzidos esses três volumes: Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 1º volume. Estudos e reconhecimentos. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d; Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910. Relatório apresentado à Divisão de Engenharia (G5) do departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Telégrafos. 3º volume. Construção 1911 a 1912. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1915, todos assinados por Cândido Rondon. Ele próprio produziu uma série de outros relatórios, no tocante aos indígenas, contendo vocabulários e modos de vida. Para saber mais ver Amílcar Botelho de Magalhães, 1946, op. cit.

linha na Seção do Sul, na serra dos Paresí, para além do Juruena, onde ele tinha pela frente coisas também duras, como os Nhambiquaras, o deserto e a fome.

[...] A seção ancorou, porém em 'Henrique Dias'. Ancorou e encalhou.

[...] O pânico no acampamento 'Henrique Dias' passou a ter um caráter quase permanente. Ambiente desagradável: pequenas enfermarias por toda parte; baixas e altas todos os dias; mortes, enterros e embarques para Manaus; gente cadavérica; à noite, delírios, gemidos e lamentações. Cada um dos ainda não visitados pelo paludismo, esperava a sua hora. O paludismo desbaratou brutalmente a Seção do Norte, em pouco mais de um mês [...] Uma espécie de vasculhagem no pessoal de serviços especiais, nos baixados ao hospital e enfermarias, por toda parte, afinal foi possível colher elementos para uma turma de 21 homens. Como estava dizimada a Seção do Norte! Dos 280 homens, restaram somente 21! <sup>218</sup>

Nesse emaranhado de fatos, é preciso apreender dos discursos, o que foi registrado, mas também aquilo que foi estrategicamente silenciado, figurando o processo de formação do Estado e da constituição da Nação. Walter Benjamin nos diz que “é preciso fundar o conceito de progresso sobre a idéia de catástrofe.”<sup>219</sup>

Essa catástrofe a que se refere Benjamin, pode ser pensada em termos da Comissão Rondon, se dá, sobretudo, relevando-se as condições de vida e de morte dos trabalhadores envolvidos, nas relações de poder e de despossuídos. E se não temos a contagem oficial ou os registros que relatam os destinos dos trabalhadores de tão grande projeto, é porque há algo sobre o que silenciar. Por isso ler os relatórios produzidos pela Comissão, os livros escritos por Botelho de Magalhães, significa ir muito além, significa aplicar um “como ler”, levando-se em conta fundamentalmente que todos os escritos partem ou produzem representações necessárias e comprometidas com os interesses do grupo em questão.

---

<sup>218</sup> João Bernardo Lobato Filho, op. cit., p. 41- 44.

<sup>219</sup> Walter Benjamin, Parque Central. In: Kothe, Flávio R. (org). *Walter Benjamin: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991, p. 145.

A proposta de leitura à contrapelo <sup>220</sup> sugere que um texto deve ser aberto de modo que vejamos nele não apenas o que é tratado, mas também o que foi excluído e por quê. Do mesmo modo, devemos situar a narrativa e seus vínculos, refletir acerca das idéias, conceitos e experiências em que se apóia <sup>221</sup>. De outro lado, esforços demitificadores encontram grandes resistências, dado que as normas de poder já se encontram interiorizadas como produção da identidade oficial. Segundo Edward Said:

Toda sociedade e tradição oficial defende-se contra interferências com suas narrativas sancionadas; estas adquirem, no decorrer do tempo, um estatuto quase teológico, com heróis fundadores, idéias e valores queridos e acalentados, alegorias nacionais com um efeito inestimável na vida política e cultural.<sup>222</sup>

No que tange aos trabalhos desempenhados por Cândido Rondon, bem como tudo o que diz respeito às Comissões que comandou, sua produção, seus resultados e efeitos aparecem solidificado, de certa forma, na memória historiográfica. Falar de heroísmo e patriotismo acerca de Rondon é dizer muito. Entretanto, quase cem anos depois do início do grande projeto da sua vida, sabemos que nem tudo o que foi dito “era tudo o que ocorria”, especialmente relativo ao assunto que nos move aqui: os trabalhadores. Eles aparecem em centenas de fotografias, são expostos como prova cabal da luta titânica contra a natureza inclemente da floresta e das dificuldades do cerrado. São, entretanto, minimizadas ao máximo as mortes, nos relatos oficiais, para passar a imagem de que nem tudo era tão ruim e que as condições de vida, de trabalho e de saúde não tinham tantos problemas como os opositores costumavam dizer pelos jornais da capital federal.

Segundo Todd Diacon:

Os oficiais admitiam a existência de riscos à saúde em documentos e correspondência particulares, mas raramente o

---

<sup>220</sup> Walter Benjamin aponta a necessidade de “escovar a história a contrapelo”. Cf. Walter Benjamin, *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

<sup>221</sup> Edward, W. Said, *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 105.

<sup>222</sup> Edward, W. Said, op. cit., 1995, p. 105.

faziam em público exceto quando isso chamava a atenção para seu heróico trabalho. Por exemplo, em suas conferências de janeiro de 1915, Rondon gabou-se do trabalho de sua equipe, que enfrentara doenças para continuar a construir a linha. Outros louvavam a heróica perseverança de Rondon diante de suas batalhas pessoais contra a malária [...] De modo geral, porém os oficiais negaram a existência de problemas de saúde sistêmicos na região.”<sup>223</sup>

O argumento mais utilizado para justificar as mortes na linha telegráfica é que os homens que chegavam para trabalhar já vinham doentes e que, muitas vezes, os comandantes das unidades quando tinham que transferir homens para a Comissão, mandavam os mais fracos. Sobre isso Todd Diacon nos diz:

Portanto, segundo as explicações de oficiais da comissão, os soldados adoeciam e até morriam enquanto trabalhavam na linha não porque a região fosse insalubre, mas porque aqueles homens não eram sadios.<sup>224</sup>

Outro motivo salientado para possíveis mortes era o que eles consideravam a falta de higiene dos homens, mas fosse qual fosse a explicação, o fato é que os oficiais de Rondon tinham por objetivo “desenvolver a região” e o temor às doenças ameaçava esse objetivo. Por isso, os oficiais escolhiam personalizar as moléstias para limitar a publicidade negativa: “se um praça adoecia, provavelmente a culpa era dele próprio.” <sup>225</sup>

No entanto, apesar das baixas, mortes e por conseqüência, falta de pessoal, os serviços precisavam continuar. Além do corte das árvores e da abertura das estradas de rodagem, nos pontos necessários, construía-se pontes e pontilhões. Os trabalhos eram bastante diversificados, inclusive nos rios mais largos, eram instaladas balsas, com capacidade para transportar até seis bois, todas elas construídas pelos trabalhadores<sup>226</sup>. Em relação aos materiais utilizados é preciso salientar que na Seção do Norte eram colocados postes de ferro, em função da

---

<sup>223</sup> Todd A. Diacon, op. cit., p. 181.

<sup>224</sup> Idem, p. 183.

<sup>225</sup> Idem, p. 184.

<sup>226</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 213.

impossibilidade de se utilizar nessa região os recursos oferecidos pela floresta. Para extraírem os postes de madeira seria necessário dispor de uma boiada para puxá-los, mas havia a falta absoluta de campos de pastagens nas “florestas do Madeira” (Luiz Horta Barbosa). Esses postes de ferro vinham divididos em três partes, devendo ser montados, e com o peso total de 39 quilos cada um. Foram instalados mais de três mil postes na Seção do Norte.<sup>227</sup>

O critério da instalação dos postes e postos telegráficos continuavam os mesmos que eram utilizados na Seção do Sul, ou seja: a distância máxima entre duas estações consecutivas era de 90 quilômetros, a distância entre os postes de 90 em 90 metros nas retas e de 50 em 50 metros nas curvas. Tudo era construído literalmente. As casas das estações para a moradia dos telegrafistas e instalações dos respectivos aparelhos.<sup>228</sup>

Ainda sobre a expedição que alcançou o rio Jamari, em 13 de Dezembro de 1909, diz Cândido Rondon que em 20 de Dezembro alcançaram o rio Madeira e:

O corneteiro deu sinal de: 5º Batalhão de Engenharia; Vitória! [...] Mais tarde, quando aqui cheguei (6 de fevereiro), tínhamos, além dos doentes, dois índios Parecis e dois Chiquitanos tratando-se em quartos particulares da Santa Casa de Misericórdia; depois, ao passo que se iam restabelecendo, a Comissão das Linhas Telegráficas os reconduzia para o ponto de onde tinham partido. Com a chegada do Capitão Pinheiro a esta Capital terminaram-se os trabalhos da expedição de descobrimento do noroeste mato-grossense. Eles abrangeram mais de 237 dias, que foram os empregados desde a saída de Tapirapoan até a chegada á barra do Jamari com o Madeira. Nesse período de tempo, percorreram-se 1.297 quilômetros por terra e 1.138 por via fluvial, em canoas, sendo, 713 no Gi-Paraná; 135 no Jarú e 290 no Jaci. Se a estes números juntarmos os 200 quilômetros das variantes estudadas no reconhecimento do divisor em Comemoração, teremos: 2.635 quilômetros explorados e levantados.

---

<sup>227</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 209.

<sup>228</sup> Idem, p. 209.

E todo este trabalho realizou-se com a perda apenas de três homens: dois por desastre, o anspeçada Honorato e o remador do Jaci; e o terceiro por doença, também neste rio.<sup>229</sup>

Ou ainda sobre o mesmo percurso:

Resumindo em traços largos os trabalhos dessa expedição eles abrangeram mais de 237 dias, que foram os empregados desde a saída de Tapirapoa até a entrada no Madeira, pela barra do Jamari. Nesse período de tempo, percorreram-se por terra 1.601 quilômetros e por via fluvial, em canoas, 1.549 quilômetros, sendo: 713 no Gi Paraná, 354 no Jamari, 153 no Jarú e 329 no Jaci. Se a esses números juntarmos os 240 quilômetros de variantes estudadas e do reconhecimento do divisor em “Comemoração”, teremos 2.811 quilômetros explorados e levantados em pleno sertão bruto.<sup>230</sup>

Cotejando os dados apresentados por Rondon em suas conferências, e o texto encontrado no livro Missão Rondon transcrito acima, os números apresentados também diferem no que tange aos quilômetros percorridos pelos homens nos trabalhos efetuados na Seção do Norte.

### **Eis que chega o Satélite!**

Ainda sobre a Seção do Norte há mais a dizer, sobretudo registrar o caso do Navio Satélite, em que mais de quatrocentas pessoas foram retiradas violentamente do Rio de Janeiro, em virtude da chamada Revolta dos Marinheiros da Armada em

---

<sup>229</sup> Informações retiradas da publicação nº 68 – Conferências realizadas em 1910, no Rio de Janeiro e em São Paulo pelo Tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon – Chefe da Comissão, Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1922, p. 73-76. Essa mesma informação está contida também em Esther de Viveiros, op. cit., p. 314.

<sup>230</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 174-175.

1910<sup>231</sup>, para serem entregues e distribuídas, parte na ferrovia Madeira Mamoré e parte na Comissão Rondon. O que se sabe é que quase todas acabaram ficando nesta última, pois foram impedidas de descer na ferrovia, sem que estejam, entretanto, citadas nos relatórios oriundos da Comissão Rondon.

Sobre esse assunto é bastante importante o que nos relata novamente Lobato Filho. Em Fevereiro de 1911:

Houve uma ocorrência importantíssima, talvez um ato de tragédia: A Seção do Norte recebeu em seu acampamento 'Henrique Dias', 280 ex-marinheiros presos na revolta da esquadra, na Baía de Guanabara. Haviam eles constituído a indesejável carga do célebre navio 'Satélite' que tanto deu que falar à imprensa e ao Congresso. Esses ex-marinheiros foram, na Seção do Norte, elementos absolutamente perturbadores do serviço. Chegaram em estado de revolta e o paludismo os aniquilou ainda revoltados. Transformaram-se quase em feras e só obedeciam quando viam na frente uma pistola. [...] A situação de intranqüilidade culminou por uma tentativa de rebelião, com assalto ao depósito de armamento e munição, o que custou a vida do chefe dos rebeldes [...] As deserções e, afinal, o implacável impaludismo, foram liquidando aquele punhado de homens inaproveitáveis nas selvas amazônicas e talvez bons marinheiros. Só em meados de março, amortecida a fúria desses homens permanentemente rebeldes, ou melhor, quase extintos eles, foi possível reencetar o serviço de locação [...] <sup>232</sup>

Desembarcaram apenas 280 marinheiros na Comissão Rondon, dos mais de 491<sup>233</sup> que saíram do Rio de Janeiro. Sabemos que alguns morreram pelo caminho e

---

<sup>231</sup> Sobre o assunto: Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. e Francisco Foot Hardman, *Trem Fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 155 – 186.

<sup>232</sup> João Bernardo Lobato Filho, op. cit., p. 71-72.

<sup>233</sup> Segundo Edmar Morel, op. cit., p. 161-177. “[...] foram recolhidos no Rio de Janeiro 105 ex-marinheiros, 292 vagabundos, 44 mulheres e 50 praças do Exército e embarcados no Navio Satélite para serem levados para a Amazônia. O navio com sua carga humana deixou o porto do Rio, secretamente [...]”. Encontramos documentação a respeito da viagem feita pelo Satélite, no mês de fevereiro de 1911, em que o comandante Carlos Brandão Story relata a entrega de 200 homens na

que o restante não desceu na Madeira Mamoré, impedidos pelos norte-americanos que exploravam aquela ferrovia, sob a alegação de serem elementos desordeiros. Os responsáveis pela ferrovia estabeleceram uma quarentena por ocasião da chegada dos mesmos, a fim de impedir a entrada ou saída de quem quer que fosse dos limites de sua sede, chegando, até, a responsabilizar o governo, pelos danos ou perdas com a chegada daquele elemento de desordem.<sup>234</sup>

Segundo Guilherme Voss, engenheiro germânico que trabalhou na ferrovia:

A companhia estava de sobreaviso. Foram distribuídas Manlincher e carabinas com muita munição para sustar o desembarque. O Vapor parou em frente de Porto Velho. Comunicaram ao comandante [...] que não era desejado o desembarque. Porque não havia só os revoltosos, também um grande número de mulheres de rua, e em Porto velho não era consentida a parada de mulheres naquele tempo. O Satélite foi a Santo Antonio e enfiaram todos na linha telegráfica do marechal Rondon.<sup>235</sup>

De acordo com o imigrante espanhol Benigno Cortizo Bouzas a chegada do Satélite foi anunciada aos comerciantes locais:

Uma tarde, um sinistro vapor de nome Satélite fundeu na barranca de nossa granja [...] O delegado de polícia de Santo Antonio [...] comunicou ao comércio e proprietários locais, que podiam candidatar-se a adquirir empregados a bordo do Satélite, mediante certas condições. No dia e hora assinalados se exibiram os detidos em nossa granja e os interessados assinalavam os que pretendiam levar para dar-lhes emprego. O chefe da expedição, capitão Matos Costa, tinha preferência nas escolhas, para mandá-los, por conta do governo, à construção de uma linha telegráfica desde Santo Antonio a Cuiabá. Os infelizes escolhidos pelo capitão Matos Costa tremiam de medo

---

Comissão Rondon. Essa documentação encontra-se nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro.

<sup>234</sup> Rui Barbosa, *Obras completas*, Rio de Janeiro: MEC, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1965, Tomo I, vol. XXVIII - O caso Satélite, p. 153.

<sup>235</sup> Apud Manoel Rodrigues Ferreira, *Nas selvas amazônicas*, São Paulo: Biblos, 1961, p. 163.

e imploravam aos paisanos que os recolhessem. Nada conseguiram. As decisões do capitão Matos Costa eram coisas que não se podia discutir.<sup>236</sup>

Sobre esse episódio do navio Satélite, também nos fala o historiador Francisco Foot Hardman:

[...] Dois episódios marcam a violência do Estado no encerramento da revolta: a prisão, tortura e morte de vários líderes 'anistiados' na ilha das Cobras, a deportação de pelo menos 441 pessoas (105 marinheiros, 292 homens e 44 mulheres da Casa de Detenção) para a Amazônia, a bordo do Satélite [...]

[...] Navio-fantasma: sinistro, maldito surreal. Os próprios narradores reconhecem o aspecto fantasmagórico que reveste o acontecimento, envolto nos segredos de um Estado cuja missão precípua, neste caso, é a supressão de identidades. Aquele recanto de terra, fim do mundo civilizado e começo de linhas ainda frágeis, bem podia se reproduzido como a 'sepultura do suicida moral, a pátria dos proscritos' [...] <sup>237</sup>

Edmar Morel em seu livro traz o relato de Belfort de Oliveira que esteve presente no momento do desembarque dessas pessoas que estavam no navio Satélite na Comissão Rondon. Belfort trabalhava como diarista do serviço sanitário da Comissão ao lado do Dr. Joaquim Augusto Tanajura e, tendo presenciado o estado como chegaram e o que foi feito das pessoas, escreveu uma carta ao Senador Rui Barbosa. Morel traz a cópia desta carta na íntegra, de onde saltam aos olhos as informações sobre este episódio. Segundo Boz Belfort de Oliveira:

---

<sup>236</sup> Benigno Cortizo Bouzas, *Del Amazonas al infinito*, Recife: Diário da Manhã, 1950, p. 55-56. O capitão Matos Costa não teve melhor sorte. Depois de exercer com mão de ferro o comando da guarnição militar em Santo Antonio, acabou por entrar em rota de colisão com os americanos da companhia Madeira Mamoré. Em pouco tempo foi transferido. Foi morto em 6 de setembro de 1914, quando participava das operações militares na guerra social do Contestado. Cf. Francisco Foot Hardman, op. cit. 1988, p. 159 – 169.

<sup>237</sup> Francisco Foot Hardman, op. cit., 1988. Para saber mais sobre o assunto ver: Edmar Morel, op. cit., p. 158-160.

Olinda, de Pernambuco, 30 de maio de 1911.

[...] Estava no posto de Belém, do Pará, quando soube ter rebentado a primeira revoltada da Armada [...] em fins de janeiro estando eu na pequena Vila de Santo Antonio do Rio Madeira, ocupando meu lugar na Comissão, soubemos da partida do 'Satélite', conduzindo os proscritos. Era comandante do contingente o 1º Tenentes Antônio de Carvalho Borges Sobrinho, inteiramente encarregado dos negócios da Comissão, por achar-se ausente o chefe da Seção do Norte, 2º Tenente de Cavalaria João Bernardo Lobato Filho [...] Um radiograma assinado do Ministro de Agricultura informava haver o Coronel Rondon contratado 200 desses homens para o serviço da Comissão [...] e que os outros 200 eram destinados ao trabalho na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [...] Posta a prancha do partaló para o barranco do rio, conseguimos entrar a bordo. Aí soubemos estarem recolhidos nos porões do vapor, todos os prisioneiros [...] Para assumir o sub comando do contingente vinha no mesmo bordo o 1º Tenente Matos Costa que à nossas indagações, nos fez ciente de uma revolta à saída da Bahia, contra a vida do comandante de bordo e mais superiores agaloados, o que deu razão a um reforço em Pernambuco e a solução do fuzilamento dos chefes, pois haviam para isso tido carta branca do governo. Formada a companhia com as pragmáticas de estilo, foram recolhidos 11, completamente manietados etc. dez foram passados a fuzil e o décimo primeiro se lançado ao mar.

Esta foi a afirmação oficial que tivemos. Quanto aos outros, lá estavam hermeticamente guardados, numa clausura de 31 dias, sem verem a luz do sol, sob o regime de uma alimentação forçada num ambiente mefítico, como sardinhas em latas.<sup>238</sup>

Belfort de Oliveira narra ao Senador o que havia visto quando da chegada do Satélite e as informações que recebera do 1º Tenente Matos Costa sobre o que vinha acontecendo com os passageiros do vapor. Trazemos então outra parte desse relato que nos traz informações sobre o desembarque dessas pessoas e sua

---

<sup>238</sup> Apud Edmar Morel, op. cit., p. 173-174.

colocação na Comissão. Talvez um pouco longo o relato, mas útil no sentido de compreender o tratamento dado a certos trabalhadores braçais dentro da Comissão Rondon. Segundo Belfort de Oliveira:

[...] A guarnição formou ao longo do navio armado em guerra, de carabinas embaladas, os porões foram abertos, e, à luz de um sol amazonense, os 400 desgraçados foram guindados como qualquer coisa, menos corpos humanos, e lançados ao barranco do rio. Eram fisionomias esguedelhadas, mortas de fome, esqueléticas e nuas, como lêmures das antigas senzalas brasileiras. As roupas esfarrapadas deixavam ver todo o corpo. As mulheres, então, estavam reduzidas às camisas. Imediatamente uma porção de seringueiros apresentou-se e foram escolhendo aos lotes os que mostravam restos de uma robustez passada.

E, assim, foram-se espalhando naquele solo de misérias e de morte, até que ficaram reduzidos a 200, inclusive as mulheres, sendo então recolhidas aos acampamentos da Comissão. Estas, as mulheres, por determinação do Tenente Matos Costa, que assumiu o comando do contingente no dia seguinte, por havê-lo deixado o Tenente Borges, foram postas para fora e como lobas famintas entregaram-se à prostituição, para o sustento do corpo, e a estas horas talvez não sobreexista (sic) nenhuma.

[...] Dos que ficaram a serviço da Comissão, nem todos eram marinheiros, quase a metade era constituída de trabalhadores, operários, que foram prisioneiros durante o estado de sítio. Como não tivessem acomodações suficientes nos acampamentos da Comissão, estavam todos espalhados aos grupos de dois ou três em pequenas barracas de campanha, expostos às agruras das noites doentias, dormindo na umidade do solo, sem agasalhos nem defesa de mosquiteiros contra os anófeles das regiões palúdicas. Amanheciam sob os nevoeiros das friagens malditas, entregavam-se aos labores do dia curvados sobre os serviços mais brutos, nos rigores de uma

temperatura mínima de 39 graus centígrados, à sombra, sem alimentação compensativa [...]

[...] Para a fama que traziam, de haverem intimidado o Governo da República, esses homens criados à lei da natureza, educados na escola que ensina a obediência ilimitada ao superior hierárquico eram bons demais. Mas um dia chegou o desespero, e como não tivessem força para investir e esperar, apenas murmuravam. O murmúrio partiu dos que se achavam acampados em Vila Nova, a três quilômetros do Acampamento Henrique Dias [...] Para ali se dirigiu o comandante 1º Tenente Matos Costa, trazendo os prisioneiros. No trajeto dois deles foram fuzilados pelo mesmo oficial a tiros de pistola Mauser, sendo os seus corpos atirados a pontapés para dentro do mato e, no acampamento geral, um terceiro foi também passado a fuzil, em presença de todos, para que servisse de exemplo como diziam. Esse fato aconteceu em 18 de fevereiro de 1911.

O Tenente Costa fez espalhar que originou esse ato uma sublevação contra as vidas dos funcionários daquela seção de Vila Nova. Todos acharam-na extraordinária. Eu, sem querer protestar, frisei uma interrogativa, dizendo, como um prognóstico aos fatos que vemos hoje: 'se isto chegar até o Rio, tenente, explodirá muita coisa!'

Ele sorriu dizendo: 'Realmente, se contarem ao Barbosa Lima, ele fará publicar tudo. Mas... todos conhecem o Amazonas como lugar de doenças pavorosas e atestam logo 'beriberi ou paludismo' E desta maneira os outros todos foram dizimados ou pelas balas ou pela malária!

Por aí V. Excia. Pode fazer uma pequena idéia do que no Brasil representa aquele recanto da terra. É – aplicando a frase de Hall Caine – a sepultura dos suicidas da moralidade, a pátria dos proscritos. Ali impera o cinismo, o crime, o contrabando e todas as misérias da humanidade tem couto ali. Nessa mesma Comissão de que fiz parte, naquele mesmo lugar em que foram imolados os passageiros do navio-fantasma, também sofrem os soldados, que, recrutados em todos os Estados da União, com as mesmas basófilas de

futuro, vão servir de escravos a mando dos braços bordados de galões, chibateados de manhã à noite.<sup>239</sup>

Essa carta de Belfort de Oliveira é esclarecedora no sentido das ações praticadas dentro da Comissão Rondon por quem dirigia naquele momento a Seção do Norte e ela se aproxima do relato de Lobato Filho, quanto à chegada e o desaparecimento dessas pessoas que estavam a bordo do navio Satélite. E novamente afirmamos que esses assuntos eram absolutamente internos e que não constam de nenhum relatório oficial da Comissão, nem mesmo nos escritos posteriores a ela, como no caso dentre os inúmeros livros publicados por Amílcar Botelho de Magalhães. E se não temos as informações sobre esses passageiros do Satélite que foram “colocados” na Comissão, não temos como falar, sobre o que foi feito e qual a sorte das outras mais de duzentas pessoas que foram deixadas no mesmo dia à própria sorte naquele recanto do país. Mas podemos insinuar seus rastros.

Quanto ao radiograma que Belfort Oliveira faz referência no início do seu relato, sobre a contratação de parte dos prisioneiros, pela Comissão junto à Seção do Norte, não pudemos encontrar esse documento.<sup>240</sup>

## **O descompasso dos números**

Mas há ainda mais registros. Temos a intervenção do Dr. Joaquim Augusto Tanajura, que no ano de 1911 estava novamente trabalhando na Seção do Norte, e em suas anotações médicas, nos oferece um breve sinal dos acontecimentos daquele trecho da linha. Omite, porém, qualquer informação maior sobre os passageiros do Satélite, número de desaparecimentos no Acampamento Henrique Dias ou da situação em Vila Nova. Ele falou de sessenta doentes recolhidos a uma

---

<sup>239</sup> Apud Edmar Morel, op. cit., p.172-177.

<sup>240</sup> Edmar Morel, op. cit., p. 173.

enfermaria improvisada no início da linha do telégrafo, no mês de março do ano em questão: “Por esse tempo o beribéri grassou com intensidade entre esses doentes, em sua maioria ex-marinheiros, fazendo algumas vítimas.”<sup>241</sup>

Sobre esse mesmo período Foot Hardman nos traz uma passagem do médico João Florentino Meira de Faria, também membro da Comissão Rondon que relata aspectos da vida dos trabalhadores:

[...] o que se sabe é que muitos deixam seus sertões do norte e que poucos voltam a eles! [...]  
Foram as febres, foi o beribéri! [...]  
Não! [...]  
Culpe-se antes a mais monstruosa e absurda organização do trabalho que se possa imaginar.<sup>242</sup>

Da mesma forma na Expedição Roosevelt-Rondon em 1913-1914 o capitão médico José Antonio Cajazeira relata que as condições de insalubridade na região do Vale do Rio Madeira, aliadas ao peso das condições de trabalho eram determinantes para o enfraquecimento dos trabalhadores. Segundo ele os:

Indivíduos achavam-se todos submetidos a trabalhos excessivos, mourejando arduamente durante 16 horas por dia, consecutivamente, por espaço de cinco meses. [...] os homens, além de remarem horas e horas seguidas, ainda tinham que transportar cargas, arrastar canoas por terra ou passá-las nas cachoeiras, sempre com grande canseira. [...] mal nutridos e mal dormidos, pela natureza dos trabalhos expedicionários.<sup>243</sup>

---

<sup>241</sup> Brazil Railway Company, *Saneamento da bacia do Madeira: construção de estradas de ferro em regiões insalubres, documentos oferecidos aos médicos e engenheiros do Brasil*. Rio de Janeiro: s/ed., 1913, p. 131-145.

<sup>242</sup> Apud Francisco Foot Hardman, op. cit. 1988, p. 245.

<sup>243</sup> Expedição científica Roosevelt-Rondon, *Relatório apresentado ao chefe da Comissão Brasileira Cel. de Engenharia C. M. da S. Rondon* pelo médico da expedição Dr. José Antonio Cajazeira, capitão médico do exército, 1916, p. 87 e 108.

O Médico José Antonio cajazeira defendia o saneamento da região, bem como os estudos científicos sobre as doenças e sua profilaxia e seu relato nos dá uma idéia de como eram os dias dos trabalhadores que compunham a expedição científica Roosevelt Rondon, o que nos insinua também as condições nas outras frentes de trabalho da Comissão. Com relação aos assuntos internos e trabalhadores desse trecho da linha, na Seção do Norte, no livro Missão Rondon encontramos informações sobre baixas entre os anos de 1911 e 1912. Segundo o autor:

[...] Em 1911 foi a chefia dessa Seção entregue ao Capitão Nestor Sezefredo Passos, o qual também em pouco tempo teve de se retirar, por motivo de doença. Ainda no mesmo ano foi este posto ocupado pelo Tenente Sebastião Pinto da Silva, que reorganizou os trabalhos e atacou a locação, abrindo um picadão de 50 metros de largo, na parte mais difícil dos trabalhos na floresta, com o qual atingiu o Jamari, ao fim de 53 quilômetros. Daí o mesmo oficial continuou em demanda do ponto em que depois foi locada a estação de Caritianas, mas só conseguiu chegar, em fins de 1912, ao lugar chamado Torno Largo, colocado a 80 quilômetros de distância da estação anterior. Durante esses dois anos o estado sanitário da Seção, que já estava e continuou aos cuidados do Dr. Tanajura, manteve-se em muito boas condições. Houve só que lamentar a perda de cinco trabalhadores, dentre 250 que eram; um, porém, morreu de desastre, ao derrubar uma árvore [...] <sup>244</sup>

Essas informações contidas no livro Missão Rondon estão também presentes em parte, no 3º volume dos relatórios produzidos por Cândido Rondon, quanto aos trabalhos executados pela Comissão. Nesse volume há o relato do 1º Tenente Sebastião Pinto da Silva, que informa:

Nomeado pela portaria de 22 de novembro de 1910 só tomei posse do cargo em 17 de fevereiro de 1911. [...] Neste mesmo

---

<sup>244</sup> Missão Rondon, op. cit., p. 217–218.

dia segui para o acampamento de Henrique Dias e por falta dos respectivos proprietários que se haviam ausentado por motivo de saúde, passei a responder pelo expediente do Chefe da Seção do Norte, bem como pelo do Comandante do Contingente.

Dos funcionários da Seção só encontrei o Sr. Dr. Tanajura e algumas praças e trabalhadores civis com os organismos bastante depauperados. Imediatamente providenciei para a retirada das praças e dispensa de alguns trabalhadores doentes afim de desfazer em parte a má impressão e a perniciosa influencia sugestiva que aos recém vindos pudesse causar o estado lastimável que aparentavam de modo a não contribuir para abater o mal daqueles que daqui já partiam com a expectativa e quase certeza de encontrarem um habitat incompatível com as mais rudimentares condições da existência humana [...]

Durante o tempo em que dirigi os trabalhos de centenas de homens só tivemos a infelicidade de perder dois voluntários regionais e três diaristas sendo que um destes faleceu em consequência de um desastre na derrubada de um pau[...] <sup>245</sup>

Esses dois últimos registros são muito intrigantes, porque discordam intensamente de outros registros a respeito do mesmo lugar, do mesmo período e sobre as mesmas pessoas e discordam também dos quadros já apresentados no capítulo anterior. Contudo, como disse Michel Foucault “os documentos que reuni aqui são homogêneos; e eles correm sério risco de parecerem monótonos. Todos, entretanto, funcionam no disparate”<sup>246</sup>. Isso mesmo. Esses documentos que reunimos nesse trabalho funcionam também, no disparate, naquilo que dizem, mas ao mesmo tempo, no que escondem, ou simulam, ou silenciam. E a pergunta que fazemos é: são inverdades? Nesse sentido podemos pensar no que nos diz Foot Hardman:

---

<sup>245</sup> Relatório apresentado à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Telégrafos. 3º volume, op. cit., p. 291-293.

<sup>246</sup> Michel Foucault, op. cit., 2003, p. 218.

[...] contrato dos mais perversos esse, em que os donos da pretensa razão modernizadora e progressista podem eleger a grande fábrica de mentiras como única patente confiável para se governar os irracionais. Mentiras assim: espontâneas, cometidas por instinto de racionalidade ou por razão do Estado. [...] Por apego à sociedade dos homens razoáveis. À loucura da normalidade e ao jogo paranóico do poder. Pequenos assassinatos inconfessáveis da memória: racionalmente mentirosos.<sup>247</sup>

### **Modernizar era preciso!**

Os fatos narrados por Lobato Filho, por Belfort de Oliveira e focalizados nesses dois textos, retirados do livro *Missão Rondon* e do 3º volume dos relatórios produzidos por Cândido Rondon e os quadros que apresentamos no terceiro capítulo, frutos da documentação interna do Escritório Central, nos remetem aos acontecimentos da vida cotidiana dentro da Comissão e nos colocam perguntas e muitas desconfianças sobre os números que Cândido Rondon e seus pares divulgavam. Foot Hardman, em seu livro - *Trem fantasma a modernidade na selva* -, por sua vez, descortina inúmeras paisagens que convergem para a estrada de ferro Madeira Mamoré e muitas delas servem, também, para a Comissão Rondon, fazendo o leitor compreender os passos que o “progresso”, a “civilização”, a “modernidade” e o preenchimento de “vazios” ocupavam no imaginário da elite brasileira, provocando com isso situações limites para o ser humano.

Se analisarmos, o grande projeto da ferrovia Madeira Mamoré e a Comissão Rondon são dois casos de emprego de mão-de-obra numerosa, porém silenciada como Foot Hardman afirma: “[...] exército de proletários nômades recrutados nas franjas periféricas do sistema”<sup>248</sup>. Por tudo isso, compreender o projeto de devassamento dos sertões, pela Comissão Rondon, notadamente, os do noroeste

---

<sup>247</sup> Francisco Foot Hardman, op. cit., 1998, p. 128-129.

<sup>248</sup> Francisco Foot Hardman, op. cit., 1988, p. 120.

do Brasil, da perspectiva dos trabalhadores e dos custos humanos que este projeto acarretou, implica em analisarmos as representações das elites sobre estes espaços. Espaços estes, vistos como devendo passar pelo processo civilizatório, e o lugar reservado, neste universo de representações, aos trabalhadores que tornaram possíveis, com seu suor e muitas vezes com as suas vidas, a implementação desses projetos civilizadores.

Sabemos que o projeto de modernizar a Nação e construir uma cultura brasileira com identidade própria implicou em “apagar os rastros da violência sob a forma de massacre, batismo silenciador”<sup>249</sup>, ou esquecimento de determinados fatos e personagens. Entre negros, pobres, índios, analfabetos, muitos se perderam e jazem no abandono. Em nome deste projeto, o poder do Estado foi inexoravelmente aplicado, por exemplo, em Canudos nos anos 1896/1897<sup>250</sup>, na Revolta da Chibata em 1910, da Vacina em 1904<sup>251</sup>, no Contestado de 1912-1915<sup>252</sup>, por se tratarem, no entendimento das elites, de “tumores a serem extirpados”. Segundo José Murilo de Carvalho:

Canudos, Contestado, e mesmo o Juazeiro do padre Cícero, eram modelos alternativos de república. Apesar de inviáveis por serem produtos do isolamento geográfico e da imensa distância cultural entre a população e o mundo oficial, essas repúblicas foram destruídas a ferro e fogo e só deixaram traços na memória popular. A exceção foi Canudos, que foi imortalizado por Euclides da Cunha, não por acaso um intelectual estranho no ninho deles. O grosso do povo excluído era mantido sob controle pela própria organização social do mundo rural, baseada na grande propriedade. O povo eleitoral era enquadrado pelos mecanismos de cooptação e

---

<sup>249</sup> Francisco Foot Hardman, op. cit., 1998, p. 126.

<sup>250</sup> Euclides da Cunha, *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

<sup>251</sup> Caso peculiar, no sentido de que, também neste episódio, a repressão foi dura. As pessoas que foram presas culpadas ou não, foram enviadas para o Acre, sem direito a defesa. Cf. Margarida de Souza Neves, *A ordem é o progresso: O Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991, p. 64. Sobre a Revolta da Vacina ver também Nicolau Sevcenko, op. cit.

<sup>252</sup> Sobre esse episódio ver Jacqueline Hermann, *Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado*, In: Jorge Ferreira e Lucília e Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.123–160.

manipulação. O povo da rua era quase sempre tratado à bala, nas cidades ou no campo.<sup>253</sup>

O ideário que norteava a República brasileira assentava-se na concepção de modernidade que anunciava para o século XX, mesmo que fosse na aparência, porque continuávamos agrários por excelência, o que fazia nossa economia geradora de desigualdades. Os protagonistas do regime seriam no campo espiritual, os próprios positivistas, no campo material os empresários. O povo era massa inerte e analfabeta a ser tratada, corrigida e civilizada e o dever do povo, ou dos trabalhadores, era trabalhar<sup>254</sup>. Conforme Nicolau Sevcenko:

[...] Daí os pobres, os miseráveis, os membros de seitas místicas, os Conselheiros; teimando em permanecer arcaicos numa República que se pretendia moderna. Este era o caráter contraditório da nossa pretensa modernização republicana: modernização de idéias, de aparências, entrando em choque com um sistema econômico anacrônico na sua base. Contra os que teimavam em ser ultrapassados, os pobres que ainda existiam apesar da aparência que os ocultava, só restava a alternativa do extermínio: não existia lugar para eles no ideário da República. Não foi a única batalha do “progresso” na história republicana, mas os resultados respeitaram quase invariavelmente a sua essência excludente.<sup>255</sup>

Exclusão e silêncio é o resultado trágico que se tem ao focalizar os trabalhadores da Comissão Rondon, que, quando muito, figuram nos relatórios como “um contingente de indesejáveis”, “escória social” (Amílcar Botelho de Magalhães), entre tantos outros adjetivos. Consideramos que este silêncio encontra parte de sua explicação nestas mesmas representações, compondo suas mil e uma faces, e que, autorizam seus autores a tratar estes homens como descartáveis. Úteis como força de trabalho a ser explorada, mas inúteis e indesejáveis dentro do pretenso processo modernizador republicano colocado em prática no Brasil, no final do século XIX e

---

<sup>253</sup> José Murilo de Carvalho, O pecado original da República. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 1 (5): 20-24, nov. 2005.

<sup>254</sup> Idem, p. 24.

<sup>255</sup> Nicolau Sevcenko, op. cit., 1994, p. 9.

início do XX. E, desse modo, eles se tornaram descartáveis também na escrita da História, massa anônima de despossuídos, relegados ao esquecimento e ao silêncio.

E nesse sentido o poema de Bertolt Brecht diz muito:

Perguntas do operário que lê:  
Quem construiu a Tebas das Sete portas?  
Nos livros constam os nomes dos reis.  
Os reis arrastaram os blocos de pedra?  
E a Babilônia tantas vezes destruída.  
Quem a ergueu outras tantas?  
Em que casa da Lima radiante de ouro  
moravam os construtores?  
Para onde foram os pedreiros  
na noite em que ficou pronta a muralha da China?  
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.  
Quem os levantou?  
Sobre quem triunfaram os césaes?  
A decantada Bizâncio só tinha palácios  
para seus habitantes?  
Mesmo na legendária Atlântida,  
na noite em que o mar a engoliu,  
os que se afogavam gritavam pelos seus escravos.  
O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
Ele sozinho?  
César bateu os gauleses.  
Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?  
Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou.  
Ninguém mais chorou?  
Frederico II venceu a Guerra dos Sete anos.  
Quem venceu, além dele?  
Uma vitória em cada página.  
Quem cozinhava os banquetes da vitória?

Um grande homem a cada dez anos.

Quem pagava suas despesas?

Tantos relatos.

Quantas perguntas.

(Bertolt Brecht)

Toda a pesquisa é de certa forma, uma aventura e foi com essa perspectiva que começamos esse estudo sobre os trabalhadores que constituíram a mão-de-obra da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas entre os anos de 1907 a 1915. Centenas de homens, trabalhadores da Comissão, silenciados de um lado e adjetivados sempre muito negativamente de outro, foi assim que os encontramos. Silenciados nos inúmeros relatórios oficiais publicados, o pouco que localizamos deles nessa documentação dizia respeito aos chamados de revoltosos. Adjetivados muito negativamente nas publicações de Amílcar Botelho de Magalhães, também encontramos apenas os nomes dos chamados revoltosos. Situação instigante que aos poucos foi desvelando uma face oculta da história das linhas telegráficas e da Comissão: quem eram esses trabalhadores? Quantos eram? Por que o silêncio a seu respeito? Por que as qualificações negativas? Foram essas perguntas que impulsionaram a princípio a pesquisa.

Para podermos responder a essas questões ou pelo responder parte delas, fizemos uma incursão nos trabalhos acadêmicos acerca da Comissão Rondon. Livros publicados e teses, bem como relatórios oficiais publicados e não publicados pela Comissão foram nosso alvo. Após a análise conjuntural das fontes que reunimos, foi possível lançar luz acerca dos trabalhadores da Comissão, com a intenção de diminuir a carência de informações existentes. O silêncio, a violência, a exclusão e as adjetivações negativas, sob diversas formas, permearam como fio condutor todo o trabalho.

Para uma percepção mais apurada da presença desses trabalhadores analisamos a estruturação da Comissão Rondon para a instalação da malha telegráfica no estado de Mato Grosso. Paralelamente à instalação do telégrafo foram efetuadas diversas pesquisas, dentro de um ponto de vista de exploração científica do território, por profissionais renomados, que efetuaram um levantamento diversificado das riquezas existentes, no âmbito da zoologia, geografia, mineralogia, geologia, topografia, meteorologia, astronomia, bem como etnografia. Essas ações faziam parte do esforço do governo federal para o reconhecimento de Mato Grosso,

a facilitação da comunicação com a capital federal e efetivamente a tomada de posse desse território, já que a porção norte do país passava por um momento de efervescência econômica devido à exploração dos seringais.

A organização dos trabalhos agrupou a sua volta profissionais renomados para a efetivação das pesquisas científicas e para o melhor aproveitamento possível desses estudos, bem como para facilitar a comunicação da Comissão, dos funcionários e destes com o próprio Cândido Rondon, foi instalado no Rio de Janeiro o Escritório Central. Este escritório foi o ponto de convergência de todos os setores da Comissão. Estruturado em três seções: expediente, contabilidade e cartografia/desenho, o Escritório Central foi chefiado por Amílcar Botelho de Magalhães entre os anos de 1914 e 1922. Botelho de Magalhães acompanhava toda a movimentação do pessoal da Comissão, tratava da comunicação entre os funcionários e a chefia, da publicação dos trabalhos em relatórios e do envio à imprensa das informações sobre o andamento dos trabalhos.

Demonstramos no primeiro capítulo e no decorrer deste estudo a atuação de Botelho de Magalhães no sentido de enaltecer os trabalhos efetuados pela Comissão em Mato Grosso e principalmente seu esforço em preservar a imagem da Comissão e de Cândido Rondon. Reconhecemos ser dele a construção de um discurso que legitimou as ações a Comissão, criando em torno dela e de Rondon o culto ao herói que estão presentes até os dias de hoje.

Outro ponto importante que encontramos na história da Comissão Rondon é a utilização da fotografia e da cinematografia. A produção de imagens visuais pela Comissão foi também considerada como outras atuações científicas e tinha o caráter estratégico da ampliação do raio de visão das imagens da realidade da *hinterlândia* do Brasil. Nas fotografias produzidas pela Comissão encontramos os trabalhadores em centenas delas. Eles faziam parte da cena, da luta titânica do homem em relação a natureza inóspita, porém, apenas como figurantes do espetáculo. A publicação dessas imagens, os discursos, os relatos sobre os trabalhos efetuados criaram uma opinião favorável junto ao público era o avanço da “civilização” sobre esse espaço geográfico chamado Mato Grosso.

Tratados como “A classe baixa da nação” (Amílcar Botelho de Magalhães) trouxemos o silêncio a que foram relegados os trabalhadores, e como foram tratados como homens infames, numa aproximação sutil com *la vie des hommes infâmes*, do clássico texto de Foucault. Qualificados como inferiores, como uma “avalanche

de indesejáveis” (Amílcar Botelho de Magalhães), foram meros figurantes do espetáculo maior do processo de exploração científico/civilizatório promovido pela Comissão e Cândido Rondon. Analisamos como a fome rondava os acampamentos e as como jornadas diárias de trabalho eram extenuantes. Como as deserções e as resistências provocavam a utilização dos castigos físicos por parte dos comandantes das frentes de trabalho.

O contato com as fontes primárias demonstrou as discrepâncias encontradas entre a documentação oficial publicada da Comissão Rondon e os relatórios internos do Escritório Central. Nas publicações oficiais o número de falecimentos foi sempre subestimado, para manter a boa imagem da Comissão e de Cândido Rondon, mas a documentação interna demonstrou que as mortes se davam em números alarmantes.

## **Cândido Mariano da Silva Rondon e suas Comissões e alguns acontecimentos no Brasil** <sup>256</sup>

### **Cândido Mariano da Silva Rondon**

**Nascimento:** 05 de maio de 1965

**Falecimento:** 19 de janeiro de 1958

**Diplomação:** Engenheiro Militar

Bacharel em Matemática e Ciências Físicas Naturais

**Naturalidade:** Mimoso – Distrito de Santo Antônio de Leverger – Mato Grosso

**Primeiras Letras:** Em Mimoso, com o ex-sargento da Guerra do Paraguai Jacinto Heliodoro de Almeida, numa escola fundada para ensinar aos filhos de proprietários de terras.

**Primário:** 1873 – Escola particular do mestre Cruz em Cuiabá. 1874: escola Pública do Professor João Batista de Albuquerque. 1878: Escola Pública do Mestre Chico, onde conclui o primário.

**Normal:** 1879/1881: escola Normal (transformada, em 1880, em Liceu Cuiabano), completando o curso com distinção e louvor.

**Escola Militar:** 1883 – matricula-se para todos os exames do Externato Pedro II, prestando os de Português e Geografia em função do não-reconhecimento da validade dos diplomas de Cuiabá.

- Em função de pressões políticas, foi adido como praça à escola Militar, caso em que encontravam outros quase (ou mais) duzentos indivíduos.
- Cursa o primeiro ano do Curso de Preparatórios.
- Pede os exames do 2º e 3º anos, fazendo-os e sendo aprovado.
- 1884: matricula-se no curso superior da Escola Militar, cursando o primeiro ano de Infantaria e Cavalaria.
- 1885: 2º ano. Toma contato, na qualidade de seu professor de Cálculo Diferencial e Integral e de Geometria Analítica, com Benjamin Constant

---

<sup>256</sup> Esta cronologia foi elaborada a partir do livro de Esther de Viveiros, op. cit., do artigo de Cláudio Moreira Bento, Marechal Cândido Rondon: o Guerreiro da Paz, op. cit. e artigo de Antonio Carlos de Souza Lima, op. cit., 1990.

Botelho de Magalhães, tendo como repetidor o Capitão Tromposwki. Perde o ano em função de doença não diagnosticada e da qual se cura inexplicavelmente, não sendo expulso por intervenção do Coronel. Costalat.

- 1886: Cursa o 2º ano novamente.
- 1887: 3º ano da escola Militar, quando completa o curso de Matemática Superior com Mecânica Racional, sob a regência do Professor Manoel Cursino Peixoto do Amarante, comandante do corpo de alunos.
- 1888: promovido, em 4 de julho, a Alferes-aluno.
- Tirou o curso de Estado Maior de Primeira Classe, estudando Astronomia com o Major Oliveira.
- Transferido para a Escola Superior de Guerra, para a qual não foram os alunos cadetes.
- Estuda Matemática Superior e Alemão com Benjamim Constant.
- 1890: Desligado da escola Superior de Guerra com título de Engenheiro Militar e o diploma de Bacharel em matemática e Ciências Físicas e Naturais. Já engajado na Comissão Construtora de Linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, pratica astronomia, sob a supervisão de Henrique Morize, no Observatório Nacional.

### **Cargos, Postos e Comissões**

- Nomeado ao se formar em 1881, Professor Primário, cargo que não exerceu.
- 1881: Assentou praça, juntamente com outros colegas cuiabanos, com fito de ir ao Rio de Janeiro, para a Escola Militar, recusando o perfilhamento pelo tio que o criara, Manoel Rodrigues da Silva. Posteriormente este colocaria o nome Rondon, ao final, de forma a distinguir de um homônimo. Praça verificada em 26.11.1881, no 3º Regimento de Artilharia a cavalo, Quartel do antigo Acampamento Couto de Magalhães, em Cuiabá.
- 02.12.1881: sai de Cuiabá, chegando ao Rio de Janeiro a 31.01.1882.
- Em 1881: A Igreja Positivista do Brasil é fundada no Rio de Janeiro, por Miguel Lemos.

- 1882: Adido ao 2º regimento de Artilharia a cavalo, inicia a instrução de recruta, incluindo-se na 4ª Bateria do Regimento, sob o comando do então capitão Hermes da Fonseca. Cargo: Em função da escolaridade e da letra – Amanuense da Secretaria do Regimento. Cargo: Amanuense do Quartel Mestre General.
- 1885: É introduzido no positivismo por Benjamin Constant.
- 23.12.1889: Nomeado Ajudante do major Antonio Ernesto Gomes Carneiro, na Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, que desejava um ajudante de Mato Grosso. Provavelmente por indicação do Cel. Amarante, de quem Gomes Carneiro era amigo, partindo para Mato Grosso em 06.03.1890. Posto: Passa a 1º Tenente de Estado Maior de 1ª Classe, promoção fruto de medida sugerida pelo Eng. Militar Serzedelo Correia, que beneficiou a todos os participantes na República, na qual Rondon tomara parte como elemento de ligação entre Marinha e Exército e comandando a 4ª seção da 4ª Bateria do 2º Regimento de Artilharia, sob o comando do Capitão Hermes da Fonseca.
- Nomeado, pouco depois, por indicação de Benjamin Constant, Lente Substituto da 1ª Seção da Escola Militar, cargo vitalício, só assumindo ao término da Comissão.
- 30.04.1891: Assume a Chefia da Comissão na ausência de Gomes Carneiro, passando-as posteriormente ao Capitão Assunção, que chefiaria a linha telegráfica como “Inspetor de Primeira Classe dos Telégrafos”.
- 04.03.1891: Mandado recolher ao Rio de Janeiro para receber o cargo na Escola Militar, que assume em 01.07.1891.
- Sobe ao posto de Major em Comissão.
- Regente da Cadeira de Astronomia e Repetidor de Mecânica Racional, devendo substituir o Lente de Matemática Superior quando este faltasse.
- 1892: Casa-se com Francisca Xavier, no Rio de Janeiro.
- 1892: Por empenho de Gomes Carneiro em estabelecer a ligação telegráfica entre o Rio de Janeiro e Cuiabá, é nomeado, pelo Ministro da Viação, chefe do Distrito Telegráfico e, pelo Ministro da Guerra, Inspetor Geral dos destacamentos do Sertão. Em função do cargo é rebaixado do posto de Major em comissão para o posto de Capitão.

- 06.03.1892: Assume as tarefas da reconstrução da linha telegráfica de Cuiabá ao Araguaia e de construção da Estrada Estratégica em função das tensões crescentes na relação Brasil-Argentina, tornando-se chefe do 16º Distrito Teleográfico.
- 1893: Eclode a revolta da Armada no Rio de Janeiro. Inicia-se a Revolução Federativa no Rio Grande do Sul. Começo da Guerra de Canudos, no sertão da Bahia.
- 1894: Acusado pelo Capitão Távora, comandante do 8º Batalhão, por praticar medidas disciplinares e métodos de trabalho excessivos, (castigos físicos, que são tratados como métodos do Conde de Lipe), o que redundaria em Conselho de Guerra, o qual se estendeu até janeiro de 1895, que acabou sendo arquivado como improcedente.
- 1895: Normalizadas as relações com a Argentina, é suspensa a construção da Estrada Estratégica.
- 1898: Torna-se membro da Igreja Positivista no Rio de Janeiro.
- 1898: Após atrito com o Diretor Técnico da Repartição Geral dos Telégrafos, Dr. Weiss, resolve pedir exoneração do posto de chefe do 16º Distrito Teleográfico, sendo solicitado seu retorno pelo Ministro da Guerra.
- 1899: Nomeado auxiliar técnico da Intendência Geral da Guerra.
- 1900: desliga-se da Intendência da Guerra em função da reativação de um projeto anteriormente tentado de construção da linha telegráfica entre Cuiabá e Corumbá.
- Eclode a revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro.
- 1900 a 1906: Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no estado de Mato Grosso.
- 1903: Promovido a Major.
- No ano de 1906 é chamado pelo Presidente Afonso Penna que lhe indaga da viabilidade da extensão das linhas telegráficas para os territórios do Acre, Purus e Juruá, e lhe propõe a Comissão. Recusa ofertas anteriores de Teixeira Soares para estudar o traçado de prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e de Miguel Calmon du Pin e Almeida, então Ministro da Viação, para a construção do Porto de Corumbá.
- 1907: Inicia-se a construção da Estrada de ferro Madeira Mamoré.

- 18.02.1907: Posto à disposição do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas.
- 23.02.1907: Desliga-se da Direção de Engenharia para assumir a chefia da Comissão Construtora de Linhas telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, sendo nomeado engenheiro-chefe do distrito a 04.03.1907, constituindo-se o 5º Batalhão de Engenharia em núcleo principal da Comissão, para serviços de construção, transporte e vigilância.
- 1908: Promovido a Tenente Coronel.
- 1909: Rondon conclui uma expedição de sete meses de exploração das terras entre os rios Juruena e Madeira – Junho a dezembro.
- 23.02.1909: Passa a acumular, a partir de telegrama do General Guatemosin, as funções de Chefe da Comissão e Comandante do 5º Batalhão de Engenharia.
- 02.03.1910: carta ao Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, convidando-o para fomentar e dirigir a catequese que o Governo da República deliberou empreender. Respondida por carta de Rondon, datada de 14.03.1910, em que dá os pontos de seu programa para estruturação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado pelo decreto nº 8072 de 20.06.1910.
- 1910: criação do Escritório Central da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, no Rio de Janeiro, que estaria responsável pela elaboração de relatórios, mapas e pela divulgação dos feitos da Comissão Rondon.
- Eclode a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, mais conhecida como Revolta da Chibata.
- 1911: Em viagem à região dos conflitos entre trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e índios Kaingang, prepara para os planos da pacificação, que posteriormente seria levada a cabo.
- 1912: Promovido a Coronel.
- 1912: Conclusão da obra da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Fim do ciclo da borracha na região amazônica. Começo da Guerra do Contestado, em Santa Catarina. Carlos Chagas realiza uma expedição para a região amazônica a fim de analisar as condições médico-sanitárias locais.

- 04.10.1913: recebe telegrama dos Ministros da Guerra, Viação e Exterior sobre sua escolha para organizar a comissão que deveria acompanhar o ex-presidente americano Theodor Roosevelt em expedição à *hinterlândia* do Brasil, com o objetivo de recolher exemplares da fauna e de estudá-la para o American Museum of natural History de Nova York.
- 1915: Inauguração dos 1500 quilômetros da linha telegráfica Cuiabá – Santo Antonio do Madeira, em 01 de janeiro. Concluída a linha telegráfica, preparou-se para entregá-la quando o Ministro da Viação lhe diz que não possuía nem pessoal nem recursos para mantê-la. Continuando sob a jurisdição do Exército, Rondon passa a fiscalizá-la.
- Fim da Guerra do Contestado. Promulgação do primeiro Código Civil Brasileiro, que declarava os índios “relativamente incapazes” de exercer os direitos civis.
- 1918: Encarrega-se de concluir levantamento para a conclusão da Carta de Mato Grosso.
- 1919: Conclui sua exploração do noroeste do Brasil.
- 20.06.1919: Por decreto é nomeado Diretor de Engenharia do Ministério da Guerra sob a administração de João Pandiá Calógeras, para chefiar uma campanha nacional de construção de modernos quartéis e bases militares.
- 30.09.1921: Designado para servir à Missão Militar Francesa, a chegar em outubro do mesmo ano, tendo recebido instruções especiais sobre tudo que então cogitara a Escola de Estado Maior como o essencial para formar generais, por indicação do General Gamelin, chefe da Missão.
- 1922: Participa comandando uma grande unidade, da primeira manobra de tropa com a participação de unidades de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Aviação, comandada pelo General Gamelin.
- Outubro de 1921: Convidado pelo Senador Raul Soares para arbitrar a autenticidade ou falsidade das cartas imputadas a Arthur Bernardes, candidato à presidência, na qual se fazem referências desairosas ao Exército. Recusa, excusando-se sob os princípios doutrinários e pessoais que o afastavam total e completamente de tudo que fosse política.
- 1922: Recusa-se a participar do golpe visando impedir a subida de Arthur Bernardes ao poder, para o qual é convidado pelo Capitão Manuel Rabello.

- Outubro de 1922: Além de inspecionar as Linhas telegráficas, estendendo-as para sul, no Mato Grosso, foi designado para inspecionar as obras da seca no Nordeste, juntamente com o Deputado Ildefonso Simões Lopes e o Dr. Paulo Moraes e Barros, sendo ele o chefe.
- 1923 e 1924: Continuidade das obras de Engenharia Militar e das Linhas Telegráficas.
- 1923: Promovido a General de Divisão.
- 25.09.1924: Designado para reprimir os rebeldes que, vencida a revolução de São Paulo, tinham passado sob o comando de Isidoro Dias Lopes, para os estados do Paraná e Santa Catarina.
- 12.06.1925: Extingue este comando, retornando ao Rio de Janeiro.
- Retorna à inspeção de Linhas Telegráficas ao mesmo tempo em que é designado para comissões diversas, como representar o Exército nas festas da Independência do Uruguai, e também no 8º Congresso de Geografia, no Espírito Santo.
- Toma parte em manobras do Exército; trata de questões relativas à prorrogação do contrato da estrada de ferro Noroeste do Brasil; defende os interesses da estrada do Norte de Mato Grosso.
- 1927: Por ofício do General Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra é comunicado que o Ministro o designara para proceder a minuciosa inspeção das fronteiras do país, para estudar as condições de seu povoamento e segurança acumulando com a inspeção de linhas.
- Entre 1927 e 1934: Primeira Campanha – Fronteiras com a Guiana Francesa, Inglesa e sul da Venezuela.

Parte para a inspeção nas fronteiras acima – 2ª campanha – Incorpora ao acervo da Inspeção de Fronteiras o da antiga Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas.

Parte para a inspeção das fronteiras – Venezuela, Colômbia, Bolívia e sul Paraguai, Argentina e Uruguai, que chama de 3ª campanha, passando pelo interior do Brasil até chegar a Manaus, de forma a inspecionar a Fundação Ford a pedido do Ministro e visitando as unidades do SPI por onde passou.

Os acontecimentos de 1930 se dão quando está retornando da fronteira com a Argentina e seguindo para o Rio Grande do Sul.

Preso, é convidado a participar por Oswaldo Aranha e mais uma vez por seus amigos, que são simpatizantes da Revolução.

Em função de críticas do Tenente Juarez Távora por entrevistas, em que foi chamado de “dilapidador dos cofres públicos, a distribuir pelo sertão bruto linhas telegráficas aos índios, para lhes servir de brinquedo”, acabou sendo preso.

- Em 07.11.1930: É posto em liberdade, pedindo sua demissão a 22 de novembro, do cargo de Inspetor de Fronteiras.
- 25.11.1930: Em encontros com o Diretor dos Telégrafos ficou sabendo que o Ministro da Viação ordenara a suspensão dos serviços da Comissão de Linhas Telegráficas, nomeando uma Comissão para receber o acervo do 3º Distrito Telegráfico.
- Até 1934 trabalha nos relatórios sobre as fronteiras.
- Entre 1934 a 1938: Comissão Mista Peru, Colômbia e Brasil para a resolução dos conflitos entre os dois primeiros países na região de Letícia.
- 27.12.1939: Assume a Presidência do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas. Estava então com 74 anos de idade.
- 1951: Instituição do Dia do Índio no Brasil.
- 1952: Conclusão, por Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, do mapa oficial de Mato grosso baseado no levantamento do noroeste brasileiro feito por Cândido Rondon.
- 1952: Cândido Rondon apresenta ao presidente da República o projeto de criação do Parque do Xingu.
- Sob inspiração direta de Rondon, Darcy Ribeiro funda o Museu do Índio. Cândido Rondon participa da inauguração.
- 1955: A Câmara dos deputados e o Senado Federal, em sessão conjunta conferem-lhe a patente de Marechal do Exército Brasileiro. O território do Guaporé é rebatizado de Rondônia.
- 1956: Em 17 de fevereiro, o território de Guaporé recebe o nome de Rondônia.
- 1958: Morre no Rio de Janeiro, aos 92 anos de idade.

**Documentos sobre Cândido Mariano da Silva Rondon, Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso e Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.**

Este é um catálogo de fontes acerca de Cândido Mariano da Silva Rondon, bem como da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas e da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso contidas em 06 acervos existentes na cidade de Cuiabá, bem como informações sobre o acervo existente na Biblioteca Marechal Rondon no Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro. É um pequeno Levantamento biográfico sobre Cândido Mariano da Silva Rondon nas Bibliotecas do Museu do Índio e do Museu Nacional

A finalidade desse catálogo é solidarizar com outros pesquisadores, informações sobre a documentação existente, principalmente na cidade de Cuiabá, facilitando assim, futuras pesquisas. Para melhor situar a consulta estruturamos o catálogo pelas Instituições e em cada uma delas, a organização se deu por livros, teses e monografias e por periódicos, que englobam as revistas, os jornais e os relatórios.

**Coleção de Documentos sobre Cândido Mariano da Silva Rondon**  
**Arquivo Público de Mato Grosso**

**Periódicos**

Pelos nossos aborígenes - apelo ao Congresso Nacional pelo Sr. Cel. Candido Mariano da Silva Rondon e sua repercussão na Câmara dos deputados. CAT 153.

Relatórios diversos, ofícios, telegramas da Comissão Rondon enviados ao Presidente da Província de Mato Grosso – período 1915 a 1920. CAT 154.

Correspondências e recortes de jornais de 1953 a 1956. CAT 159<sup>a</sup>

Comissão Rondon: Rachycentridfe. S/d. CAT 160.

A Reação – Assumpção - 1902 a 1903. Rolo 038.

A Reação - Cuiabá – 1914. Rolo 040.

A Reação – Cuiabá – 1928 a 1929. Rolo 043.

A Reação – Cuiabá – 1912 a 1913. Rolo 071.

A Reação – Cuiabá – 1928 a 1929. Rolo 071

**Biblioteca Setorial Amidicis Diogo Tocantins**  
**Contém as coleções: Amidicis Diogo Tocantins, Gervásio Leite,**  
**Cesário Neto e Tongate Rodrigues**  
**Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso**

**Livros**

ALFREDO, Newton. **Rosas e ternura para o berço de Rondon.** Cuiabá: 1969. CAT 05014.

BANDEIRA, Alípio e outros. **Rondon.** Sem local, s/ed., s/data. CAT 05091.

BARBOSA, L. B. Horta. **O serviço de proteção ao índio e a história da colonização do Brasil.** Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1969. Obra rara. CAT 00841.

BOTELHO, Romeu. **Rondon: Pioneiro moderno.** Sem local, S/ed., s/data. CAT 05119.

CAJAZEIRA, José Antonio. **Expedição científica Roosevelt/Rondon.** Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1916. CAT 05132.

COUTINHO, Edilberto. **Rondon, o civilizador da última fronteira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. CAT 05215.

COUTINHO, Edilberto. **Rondon e a política indigenista brasileira no século XX.** São Paulo: PUC, 1978. CAT 00835.

DUARTE, Bandeira. **Rondon: o bandeirante do século XX.** São Paulo: Martins, 1941. Obra rara. CAT 05240.

GUIMARÃES, Julio. **Biografia de Rondon.** Rio de Janeiro: s/ed., 1968. CAT 05293

GUIMARÃES, Julio. **Rondon: o soldado pacificador.** Campo Grande: Tip. Pedro Alcântara, 1984. CAT 05294.

GUSMÃO, Clóvis. **Rondon.** Rio de Janeiro: José Olimpio, 1942. Obra rara. CAT 05296.

LINS, Ivan. **A obra educativa de Rondon.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1942. Obra rara. CAT 05358.

MACHADO, Othon Xavier de. **Conselho Nacional de Proteção aos Índios.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. CAT 05370.

MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. **Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Obra rara. CAT05170.

MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. **Rondon uma relíquia da Pátria.** Curitiba: Guaíra, 1942. Obra rara. CAT 05371.

MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. **Pelos sertões do Brasil.** Porto Alegre: Globo, 1930. Obra rara. CAT 05372.

MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. **Impressões da Comissão Rondon.** Rio de Janeiro: s/ed., s/data. Obra rara. CAT 05374.

MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. **A obra ciclópica do general Rondon.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1956. CAT 05375.

MATTOS, F. Jaguaribe de. **Rondon merecia o premio Nobel da paz.** Rio de Janeiro: s/ed., 1978. Separata. CAT 00819.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo.** Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1922. CAT 05568.

PAIVA, Mario Garcia de. **A grande aventura de Rondon.** Rio de Janeiro: INL, 1971. CAT 05484.

RIBEIRO, Alípio. **A Comissão Rondon e o museu nacional. Conferências realizadas em 1916.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1916. CAT 05537.

RIBEIRO, Darcy. **O indigenista Rondon.** Rio de Janeiro: ESG, 1958. Obra rara. CAT 05541.

RONDON, Frederico. **Pelos sertões e fronteiras do Brasil: sob as ordens de Rondon o civilizador.** Rio de Janeiro: Reper, 1969. CAT 00269.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta sua vida.** Rio de Janeiro: São José, 1958. CAT 05718.

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. **Pelos Sertões do Brasil.** Porto Alegre: Globo, 1930. Obra rara. CGL 00118 e CAT 05372.

## Periódicos

AMARAL, Afrânio do. **História Natural. Zoologia. Ofícios de Mato Grosso.** São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. CAT 05029.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Marechal Candido Mariano da Silva Rondon: Homenagem da Câmara dos Deputados – sessão em 24 de fevereiro de 1958.** Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1958. Obra rara. CAT 05134.

CALAZANS, Armando. **Serviço Sanitário. Seção de Cáceres a Mato Grosso.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1908. CAT 05523.

CATÁLOGO GERAL DAS PUBLICAÇÕES. **Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. CAT 05140.

GARNIER, Carl. História Natural. **Geologia. Observações.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1909. CAT 05144.

HOENE, F.C. **História Natural-Botânica.** Atlas. Rio de Janeiro: s/ed., 1912. CAT 05303.

HOENE, F.C. **História Natural. Botânica.** Parte IX. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1916. CAT 05304.

HOENE, F.C. **História Natural. Botânica.** Parte V. Rio de Janeiro: s/ed., 1915. CAT 05305.

HOENE, F.C. **História Natural. Botânica.** Rio de Janeiro: s/ed., 1914. CAT\_05306.

HOENE, F.C. **Monografia.** Rio de Janeiro: s/ed., 1916. CAT 05307.

HOENE, F.C. **História Natural-Botânica.** Parte II. Rio de Janeiro: s/ed., 1912. CAT 05308.

HOENE, F.C. **História Natural. Botânica.** Parte VIII. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1919. CAT 05308.

HOENE, F.C. **História Natural. Botânica.** Parte XII. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1922. CAT 05308.

HOENE, F.C. **História Natural-Botânica**. Parte I. Rio de Janeiro: s/ed., 1912. CAT 05310.

HOENE, F.C. **História Natural-Botânica**. Parte III. Rio de Janeiro: s/ed., 1912. CAT 05311.

HOENE, F.C. **Fitofisionomia do Estado de Mato Grosso**. São Paulo: Cia. de Melhoramentos de São Paulo, 1923. CAT 05302.

KUHLMANN, J, Geraldo. **Botânica**. I fascículo. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1922. CAT 05323.

LEME, Alberto Betim Paes. **História Natural. Mineralogia**. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, s/d. CAT 05348.

LIRA, João Salustiano. **Serviço Astronômico. Relatório**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910. CAT 05368.

LUTZ, Adolfo. **História Natural. Zoologia**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912. CAT 05367.

NETO, Orozimbo Correa. **Águas termais de Mato Grosso**. II Parte. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1920. CAT 05187.

NORONHA, Ramiro. **Relatório. Exploração e levantamento do rio Culuene**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952. CAT 05474.

PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. **Serviço Astronômico. Relatório**. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1090. CAT 05491.

PINHEIRO, Manoel Theófilo da Costa. **Exploração do Rio Jaci-Paraná**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. CAT 05495.

**Relatórios/diversos/projetos/orçamentos**. Rio de Janeiro, Papelaria Macedo, 1910. CAT 05164.

**Índios do Brasil – Cabeceiras do Xingu/Rio Araguaia e Oiapoque**. II. S/data e s/ed. CAT 05553 ou 01515.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. **História Natural. Zoologia**. Rio de Janeiro:Papelaria Macedo, 1914. CAT 05535.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. **História Natural. Zoologia**. Peixes. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1920. CAT 05534.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. **História Natural. Zoologia**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912. CAT 05534.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. **História Natural. Zoologia.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912. CAT 05535.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. **Relatório dos trabalhos realizados durante o ano de 1908.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1916. CAT 05583.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. **A Comissão Rondon e o Museu Nacional. Conferências realizadas em 1916.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1916. CAT 05537.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia do Departamento da Guerra.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1911. CAT 05348.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **História Natural e Etnografia.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo s/ed. CAT 05555.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Relatório apresentado à Diretoria Geral dos telégrafos e à Divisão de Engenharia do departamento da Guerra.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910. CAT 05348.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Relatórios Gerais dos trabalhos da construção das linhas telegráficas no Estado de Mato Grosso de 1900 a 1906.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. CAT 05557.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Etnografia, gramática, dicionário, lendas dos Índios Bororos.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d. CAT 05724.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Etnografia. Gramática, dicionário, lendas dos Índios Pareci (Ariti).** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d. CAT 05955.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondônia.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 5ª ed., 1950. CAT. 00512 e 00039.

TANAJURA, Joaquim Augusto. **Expedição de 1909.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d. CAT 05663.

VASCONCELOS, Vicente de Paula Teixeira da Fonseca. **Expedição ao Rio Ronuro.** S/ed., 1945. Publicação 90. CAT 05711

**Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR**  
**Acervo sobre Cândido Mariano da Silva Rondon**

**Monografia e Teses**

SOARES, Cenita Maria Bertoldo. **Cândido Mariano da Silva Rondon através dos Periódicos**. 1988. (Monografia de graduação. Cuiabá. UFMT). CAT 1011, 1012, 1013 e 1014.

MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1997. CAT 990.

**Periódicos**

Revista do IHGMT. 1980. Tomos CXII-CXIV, p. 79 a 138.

TOCANTINS, Amidicis Diogo. **Rondon e meu pai**. In: Revista do IHGMT. 1984. Tomos CXXI-CXXII, p. 24 a 26.

TOCANTINS, Amidicis, Diogo. **Rondon. Meio século a serviço da Pátria**. In: Revista do IHGMT. 1980. Tomos CXIII-CXIV, p. 181 a 192.

Jornal A Cruz – 03/1915

Jornal A Imprensa – 1897-1937 ALMEIDA, Nelson Abel de. **Rondon e o Brasil**. Vitória: s/ed., 1976. CAT 949.

ARRUDA, Antonio. **Aspectos da vida e da obra do Marechal Rondon**. In: Revista do IHGMT. 1977. Tomos CVII-CVIII, p. 39 a 54.

JUCÁ, Pedro Rocha. **A epopéia de Rondon**. In: Revista do IHGMT. 1955/1956. Tomos LXIICVI, p. 53 a 113.

MACIEL, Leandro. **Cândido Mariano da Silva Rondon. Discurso no Senado Federal – Sessão de 5 de maio.** Brasília: Senado Federal, 1974. CAT 950.

MATTOS, Jaguaribe. **Rondon merecia o Premio Nobel da Paz.** Separata do IHGB. Vol. 236, pág. 470 a 493, Julho-Setembro de 1957. Rio de Janeiro: s/ed., 1958.

CAT 434.

RONDON, Frederico Augusto. **Expedição Roosevelt/Rondon.** In:Revista do IHGMT. 1980. Tomos CXII-CXIV, p. 79 a 138.

Jornal do Comércio – 1910 –1911

Jornal Folha de São Paulo – 07/07/2002

Jornal O Republicano – 1895-1899

Jornal O Mato Grosso – 1890 –1937

### **Acervo Rubens de Mendonça**

#### **Biblioteca Setorial**

**Instituto de Ciências Humanas e Sociais**

**Universidade Federal de Mato Grosso**

### **Livros**

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida.** Rio de Janeiro, São José, 1958.

ÁLBUM Graphico do Estado de Matto Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala/Simon Editores, 1914

**Hemeroteca**  
**Biblioteca Central**  
**Universidade Federal de Mato Grosso**

**Teses**

MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíiti, grupos Paresí.** 1994. (Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ).

**Instituto Histórico de Mato Grosso – Casa Barão de Melgaço**  
**Acervo Ramiro de Noronha**

**Periódicos**

Cadernetas de Campo. Exploração e levantamento do rio Culuene. Pasta 1 e 2, cadernetas 1 a 20.

Álbum fotográfico – Acervo Ramiro de Noronha, contendo inúmeras fotografias.

Publicações da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, com textos escritos por Cândido Mariano da Silva Rondon – Etnografia, anexo 5. Rio de Janeiro, s/data. Pasta 8, nº 59.

Publicações da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, com textos escritos por Hoehne F. C. sobre fitofisionomia do Estado de Mato Grosso. São Paulo, Melhoramentos, 1923. Pasta 9, nº 60.

Publicações da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, com textos escritos por Paulo T. da Fonseca Vasconcellos, intitulado Expedição ao Rio Ronuro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. Pasta 10, nº 62.

Publicações da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, com textos escritos por Ramiro Noronha, intitulado Comissão Rondon. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1952. Pasta 10, nº 63.

Publicações da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, com textos escritos por Cândido Mariano da Silva Rondon, intitulado Índios do Brasil – Cabeceiras do Xingu. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953. Pasta 11, nº 64.

Publicações da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, com textos escritos por Cândido Mariano da Silva Rondon, intitulado Glossário Geral das Tribos Silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil, tomo 1 (anexo 5). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. Pasta 11, nº 65.

Publicações da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, com textos escritos por Luiz Bueno Horta Barbosa, intitulado Pelos índios e pela sua proteção oficial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947. Pasta 11, nº 66.

Revista América Indígena, vol. II, nº1. (Na fl. 81 consta um artigo escrito por Vicent M. Tetrullo sobre Cândido Mariano da Silva Rondon). México, 1942. Pasta 12, nº 68.

Jornal: Jornal do Comércio

Artigo: Expedição Roosevelt-Rondon

Autor: M. Paulo Filho

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1914. Pasta 15, nº 84, fl. 5 e 6.

Jornal: O Friburguense, nº 1.715, ano 28, fl. 1

Artigo: Coronel Rondon - Discurso

Autor: Floriano de Faria

Nova Friburgo, 23 de dezembro de 1917. Pasta 15, nº 86.

Jornal: Jornal do Comércio, fl. 8

Artigo: Talhos ao “A Cruz” de Cuiabá

Autor: Amílcar Botelho de Magalhães

Rio de Janeiro, 9 de março de 1918. Pasta 15, nº 87.

Jornal: Republicano, nº 141, ano II, fl. 1,2

Artigo: Carta

Autor: Cândido Mariano da Silva Rondon

Cuiabá, 6 de julho de 1918.

Pasta 15, nº 88.

Jornal: Minas Gerais

Artigo: Congresso de Geografia

Autor: Cândido Mariano da Silva Rondon e João Pedro Cardoso

Belo Horizonte, 10 de setembro de 1919. Pasta 15, nº 89.

Jornal: O Estado de São Paulo, fl. 4

Artigo: O Estado de Mato Grosso: Conferência proferida pelo Gal. Rondon a convite da Sociedade Rural Brasileira.

Autor: Editorial

São Paulo, 1920, 1º de agosto. Pasta 15, nº 90, fl. 5 e 8

Jornal: O Jornal, nº 547, ano II, fl. 4

Artigo: Os trabalhos da Comissão Rondon: a nova exploração do Alto Xingu.

Autor: Editorial

Rio de Janeiro 1920, 16 de dezembro. Pasta 15, nº 91

Jornal: O Mato Grosso, fl. 1 e 2

Artigo: General Rondon: notícia sobre a visita do nobre sertanista a Cuiabá.

Autor: Estevão de Mendonça

Cuiabá, 1918, 6 de julho. Pasta 15, nº 92B.

Jornal: Correio da Manhã  
Artigo: O campeador das selvas  
Autor: João Paraguassú  
Rio de Janeiro, s/data. Pasta 16, nº 100.

Jornal: Correio da Manhã  
Artigo: A expedição Roosevelt- Rondon: a questão do rio da Dúvida  
Autor: J. C. Gomes Ribeiro  
Rio de Janeiro, s/data. Pasta 16, nº 100.

Jornal: Jornal do Comércio, nº 3.846, ano 23, fl. 2  
Artigo: Rondon: glória da América  
Autor: Jayme F. Vasconcellos  
Campo Grande, 25 de abril de 1944. Pasta 18, nº 194.

**Acervo da Biblioteca Marechal Rondon  
Museu do Índio  
Bairro de Botafogo – Rio de Janeiro – RJ**

O acervo é resultante da reunião das coleções dos extintos Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e da biblioteca particular do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Dentre as 17.150 obras que compõem seu acervo, inclui-se um conjunto relevante de obras raras e coleções completas de periódicos importantes que conferem à Biblioteca Marechal Rondon um caráter especial no âmbito das instituições sediadas no Rio de Janeiro e no Brasil. Estão também à disposição para consulta vídeos VHS sobre povos indígenas e política indigenista.

Abriga importantes conjuntos documentais relativos à Etnologia Indígena e à política indigenista do período de 1890 aos nossos dias.

Os conjuntos documentais em questão correspondem aos seguintes fundos institucionais:

- Comissão Rondon (1890-1930)
- Serviço de Proteção aos Índios – SPI (1910-1967)
- Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI (1939-1967)
- Museu do Índio (1950 aos nossos dias)

Tal acervo constitui um total de 504.266 documentos ou 127 metros lineares totalmente organizados, inventariados e abertos à consulta.

### **Levantamento biográfico sobre Cândido Mariano da Silva Rondon nas Bibliotecas do Museu do Índio e do Museu Nacional**

BANDEIRA, Alípio. **Rondon**. Rio de Janeiro: 1919, s/ed.

LINS, Ivan. **La obra educativa de um general brasileiro: La epopeya de Rondon em lãs selvas Americanas**. Conferência pronunciada por el Professor Ivan Lins em el Salón de Actos del Ministério de Defensa Nacional. 17.10.1940.

GUSMÃO, Clóvis de. **Rondon**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. **Rondon. Uma relíquia da Pátria**. Curitiba: Guaíra, 1942.

DUARTE, bandeira. **Rondon, o bandeirante do século XX**. São Paulo: 1945.

BADET, Charles. *Charmeur d'indiens, Iê general Rondon*. Paris: Nouvelles Éditions Latines, 1951.

SILVA, Valentin Benício da, BRANCO, Firmino Lages Castello. **Rondon, o civilizador do sertão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. **A obra ciclópica do General Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

FIGUEIREDO, Antonio J. de. **Rondon: bandeirante, apóstolo da paz**. In: revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, 1957.

BALDUS, Herbert. **Em memória, Cândido Mariano da Silva Rondon**. Revista do Museu Paulista, vol X, p. 283-294, 1958.

MATOS, Francisco Jaguaribe. **Rondon merecia o Prêmio Nobel da Paz**. Rio de Janeiro: S/ed., 1958.

RIBEIRO, Darcy. **O indigenista Rondon**. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

CORREIA FILHO, Virgílio. **Rondon**. Revista brasileira de geografia. 23 (3), jul/set., 1961.

ALMEIDA, Nelson Abel de. **Rondon e o Brasil**. Vitória: Universidade do Espírito Santo, 1964.

MAIA, Jerônimo Rosado. **Rondon e Mossoró**. 1965.

RONDON, Frederico. **Pelos sertões e fronteiras do Brasil, sob as ordens de Rondon, o civilizador**. Rio de Janeiro: Coletânea de estudos amazônicos, 1965.

MARTINS, Wilson. **Homenagem ao centenário de nascimento do Marechal Rondon**. Discurso proferido na sessão de 5 de maio de 1965. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

COUTINHO, Edilberto. **Rondon, o civilizador da última fronteira**. Rio de Janeiro: S/ed. 1969.

COSTA, Oton. **O Marechal Rondon e a cultura brasileira**. Conferência no curso de altos estudos amazônicos em setembro de 1969. Rio de Janeiro: S/ed., 1970.

FREITAS, Sebastião C. Teixeira de. **Marechal Rondon**. São Paulo: editora Três, 1974.

RIBEIRO, Darcy. **Uirá sai à procura de Deus. Ensaio de etnologia e indigenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

**Fontes**

**Documentos produzidos pela Comissão Rondon**

CALASANS, Armando. **Serviço Sanitário. Seção de Cáceres a Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1908.

\_\_\_\_\_. **Águas termais de Mato Grosso/2ª Parte**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919.

COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS DE MATO GROSSO AO AMAZONAS. **Boletins de serviços referentes aos anos: 1909, 1915-17, 1919-20, 1929-30**. Datilografado. Microfilmado.

EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON. **Relatório apresentado ao chefe da Comissão Brasileira Cel. de Eng. C. M. da S. Rondon** pelo médico da Expedição Dr. José Antonio Cajazeira, capitão médico do exército. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1916.

LIRA, João Salustiano. **Serviço Astronômico**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910.

\_\_\_\_\_. **Variante da Ponte de pedra ao Salto Utiariti e Aldeia Queimada**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo.

LUTZ, Adolfo. **História Natural. Zoologia**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. **Catálogo geral das publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de proteção aos Índios**. Publicação 96. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

NORONHA, Ramiro de. **Exploração e Levantamento do Rio Culuene**. Rio de Janeiro: 1952.

PINHEIRO, Manoel Theófilo da Costa. **Exploração do Rio Jaci-Paraná**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910.

RIBEIRO. Alípio de Miranda. **História Natural. Zoologia**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1914.

\_\_\_\_\_. **História Natural. Zoologia**. Rio de Janeiro: Papelaria Miranda, 1912.

\_\_\_\_\_. **História Natural. Zoologia**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1914.

\_\_\_\_\_. **Relatório dos trabalhos realizados no ano de 1908**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1916.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **História Natural**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d.

\_\_\_\_\_. **Índios do Brasil – Cabeceiras do Xingu, Rio Araguaia e Oiapoque**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Conselho Nacional de Proteção aos Índios, s/d.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra**. 1º volume. Estudos e reconhecimentos. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra**. 2º volume. Construção 1907 a 1910. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado à Divisão de Engenharia (G5) do departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Telégrafos**. 3º volume. Construção 1911 a 1912. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1915.

\_\_\_\_\_. **Relatório dos Trabalhos realizados pela Comissão ente 1900/1906**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

\_\_\_\_\_. **Etnografia. Gramática/Dicionário, Lendas Bororo**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d.

SILVA, Otavio Felix Ferreira e. **Exploração e levantamento do Rio Jamary**. Relatório apresentado em 1911. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1920.

TANAJURA, Joaquim Augusto. **Serviço Sanitário. Expedição de 1909**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d.

VASCONCELOS, Vicente de Paula Teixeira da Fonseca. **Expedição ao Rio Ronuro**. S/ed., 1945.

### **Discursos e Conferências**

RANGEL, Alberto. Os sertões brasileiros; a sociedade brasileira no primeiro reinado; Euclides da Cunha; aspectos gerais do Brasil. In: **Rumos e Perspectivas. Discursos e Conferências**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. **A Comissão Rondon e o Museu Nacional – Conferências realizadas no Museu Nacional, em 1916**. Rio de Janeiro: s/ ed., 1945.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Conferências realizadas nos dias 5, 7, 9 de outubro de 1915 – Expedição Roosevelt e da Comissão Telegráfica.** Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1916.

\_\_\_\_\_. **Pelos nossos Aborígenes. Apelo ao Congresso Nacional pelo Sr. Coronel Candido Mariano da Silva Rondon e sua repercussão na Câmara dos Deputados.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1915.

\_\_\_\_\_. **Conferências realizadas em 1910, no Rio de Janeiro e em São Paulo.** Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1922.

### **Memórias, biografias e outras narrativas**

ACERVO RAMIRO NORONHA. **Cadernetas de Campo/Casa Barão de Melgaço/IHGMT.**

ÁLBUM Gráfico do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala/Simon Editores, 1914.

BRAZIL RAILWAY COMPANY. **Saneamento da bacia do Madeira: construção de estradas de ferro em regiões insalubres, documentos oferecidos aos médicos e engenheiros do Brasil.** Rio de Janeiro: s/ed., 1913.

COMISSÃO RONDON: **O desastre do Sepotuba.** S/autor, s/data, s/ed.

COUTINHO, Edilberto. **Rondon – O civilizador da última fronteira.** Rio de Janeiro: Olivé, 1969.

LOBATO FILHO, João Bernardo. **Avançai para o Jamari! (Uma tragédia na Comissão Rondon).** Rio de Janeiro: S/ed, 1944.

\_\_\_\_\_. **Avançai para o Jamari! (A Comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira).** Rio de Janeiro: S/e, 1957.

MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. **Rondon: uma relíquia da Pátria.** Curitiba: Guaíra, 1942.

\_\_\_\_\_. **Obra Ciclóptica do General Rondon.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1956.

\_\_\_\_\_. **Pelos sertões do Brasil.** Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1941.

\_\_\_\_\_. **Impressões da Comissão Rondon. Episódios inéditos e pouco vulgarizados, ocorridos durante as explorações e nos acampamentos da Comissão Rondon.** 4ª edição. Porto Alegre: Editora do Globo, 1929 (1ª edição de 1922)

\_\_\_\_\_. **Pela Comissão Rondon. Memorial dedicado ao Governo da república e aos Senhores membros do Congresso Nacional.** Rio de Janeiro: Papelaria Luis Macedo, 1917.

\_\_\_\_\_. **O rio da Dúvida: refutação incontestável de um membro da Comissão Rondon.** Rio de Janeiro: O Paiz, 31 de março de 1915.

BARBOSA, Luis Bueno Horta. **Missão Rondon: Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.** Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1916.

RIBEIRO, Darcy. **O indigenista Rondon.** Rio de Janeiro: MEC, 1959.

ROOSEVELT, Theodore. **Nas selvas do Brasil.** São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1976.

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida.** Rio de Janeiro: São José, 1958.

## **Mensagens de Presidentes de Estado de Mato Grosso**

MENSAGEM dirigida à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo 1º Vice-Presidente Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce, em 01/06/1892.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Manoel José Murinho à Assembléia Legislativa em sua 1ª sessão ordinária da 2ª Legislatura em 13 de Maio de 1894.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Manoel José Murinho à Assembléia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 15 de Maio de 1893.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. José Manoel Murtinho à Assembléia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária da 2ª Legislatura aberta a 13/05/1895. Cuiabá, Tip. do Estado, 1895.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa em 1 de Fevereiro de 1896 pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Corrêa da Costa, Presidente do Estado. Cuiabá, Tip. do Estado, 1896.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Antonio Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 01/02/1897. Cuiabá, Tip. do Estado, 1896.

MENSAGEM do 2ª Vice-Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Antonio Cesário de Figueiredo à Assembléia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura aberta em 01/02/1899. Cuiabá, Tip. do Estado, 1899.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Antonio Pedro Alves de Barros à Assembléia Legislativa em sua 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura em 03/02/1900. Cuiabá, Tip. do Estado, 1900.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Antonio Pedro Alves de Barros à Assembléia Legislativa na sua sessão extraordinária do segundo ano de sua 5ª legislatura a 14 de novembro de 1901. Cuiabá, Tip. Oficial, 1901.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Antonio Pedro Alves de Barros à Assembléia Legislativa - 1ª sessão ordinária de sua legislatura, instalada aos 10 de janeiro de 1903. Cuiabá, Tip. Oficial, 1903.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Antonio Paes de Barros à Assembléia Legislativa na 2ª sessão ordinária de sua 6ª legislatura instalada a 3 de março de 1904. Cuiabá, Tip. Oficial, 1904.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Antonio Paes de Barros à Assembléia Legislativa em 4 de março de 1905. Cuiabá, Tip. Oficial, 1905.

MENSAGEM do 1º Vice-Presidente do Estado de Mato Grosso - Coronel Pedro Leite Osório - à Assembléia Legislativa na 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura em 6 de julho de 1906. Cuiabá, Estabelecimento Avelino de Siqueira, 1906.

MENSAGEM apresentada pelo Exmo. Sr. Coronel Pedro Leite Osório, 1º Vice-Presidente, à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da sua 7ª legislatura, no dia 13 de maio do corrente ano. Cuiabá, Tip. Oficial, 1907.

MENSAGEM dirigida à Assembléia Legislativa pelo Coronel Generoso P. L. de S. Ponce - Presidente do Estado de Mato Grosso - ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª legislatura em 13 de maio de 1908. Cuiabá, Tip. Oficial, 1908.

MENSAGEM dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa: 1º Vice-Presidente do Estado de Mato Grosso, em exercício, à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 1ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1909. Cuiabá, Tip. Oficial, 1909.

MENSAGEM dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado, à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão da 8ª legislatura, em 13 de maio de 1910. Cuiabá, Tip. Oficial, 1910.

MENSAGEM dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa - 1º Vice-Presidente do Estado, à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 8ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1911. Cuiabá, Tip. Oficial, 1911.

MENSAGEM dirigida pelo Dr. Joaquim A. da Costa Marques à Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1912. Cuiabá, Tip. Oficial, 1912.

MENSAGEM dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques, Presidente do estado, à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 9ª Legislatura em 13 de maio de 1913. Cuiabá, Tip. Oficial, 1913.

MENSAGEM dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques - Presidente do Estado de Mato Grosso - à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura em 13 de maio de 1914. Cuiabá, Tip. Oficial, 1914.

MENSAGEM dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. A. da Costa Marques à Assembléia Legislativa em de 1916. Cuiabá, Tip. Oficial, 1916.

- ABREU, Regina. **O enigma de Os sertões**. Rio de Janeiro: Funarte, Rocco, 1998.
- ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. **Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 1995.
- AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 8 nº 15: p. 145-151. 1995.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. São Paulo: EDUSC, 2000.
- AZZI, Riolando. **A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.
- BARBOSA, Rui. **Obras completas**. Rio de Janeiro: MEC, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1965, Tomo I, vol. XXVIII.
- BARROS, Edir Pina de. (org.) **Modelos e processos. Ensaio de etnologia indígena**. Cuiabá: EDUFMT, 1998.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENOITE. Lelita Oliveira. **Sociologia Comteana. Gênese e devir**. São Paulo: Fapesp, 1999.
- BENTO, Cláudio Moreira. Marechal Cândido Mariano Rondon: o Guerreiro da paz. In: **Revista do Instituto Histórico e geográfico de Mato Grosso**. V. 59. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon: a integração nacional**. Rio de Janeiro: PETROBRÁS, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Linhas telegráficas e integração de povos indígenas; as estratégias políticas de Rondon – 1889-1930**. 1996. (Dissertação de Mestrado. Brasília. UNB).
- BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOUZAS, Benigno Cortizo. **Del Amazonas al infinito**. Recife: Diário da Manhã, 1950.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular. História e Imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.
- BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon e a integração nacional**. São Paulo: Contraponto, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1890 -1930)**, 1996. (Dissertação de Mestrado. Brasília. UNB).
- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. O pecado original da República. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. 1 (5): 20-24, nov. 2005.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. **História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, São Paulo: ed. Da Unicamp, 2005.
- CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand do Brasil, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CORREA, Lucia Salsa. **A Fronteira na História Regional: O Sul de Mato Grosso (1870 - 1920)**, 1997. (Tese de Doutorado. São Paulo. USP).
- CORREA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Vol.4. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.

\_\_\_\_\_. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1922.

CUNHA, Euclides da. A nossa Vendéia. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha: obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966i, v.

\_\_\_\_\_. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

\_\_\_\_\_. **À margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DE DECCA, Edgar Salvadori e LEMAIRE, Rita. (orgs.) **Pelas margens: outros caminhos da História e da Literatura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

\_\_\_\_\_. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1997.

\_\_\_\_\_. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ENDERS, Armele. Um presidente americano na selva. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. 1 (11): 31-33, ago. 2006.

FELDMAN-BIANCO, Bela, LEITE, Moreira, Miriam L. (orgs.) **Desafios da Imagem**. Campinas: Papyrus, 1998.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Nas selvas amazônicas**. São Paulo: Biblos, 1961.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos. Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos. Estratégia, poder-saber**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e Identidade nas representações sobre Mato Grosso**, 2000. (Tese de Doutorado. São Paulo. USP).

- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. (org.) **Questões de teoria e metodologia da História.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- HARDMAN, Francisco Foot. Tróia de Taipa: Canudos e os irracionais. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento dos rastros.** São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Trem fantasma: a modernidade na selva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- KNAUSS, Paulo. **Oeste americano. Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner.** Niterói: EdUFF, 2004.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin – Sociologia.** São Paulo: Ática, 1991.
- KURY, Lorelai. Marchar com fé. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** 1 (11): 26-30, ago. 2006.
- LASMAR, Denise Portugal. **Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação,** 2002 (Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ).
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 1996.
- LEINER, Piero de Camargo. **Revista de Antropologia.** São Paulo, USP: vol. 39 nº 2: p237-246 1996.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande Cerco de Paz, Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Santo soldado. Pacificador, bandeirante, apóstolo da humanidade. Uma leitura de Rondon conta sua vida de Esther de Viveiros.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, 1990.

\_\_\_\_\_. Governo dos índios sob a gestão do SPI. In: **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. Pacificador ou mediador. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** 1 (11): 40-45, ago. 2006.

LIMA, Nísia Trindade e MIRANDA DE SÁ, Dominichi. No rastro do desconhecido. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** 1 (11): 18-25, ago. 2006.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíiti, grupos Paresí.** 1994. (Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ).

MACIEL, Laura Antunes. **A Capital de Mato Grosso.** 1992. (Dissertação de Mestrado. São Paulo. PUC).

\_\_\_\_\_. **A Nação por Fio. Caminhos, Práticas e Imagens da “Comissão Rondon.”** São Paulo: Educ-FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_. O sertão enquadrado. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** 1 (11): 34-39, ago. 2006.

MARTINS JUNIOR, Carlos. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas,** 2000. (Tese de Doutorado. São Paulo. USP).

MATTOS, Ilmar Rohrloff de. Do Império à República. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2 nº 4: p. 163-171. 1989.

MENDONÇA, Rubens. **História do comércio de Mato Grosso.** Goiânia: ed. Rio Bonito, 1973.

\_\_\_\_\_. **História de Mato Grosso.** S/L: Ed. Ave Maria, 1970.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Ruralismo: agricultura, poder e estado na Primeira República.** 1990. (Tese de Doutorado. FFLC/USP, São Paulo)

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOTA, Dantas Lourenço. (org.) 1. vol. **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** São Paulo: Editora SENAC, 2004.

MOTA, Dantas Lourenço. (org.) 2. vol. **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** São Paulo: Editora SENAC, 2004.

- NEVES, Margarida de Souza. **A ordem é o progresso: O Brasil de 1870 a 1910**. São Paulo: Atual, 1991.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. Projeto História, n. 10. São Paulo: EDUC, 1993.
- PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas. O detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PELBART, Peter Pál. **Vida capital. Ensaio de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano**. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PIVETTA, Darci Luiz. **Amazônia meridional: território deflagrado, educação pacificadora**. 1999, (Tese de Doutorado. IE/UFMT, Cuiabá).
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2 nº3: p. 03-15. 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5 nº 10: p. 200-212. 1992.
- REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondônia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 5ª ed., 1950.
- SAID, Edward, W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da Vacina: mentes insanas e corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1994.
- \_\_\_\_\_. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TACCA, Fernando de. **A imagética da Comissão Rondon**. São Paulo: Papirus, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX**. Rio de Janeiro/São Paulo: COPPE/Marco Zero, 1989.

### **Sites consultados**

<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil>

<http://www.cpdoc.fgv.br>

[http://memory.loc.gov/ammem/collections/troosevelt\\_film/trfsp6.html](http://memory.loc.gov/ammem/collections/troosevelt_film/trfsp6.html) - Por este site do Congresso Americano é possível ver os filmes feitos durante a Expedição Roosevelt no Brasil

### **Instituições pesquisadas em Cuiabá**

APMT - Arquivo Público de Mato Grosso

Fundação Amigos de Rondon – Cuiabá/MT

FUNAI – Fundação Nacional do Índio - Cuiabá/MT

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Casa Barão de Melgaço

Biblioteca Setorial da OPAN – Operação Amazônia Nativa

## **Na Universidade Federal de Mato Grosso**

ACMC – Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá/NDIHR

Biblioteca Central e Hemeroteca

Biblioteca Setorial Amidicis Diogo Tocantins

Biblioteca Setorial do Instituto de Educação - CETEDE

Biblioteca Setorial Rubens de Mendonça

Museu Rondon

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos

## **Instituições pesquisadas fora do estado de Mato Grosso**

Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro/RJ

Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro/RJ

Museu do Índio/Funai – Rio de Janeiro/RJ

Museu Nacional – Rio de Janeiro/RJ

